



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
AMAZONAS**  
**CAMPUS MANAUS CENTRO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA**

**ROMILSON ALVES DA SILVA**

**A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO NO CONTEXTO  
DA ESCOLA DE ENSINO TÉCNICO DO ESTADO DO PARÁ**

**Manaus**

**2023**



**ROMILSON ALVES DA SILVA**

**A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO NO CONTEXTO  
DA ESCOLA DE ENSINO TÉCNICO DO ESTADO DO PARÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), Campus Manaus Centro, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de Pesquisa 2: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Cinara Calvi Anic Cabral.

Manaus

2023

**Biblioteca *Campus* Manaus Centro**

---

S586e Silva, Romilson Alves da.

A evasão escolar no ensino médio integrado no contexto da escola de ensino técnico do estado do Pará / Romilson Alves da Silva. – Manaus, 2023.

157 p.: il. color.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *Campus* Manaus Centro, 2023.

Orientadora: Profa. Dra. Cinara Calvi Anic Cabral.

1. Evasão escolar. 2. Educação profissional. 3. Ensino médio integrado. I. Cabral, Cinara Calvi Anic. (Orient.) II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. III. Título.

CDD 370

## ROMILSON ALVES DA SILVA

### EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO NO CONTEXTO DA ESCOLA DE ENSINO TÉCNICO DO ESTADO DO PARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, *Campus* Manaus Centro, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, sob orientação da Profa. Dra. Cinara Calvi Anic Cabral.

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em 30 de outubro de 2023.

### COMISSÃO EXAMINADORA



---

Profa. Dra. Cinara Calvi Anic Cabral - Orientadora  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – PROFEPT-IFAM



---

Prof. Dr. José Cavalcante Lacerda Junior - Membro Titular Interno  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – PROFEPT-IFAM



---

Prof. Dr. Rodrigo Andrade da Cruz - Membro Titular Externo  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo / *Campus* Registro



## ROMILSON ALVES DA SILVA

### GUIA DE ESTUDO: COMO COMBATER A EVASÃO ESCOLAR?

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, *Campus* Manaus Centro, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, sob orientação da Profa. Dra. Cinara Calvi Anic Cabral.

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 30 de outubro de 2023.

### COMISSÃO EXAMINADORA



---

Profa. Dra. Cinara Calvi Anic Cabral - Orientadora  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – PROFEPT-IFAM



---

Prof. Dr. José Cavalcante Lacerda Junior - Membro Titular Interno  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – PROFEPT-IFAM



---

Prof. Dr. Rodrigo Andrade da Cruz - Membro Titular Externo  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo / *Campus* Registro





*Dedico este estudo, a Deus, aos meus familiares, alunos, professores, colegas de trabalho e amigos, por inúmeras contribuições.*



## AGRADECIMENTOS

A **Deus**, por iluminar meus caminhos nas dificuldades sempre na expectativa de dias melhores, pela vida, toda honra e glória ao Senhor.

Agradeço com muito amor à minha mãe, professora aposentada, **Maria da Luz Alves da Silva**, uma mulher exemplar, nordestina arretada, uma pessoa de caráter único. À memória de meu pai **José Germano da Silva**, era agricultor, que sempre me incentivou nos estudos e na carreira profissional, gratidão pelo incentivo.

Aos meus irmãos **Francisca Maria Alves de Melo, Rosângela Maria Silva Santos, Francisca Neres Alves da Silva, Rômulo Alves da Silva, Ronilson Alves da Silva**, pelas contribuições e incentivo ao longo desta caminhada.

Aos sobrinhos, primos, tios, familiares, por estarmos juntos nas conquistas e derrotas.

À memória dos meus avós paternos, **Luiz Germano da Silva e Angelina Germano da Silva** e os avós maternos **Cícero Alves de Melo e Maria José de Melo**, uma professora excepcional, pessoas essenciais em minha vida, saudades eternas.

Aos meus alunos, aprendo diariamente com eles, me inspiram a ser um profissional melhor, desenvolver neles a criticidade e solidariedade é minha intenção pessoal.

Aos colegas de trabalho da **Secretaria Municipal de Educação de Rurópolis** no Pará e **Secretaria do Estado de Educação (SEDUC), 12º Unidade Regional de Educação (URE)**.

Aos meus professores da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior, pelos ensinamentos compartilhados.

Aos colegas de turma, desde a Educação Infantil ao Ensino Superior, aprendi com todos, obrigado pelas ajudas no decorrer desta trajetória escolar e acadêmica.

Aos meus amigos, amigas e colegas pelos diálogos, apoios, que foram essenciais nesta caminhada que não é fácil.

Agradecimento em especial, ao professor **Dr. Cirlande Cabral da Silva**, que esteve na coordenação do curso no **Instituto Federal do Amazonas, campus Manaus Centro (IFAM/CMC)**, até o ano de 2022, que nos orientou com êxito, respeito, compromisso e dedicação. E a Professora **Dra. Deuzilene Marques Salazar** que está na coordenação do mestrado, e nos guia com zelo, carinho e excelência.

A minha orientadora, Professora **Dra. Cinara Calvi Anic Cabral**, pela amizade, sugestões e contribuições ao longo do desenvolvimento deste trabalho, meu muito obrigado por tudo e gratidão eterna.

Aos professores **Dr. José Cavalcante Lacerda Junior** (IFAM) e **Dr. Rodrigo Andrade da Cruz** (Instituto Federal de São Paulo, *campus* Registro), que participaram da Banca de Qualificação em 22 de junho de 2022, e Defesa da Dissertação em 30 de outubro de 2023, por seus aportes, com sugestões preciosas que enriqueceram a pesquisa.

Aos professores das disciplinas do curso, **Dra. Deuzilene Marques Salazar, Dra. Ana Claudia Ribeiro de Souza, Dr. Vanderlei Antonio Stefanuto, Dr. José Cavalcante Lacerda Júnior**, por seus ensinamentos, sugestões sempre muito pertinente no decorrer do curso do Mestrado ProfEPT.

Ao Professor **Dr. Jaime Cavalcante Alves**, Reitor do Instituto Federal do Amazonas (IFAM), pela condução exitosa da instituição.

Aos colegas da turma de 2021, do Mestrado em Ensino na área de **Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT)**, do **Instituto Federal do Amazonas IFAM/CMC**, pela ajuda, atenção, nas atividades propostas nas aulas do Mestrado, e no decorrer da pesquisa.

Ao Programa de Educação Profissional e Tecnológica- ProfEPT, por ofertar democraticamente a educação pública de qualidade, assegurando a formação humana integral, e entendendo o trabalho e educação como indivisíveis.

Ao grupo de Pesquisa **Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Processos Formativos de Professores no Ensino Tecnológico (GEPROFET)**, vinculado ao IFAM, e comandado pelas professoras **Dra. Cinara Calvi Anic Cabral** e **Dra. Rosa Oliveira Marins Azevedo**, com sabedoria e competência, e também a todos participantes do grupo, por suas contribuições ao estudo no decorrer do desenvolvimento da pesquisa.

Deste modo, agradeço a todos, não conseguimos nada sozinho, precisamos das ajudas e apreciações das pessoas ao longo da nossa existência, **OBRIGADO!**

*“Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já tem a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo de travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos.”*

**(Fernando Teixeira de Andrade)**



## RESUMO

O estudo apresentado buscou identificar quais fatores têm levado estudantes do Ensino Médio Integrado ao Técnico de uma escola de Itaituba-PA a evadirem da escola, tendo por referência os relatos de estudantes evadidos, professores e equipe gestora. A evasão escolar é um fenômeno que historicamente é presente no cotidiano das escolas, resultante de causas diversas como a fome, falta de afinidade com a proposta pedagógica da escola e do curso, falta de estrutura familiar, desigualdade social, dentre outros fatores que ocasiona esse problema nas instituições educacionais no país. O estudo trouxe luz a questões relacionadas à evasão escolar e suas causas, já abordadas em trabalhos versados como de Dore e Lüscher (2011); Bordini (2011); Karasinski (2019); Pereira (2003); Pereira (2019), dentre outros citados na fundamentação teórica. Diante desse percalço que aflige os profissionais da educação, partimos do seguinte problema de pesquisa: Quais fatores têm levado à evasão escolar de estudantes do Ensino Médio Integrado ao Técnico de uma escola da Itaituba-PA, sob o ponto de vista dos alunos evadidos, professores e equipe gestora da escola? Quanto aos objetivos específicos estabelecemos os seguintes: 1) Identificar na literatura possíveis motivos de evasão nos cursos técnicos de nível médio no contexto da Amazônia; 2) Verificar possíveis ações para enfrentamento da evasão escolar desenvolvidas no âmbito do Ensino Médio Integrado ao Técnico em uma escola pública de Itaituba-PA; 3) Elaborar um material pedagógico que possa contribuir para minimizar a evasão escolar no Ensino Médio Integrado, tomando-se por referência os relatos de estudantes evadidos, professores e equipe gestora. O percurso metodológico está pautado na pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso. A construção dos dados ocorreu por meio de entrevista semiestruturada, análise documental e observação direta. Para a análise de dados, seguimos a Espiral proposta por Creswell (2014). A pesquisa foi realizada com alunos evadidos do curso técnico nível médio em Agropecuária da escola supracitada, professores do curso e a equipe gestora. Constata-se que a vulnerabilidade social é o principal fator motivador para a evasão, considerando a necessidade de trabalho para auxílio no sustento da família. Também não há um consenso sobre o conceito de evasão, seja dentre os alunos ou entre a equipe gestora. As ações para o enfrentamento da evasão são locais e ficam a critério de cada escola e, embora existentes, são pouco aplicadas. Com base nos relatos dos participantes da pesquisa, elaborou-se, como produto educacional, um guia de estudo para orientar os profissionais da educação no enfrentamento à evasão escolar, subsidiando gestores escolares, pedagogos e professores para ações de acompanhamento de discentes na prevenção à evasão escolar. Esperamos que os resultados aqui apresentados contribuam para que o direito à Educação, garantido pela Constituição, seja efetivado a todos, e inspirem a realização de outros estudos que auxiliem na compreensão da evasão escolar.

**Palavras-chave:** Evasão escolar. Educação profissional. Ensino Médio Integrado.





## ABSTRACT

The study presented here sought to identify what factors have led students from the Integrated Technical High School at a school in Itaituba-PA to drop out of school, based on reports from students, teachers, and the management team. School dropout is a phenomenon that has historically been present in the daily life of schools, resulting from various causes such as hunger, lack of affinity with the pedagogical proposal of the school and the course, lack of family structure, social inequality, among other factors that cause this problem in educational institutions in the country. The study shed light on issues related to school dropout and its causes, which have already been addressed in works such as Dore and Lüscher (2011); Bordini (2011); Karasinski (2019); Pereira (2003); Pereira (2019), among others cited in the theoretical basis. Faced with this mishap that afflicts education professionals, we set out with the following research problem: What factors have led to students dropping out of Integrated Technical High School at a school in Itaituba-PA, from the standpoint of the students who dropped out, teachers and the school's management team? As for the specific objectives, we established the following: 1) To identify in the literature possible reasons for dropout in technical high school courses in the Amazon context; 2) To verify possible actions to tackle dropout developed within the scope of the Integrated Technical High School in a public school in Itaituba-PA; 3) To develop pedagogical material that can contribute to minimizing dropout in Integrated High School, taking as reference the reports of dropout students, teachers, and the management team. The methodological approach is based on qualitative case study research. Data was collected through semi-structured interviews, document analysis, and direct observation. For data analysis, we followed the Spiral proposed by Creswell (2014). The research was carried out with students who had dropped out of the secondary technical course in Agriculture at the aforementioned school, teachers, and the management team. It was found that social vulnerability is the main motivating factor for dropping out, considering the need for work to help support the family. There is also no consensus on the concept of dropout, either among the students or the management team. Actions to deal with dropout are local and left to the discretion of each school and, although they exist, they are little applied. Based on the reports of the research participants, a study guide was produced as an educational product to guide education professionals in tackling school dropout, providing support for school managers, educators, and teachers in actions to accompany students in preventing school dropout. We hope that the results presented here will help to ensure that the right to education, guaranteed by the Constitution, is realized for all and that they will inspire other studies to help understand school dropout.

Keywords: School dropout. Professional education. Integrated high school.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fatores que contribuem para a evasão escolar na Educação Básica nos anos de 2019 e 2022, entre os indivíduos de 15 a 21 anos .....	57
Figura 2 - Vista aérea da cidade de Itaituba .....	72
Figura 3 - EETEPA - Escola Técnica Estadual - campus de Itaituba .....	73
Figura 4 - Capa do Produto Educacional .....	101
Figura 5 - Primeira seção da Unidade I, que discute sobre os conceitos de Evasão e as implicações sociais desse fenômeno .....	103



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Dados do município de Itaituba no Pará .....	72
---	----



## LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 - Síntese dos resultados encontrados no *Google* acadêmico, os quais continham a palavra “evasão” no título da pesquisa ..... 66
- Quadro 2 - Síntese das dissertações encontradas no *Google* Acadêmico que tratavam especificamente da evasão na Educação Profissional no contexto da Amazônia ..... 67
- Quadro 3 - Cursos, turmas e quantitativo de alunos por turmas do Ensino Médio Integrado ao Técnico, ofertado no ano letivo de 2022 ..... 77
- Quadro 4 - Descrição dos eixos (categorias) de análise ocorridas da apreciação da transcrição das entrevistas ..... 82
- Quadro 5 - Fatores citados pelos alunos como causas para a evasão escolar ..... 84





## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRUEM - A Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais

AM - Amazonas

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

Art. - Artigo

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BNCC - Base Nacional Curricular Comum

CAAE - Certificado de Apresentação de Apreciação Ética

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEB - Câmara de Educação Básica

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CF - Constituição Federal

CNCT - Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

CNE - Conselho Nacional de Educação

COVID- 19 - É a junção de letras que se referem a (co)rona (vi)rus (d)isease, o que na tradução para o português seria “doença do coronavírus”, o número 19 está ligado ao ano de 2019, quando começou a pandemia

DCNEM - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio

DRE - Diretoria Regional de Ensino

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EETEPA - Escola de Ensino Técnico do Estado do Pará

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EMI - Ensino Médio Integrado

EMTI - Ensino Médio em Tempo Integral

EP - Educação Profissional

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

EPTNM - Educação Profissional Técnica de Nível Médio

EQP - Programa a Escola Que Protege

EVP - Programa Estudar Vale a Pena

FAPESPA - Fundação Amazônica de Amparo a Estudos e Pesquisas

GA - *Google Acadêmico*

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDMH - Índice de Desenvolvimento Municipal Humano  
IFAM - Instituto Federal do Amazonas  
IFES - Institutos Federais de Educação  
INEP - Instituto Nacional de Pesquisas em Educação  
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação  
MEC - Ministério de Educação e Cultura  
MP - Medida Provisória  
NEM - Novo Ensino Médio  
ONU - Organização das Nações Unidas  
OS-ETPP - Organização Social Escola Técnica de Trabalho e Produção do Pará  
PA - Pará  
PBA - Programa Brasil Alfabetizado  
PBF - Programa Bolsa Família  
PEE - Plano Estadual de Educação  
PNA - Plano Nacional de Educação  
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio  
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNE - Plano Nacional de Educação  
PNLD - Programa Nacional do Livro Didático e do Material Didático  
POPE - Protocolo Operacional para Permanência e Êxito  
PPP - Projeto Político Pedagógico  
PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos  
PROFEPT - Programa de Educação Profissional e Tecnológica  
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
PROPAZ - Programa Projeto Paz, Recuperando Jovens  
PSE - Programa Saúde na Escola  
PSS - Processo Seletivo Seriado  
SAEN - Secretaria Adjunta de Ensino  
SECTET - Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Superior Profissional e Tecnológica  
SEDUC - Secretaria de Educação de Estado  
SESU - Secretaria de Educação Superior

SPE - Programa Saúde e Prevenção nas Escolas

TI - Tecnologia da informação

UFPA – Universidade Federal do Pará

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a infância



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>31</b>
<b>2 EDUCAÇÃO COMO DIREITO CONSTITUCIONAL E COMO CAMINHO PARA A EMANCIPAÇÃO .....</b>	<b>35</b>
<b>2.1 De que trata a Educação Profissional? .....</b>	<b>37</b>
<b>2.2 Caracterização da Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Brasil .....</b>	<b>40</b>
<b>3 O NOVO ENSINO MÉDIO E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL: ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO .....</b>	<b>45</b>
<b>4 A EVASÃO ESCOLAR NA EPTNM.. .....</b>	<b>53</b>
<b>4.1 Evasão, abandono escolar: aproximações e distanciamentos de conceitos .....</b>	<b>53</b>
<b>4.2 Fatores relacionados ao fenômeno da Evasão Escolar.....</b>	<b>55</b>
<b>4.3 Políticas públicas para enfrentamento da Evasão .....</b>	<b>58</b>
<b>4.4 Estratégias para minimizar a Evasão na EPTNM na esfera estadual.....</b>	<b>62</b>
<b>5 ESTUDOS RECENTES SOBRE A EVASÃO ESCOLAR NA EPTNM .....</b>	<b>65</b>
<b>6 ABORDAGEM E ESTRATÉGIA METODOLÓGICA DA PESQUISA .....</b>	<b>71</b>
<b>6.1 A Fase 1 Exploratória: <i>Locus</i> da pesquisa e participantes .....</b>	<b>72</b>
<b>6.2 Fase 2: A Coleta de Dados e Delimitação do Foco de Estudo .....</b>	<b>79</b>
<b>6.3 Fase 3: Análise dos Dados e Elaboração do Relatório .....</b>	<b>81</b>
<b>6.3.1 Elaboração do Relatório: Resultados e Discussões .....</b>	<b>85</b>
<b>7 PRODUTO EDUCACIONAL - GUIA DE ESTUDO: COMO COMBATER A EVASÃO ESCOLAR? .....</b>	<b>101</b>
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>107</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>111</b>
<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL .....</b>	<b>125</b>
<b>APÊNDICE B – TERMOS DE ASSENTIMENTO E CONSENTIMENTO TÍTULO</b>	<b>129</b>
<b>APÊNDICE C – ROTEIRO DE QUESTÕES DAS ENTREVISTAS .....</b>	<b>145</b>
<b>APÊNDICE D – AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA NA EETEP A - ITAITUBA .....</b>	<b>149</b>
<b>ANEXO A – PARECER COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA .....</b>	<b>151</b>



## 1INTRODUÇÃO

Eu, <sup>1</sup>Romilson Alves da Silva, desde muito jovem iniciei meus trabalhos na educação, em escolas rurais na região oeste paraense. Minha motivação para desenvolver essa pesquisa vem das observações advindas desta função, pude verificar por meio de análises nos espaços educativos, de escuta e compartilhamento das inquietações e dilemas dos colegas de trabalho ao longo de mais de duas décadas de atuação em escolas públicas no Estado do Pará que a evasão escolar é um fenômeno preocupante.

Como professor pedagogo nas escolas públicas na Prefeitura Municipal de Rurópolis, e na Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) no Pará, na função de especialista em educação pude constatar, desde as situações relacionadas ao fazer pedagógico, ao processo de ensino e aprendizagem, na didática dos professores no desenvolvimento das aulas, na busca ativa escolar dos alunos que não estão frequentando as aulas, no diálogo permanente com os alunos e pais dos alunos em condição de evasão escolar, as dificuldades dos alunos e das famílias para dar continuidade a seus estudos.

A aprovação no mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), foi um sonho pessoal e familiar realizado, o que acrescenta e aperfeiçoa minhas percepções particulares e profissionais, visando avanços para minha prática de sala de aula nas escolas públicas, de modo que estas vivências já estão sendo refletidas no meu trabalho.

Na região oeste paraense é possível perceber o alto índice de alunos evadidos nos diversos níveis de ensino. Na rede estadual, o pedagogo é um dos profissionais responsáveis pela busca ativa dos alunos que querem desistir da escola. Assim, o pedagogo está imerso nas questões relativas à evasão dos discentes, inclusive porque o trabalho do profissional está conectado à gestão da escola, o que também me motivou a propor esta pesquisa, para que eu, enquanto atuante da educação básica, entenda os percalços que envolvem a evasão.

A partir desta prerrogativa, surgiu o problema de pesquisa: Quais fatores têm levado à evasão escolar de estudantes do Ensino Médio Integrado ao Técnico de uma escola da Itaituba-PA, sob o ponto de vista dos alunos evadidos, professores e equipe gestora da escola? Para responder a esse problema, definimos, como objetivo geral: Identificar quais fatores têm levado estudantes do Ensino Médio Integrado ao Técnico de uma escola de Itaituba-PA a evadirem da escola, tendo por referência os relatos de estudantes evadidos, professores e

---

<sup>1</sup> Estou usando a 1ª pessoa (eu), por estar fazendo minha apresentação na pesquisa; posteriormente usarei a 3ª pessoa (nós), por entender que a pesquisa é uma construção conjunta entre participantes, a orientadora e pesquisador.

equipe gestora, e como objetivos específicos: 1) Identificar na literatura possíveis motivos de evasão nos cursos técnicos de nível médio no contexto da Amazônia; 2) Verificar possíveis ações para enfrentamento da evasão escolar desenvolvidas no âmbito do Ensino Médio Integrado ao Técnico em uma escola pública de Itaituba-PA; 3) Elaborar um material pedagógico que possa contribuir para minimizar a evasão escolar no Ensino Médio Integrado, tomando-se por referência os relatos de estudantes evadidos, professores e equipe gestora.

E assim, elaborar um guia de estudos para orientação aos gestores e professores para que possam contribuir para minimizar a evasão escolar no Ensino Médio Integrado, tomando-se por referência os relatos de estudantes evadidos, professores e equipe gestora.

Desta forma foi possível constatar que diante da complexidade dos elementos que se inter cruzam para a compreensão da evasão escolar, Dore e Lüscher (2011) argumentam que esta deve ser analisada do ponto de vista de fatores relacionados ao estudante, à família, à escola e à comunidade da qual faz parte.

O Ministério da Educação (MEC) conceitua o termo evasão escolar como a situação em que o estudante abandona o curso, deixando de renovar a matrícula, não formalizando seu desligamento e sua desistência do curso que foi matriculado (BRASIL, 2014a).

Quando um aluno evade da escola vários problemas podem ser observados. No caso da evasão no ensino médio técnico, os prejuízos, geralmente, são de natureza financeira, social, pedagógica e administrativa e, embora nos últimos anos as pesquisas acerca da temática evasão escolar tenham se expandido, de acordo com Rosa e Aquino (2019), ainda não há estudos suficientes para fornecer uma análise mais acurada do problema, dificultando assim seu enfrentamento.

A educação brasileira vivencia há muito tempo a problemática da evasão escolar. Segundo dados do Censo Escolar do MEC de 2020, o número de matrículas na educação básica diminuiu em 1,2%, em comparação ao ano anterior. De acordo com a Pesquisa Nacional por amostra de domicílios (PNAD<sup>2</sup>), com relação à educação no período pandêmico, em 2020, o quantitativo de alunos de 6 a 17 anos que estavam fora da escola foi de 3,8% (1.380.891), superior à média do país no ano de 2019, que foi de 2%. Esses alunos que não estavam estudando se somam a outros 4.125.429 alunos que, ainda que estivessem frequentando as escolas não apresentaram rendimento satisfatório devido à dificuldade no acesso às atividades escolares (Centro de Referência em Educação Integral, 2021).

---

<sup>2</sup> A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em uma amostra de domicílios brasileiros, tem como objetivo principal a produção de informações para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do Brasil.



Aproximadamente 5,5 milhões de crianças e adolescentes deixaram de frequentar a escola, tendo seu direito à educação negada no ano de 2020. Em relação ao abandono escolar, os estados da Região Norte apresentaram o dobro ou mais em relação aos dados comparando-se aos apresentados por outros estados da federação, acentuando as desigualdades desses estudantes (UNICEF, 2021).

Dos quase 50 milhões de jovens de 14 a 29 anos do Brasil, aproximadamente 20,2% não completaram alguma etapa da educação básica por terem desistido da escola antes da conclusão do curso. São 10,1 milhões nessa conjuntura, dentre os quais 58,3% são homens e 41,7% mulheres. Com relação à cor e raça, 27,3% eram brancos e 71,7% pretos ou pardos. Deste total, 9,8 milhões já tinham frequentado a instituição escolar antes e 300 mil jamais tinham ido à escola, segundo dados do segmento Educação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2020a).

Ainda segundo os dados da PNAD de 2019, publicado em 2020, os motivos que levam jovens do país a abandonarem os estudos estão diretamente relacionados aos fatores externos à escola, como trabalho, desinteresse pelo curso e gravidez precoce das adolescentes. Deste modo, os principais fatores mencionados por pessoas do sexo masculino como o motivo do abandono ou por nunca terem frequentado a escola, está relacionado à necessidade do trabalho por metade dos homens. A ausência de interesse foi a justificativa de 33,0%. A falta de escolas, de vagas no turno pretendido ou na localidade foi o motivo de 2,7% e somente 0,7% argumentaram os afazeres domésticos para o não comparecimento à escola. No caso das mulheres, o principal motivo mencionado diz respeito à falta de interesse (24,1%), necessidade de trabalho e gravidez (23,8%), e afazeres domésticos (11,5%) (IBGE, 2020b).

Ainda nessa perspectiva, de acordo com os dados disponibilizados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acerca da Síntese de Indicadores Sociais de 2019, o percentual de evasão em todo o Brasil é de 7,6%. Considerando esses dados em níveis regionais, a evasão dos adolescentes alcançava 9,2% no Norte e Nordeste e era menor no Sudeste (6%). O fenômeno da evasão escolar ainda apresenta-se em maior proporção nas escolas localizadas na zona rural (11,5%), contrapondo-se ao observado na área urbana (6,8%), sendo maior também entre os homens (8,1%), do que mulheres (7%), e entre os pretos ou pardos (8,4%), do que brancos que foi de 6,1% (IBGE, 2019).

Conforme os dados disponibilizados no site QEdu<sup>3</sup>, que conceitua abandono como a condição em que o estudante para de frequentar as aulas durante o ano letivo e não possui registro de transferência para outra escola, o Estado do Pará apresentou, em 2021, as seguintes taxas de rendimento escolar dos alunos no Ensino Médio: reprovação de 12,0%, abandono 14,8%, especificando detalhadamente por série, no primeiro ano, reprovação de 12,7%, abandono 14,8%. No segundo ano, reprovação de 12,9%, abandono de 20,6%. No terceiro ano, reprovação de 10,2%, abandono 15,4%. Na cidade de Itaituba no Pará, onde se desenvolveu a pesquisa, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em relação ao abandono escolar em 2019, este foi de 2,8%; em 2020, 6,06%, em 2021, 2,95%, sendo dados referentes à reprovação em 2019 dos alunos na mesma modalidade de ensino. Em relação à distorção idade-série na rede pública, em 2019 o índice foi de 24,6% nos anos iniciais, de 41,1% nos anos finais e de 51,4% no Ensino Médio. No ano de 2020, o índice dos anos iniciais foram 25,2%, nos anos finais foram de 40,7% e Ensino Médio foi de 51,8%. Por fim, no ano de 2021, nos anos iniciais foram de 22,5%, anos finais 40,5% e Ensino Médio 49% (QEdu, 2021).

Com relação ao fenômeno da evasão, Silva Filho e Araújo (2017) afirmam que, diante de tantas interpretações encontradas na literatura e nos documentos oficiais, não é possível definir com exatidão o conceito de evasão escolar, o que prejudica a quantificação precisa desse fenômeno, dificultando o estudo de suas causas e, conseqüentemente, a definição de estratégias que possam minimizar o problema que afeta as instituições educacionais no país.

A falta de consenso em relação ao termo evasão escolar e a diversidade de situações associadas a esse termo representa para Dore e Lüscher (2011), como a retenção do aluno na escola, a saída do aluno da instituição, do sistema de ensino, a não conclusão de um curso, o abandono da escola e retorno, etc. As pesquisadoras acrescentam que, na literatura, tem-se enfatizado a importância de se identificar com antecedência o fenômeno da evasão, pois assim seria possível acompanhar os estudantes em situação de risco e, conseqüentemente, agir no sentido da prevenção.

No caso da Educação Profissional (EP), estudos como o de Rosa e Aquino (2019), evidenciam o paradoxo entre a expansão do número de vagas nessa modalidade de ensino e a persistência das altas taxas de evasão, especialmente na Educação Profissional Técnica de

---

<sup>3</sup> O *site* QEdu oferece dados educacionais do país, como Prova Brasil, Enem, Ideb, Censo Escolar, facilita o acesso a essas informações, usando os referenciais teóricos sólidos, para mostrar a possibilidade de uso dessas informações, desta forma, o site estimula mais informações, mais conhecimentos, criando uma rede de pessoas engajadas em transformar a educação no país.

Nível Médio (EPTNM). Dentre os fatores que justificam esse fenômeno, Karasinski (2019) cita questões pessoais, sociais e institucionais, as quais podem levar à retenção escolar ou a saída provisória ou definitiva do aluno da escola.

Não se pode deixar de considerar também a pandemia do Covid-19, a qual trouxe o fechamento de escolas, o ensino remoto, dentre outras mudanças, ainda que tanto as escolas como as universidades tenham empenhado esforços para garantir o uso das ferramentas digitais, mesmo sem terem o tempo hábil para testá-las ou mesmo auxiliar os professores e o corpo técnico-administrativo para utilizá-las corretamente (Dias; Pinto, 2020).

Ao compreender a evasão e o abandono escolar na Educação Profissional (EP) tornam-se mais claras, segundo Zanin e Garcia (2020), as possibilidades de, paralelamente, trazer visibilidade a variáveis que possam subsidiar a formulação de políticas e outras ações para minimizar e prevenir a evasão.

A pesquisa em tela foi realizada na Escola de Ensino Técnico do Estado do Pará (EETEPA), localizada no município de Itaituba, a qual oferta a Educação Profissional Técnica em Nível Médio (EPTNM) nas formas de Ensino Médio Integrado ao Técnico, Cursos Técnicos Nível Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e Subsequente.

Os participantes da pesquisa consistem em um grupo de alunos evadidos de um curso de Ensino Médio Integrado ao Técnico ofertado na referida escola, além de gestores e professores que atuam no mesmo contexto. Pautamo-nos pressupostos da pesquisa qualitativa (Flick, 2013) para ouvir os relatos de alunos evadidos e outros atores da comunidade escolar para compreender os motivos pelos quais estes evadem da escola. Neste processo utilizamos, para a construção dos dados, entrevistas semiestruturadas e análise documental.

Para um melhor delineamento desta proposta de pesquisa foi realizada, em um primeiro momento, uma revisão de literatura em duas bases de dados (*Google Acadêmico* e *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações*), delimitando-se o período de busca nos últimos dez anos. Constatou-se uma vasta diversidade de estudos realizados sobre a evasão escolar em diferentes modalidades de ensino, as quais, em sua maioria, objetivavam identificar os motivos que levavam os estudantes a evadirem da escola, como o estudo de Ferreira *et al.* (2021). Porém, raros foram os estudos encontrados (três dissertações e um artigo de periódico) que tratam especificamente da evasão escolar no Ensino Médio Integrado ao Técnico.

O estudo em questão está vinculado à linha de pesquisa dois, intitulada “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)”,

pertencente ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), ofertado pelo IFAM. No âmbito desse Programa, situa-se no Macroprojeto seis: intitulado “Organização de espaços pedagógicos da EPT”, que investiga questões, problemas pertinentes à organização e planejamento de espaços pedagógicos das instituições, nos espaços formais e não formais, da pesquisa, do ensino, da extensão e da gestão da EPT.

Em suma a pesquisa em questão buscou entender o fenômeno da evasão escolar, e contribuir para o combate acerca dessa questão complexa e de perspectiva multifatorial, de modo que novas ações de enfrentamento e políticas públicas possam ser desenvolvidas de forma que efetivem o que preconiza a Constituição do Brasil de 1988: o direito à educação para todos, como discutiremos a seguir.

## **2 EDUCAÇÃO COMO DIREITO CONSTITUCIONAL E COMO CAMINHO PARA A EMANCIPAÇÃO.**

Na legislação brasileira, a Constituição Federal promulgada em 1988 preconiza o direito à educação no art. 205 como direito de todos, dever do Estado e da família, devendo ser promovido e impulsionado em cooperação com a sociedade, objetivando-se o pleno desenvolvimento do indivíduo, assim como seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (Brasil, 1988). Silva e Souza (2020) acrescentam que este direito está relacionado à conquista da igualdade na perspectiva de alcançar a liberdade, abrangendo aqui a autonomia, a emancipação e desenvolvimento pessoal. Por isso, precisa ser flexível às transformações da sociedade que está em constante alteração. A garantia da oferta de uma educação de qualidade é um dos principais problemas que existem no Brasil, ainda que existam ações em todas as esferas governamentais para que as crianças e jovens tenham seus direitos garantidos. Tais ações precisam de concretização e continuidade nas execuções e acompanhamentos desse processo.

A escola e a educação brasileira seguem a dualidade social, ou seja, os mais necessitados economicamente têm menos oportunidades. Há escolas elitizadas, onde os mais favorecidos têm acesso à educação de melhor qualidade, com mais oportunidades para o desenvolvimento dos aspectos cognitivos, motores, culturais, dentre outros (Iosif, 2007). Compreendendo todas as etapas da educação básica, da creche ao ensino médio, o Brasil tem 46,7 milhões de alunos. Desse quantitativo, mais de 80% estão matriculados na rede pública, e apenas 17% estavam inscritos na rede privada no ano de 2021. No ano de 2019 e no período pandêmico que estamos atravessando desde o início de 2021, o quantitativo de alunos na educação básica no Brasil caiu perto de 2,5% entre 2019 e 2021, indo de 47,9 milhões para 46,7 milhões de matrículas, abrangendo os alunos da escola pública e da escola privada (Riveira, 2022).

Ademais, a Constituição Federal de 1998, no art. 208 (Brasil, 1988), determina o dever do Estado para com a Educação de qualidade, como também seu acesso, como direito público subjetivo. Observa-se na realidade das escolas públicas, é que no chão da escola, essas determinações não ocorrem de fato, levando essas pessoas que evadem a situações problemas no decorrer de suas existências, muitos ficam excluídos nas garantias de seus direitos. Deste modo, discutir sobre a evasão escolar, é compreender

que os direitos dos alunos que optam por evadir, não esta assegurada o direito a educação integral. Como argumenta Chauí (1989, p. 16):

A prática de declarar direitos significa, em primeiro lugar, que não é um fato óbvio para todos os homens que eles são portadores de direitos e, por outro lado, significa que não é um fato óbvio que tais direitos devam ser reconhecidos por todos. A declaração de direitos inscreve os direitos no social e no político, afirma a sua origem social e política e se apresenta como objeto que pede o reconhecimento de todos, exigindo o consentimento social e político.

O direito à educação é pressuposto para a conquista de vários direitos e legitimação da inclusão social, concordando com Cury (2002, p. 260) quando afirma que:

O direito à educação parte do reconhecimento de que o saber sistemático é mais do que uma importante herança cultural. Como parte da herança cultural, o cidadão torna-se capaz de se apossar de padrões cognitivos e formativos pelos quais se tem maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação. Ter o domínio de conhecimentos sistemáticos é também um patamar *sine qua non* a fim de poder alargar o campo e o horizonte desses e de novos conhecimentos.

No contexto da educação profissional, ainda é preciso atentar para a necessidade da formação integral (Pacheco, 2012), pois, como afirma Rodrigues (2002) uma alternativa para a emancipação dos indivíduos é o rompimento acerca da alienação do trabalho. Para o autor:

[...] nenhum conteúdo educacional doutrinário mudaria a visão de mundo dos filhos dos operários se a educação não lhes desse meios para superar sua condição de trabalhador parcial, capaz de executar uma única tarefa simplificada, ditada pelas exigências do capital (Rodrigues, 2002, p. 53).

De Almeida (2010) corrobora com essas necessidades quando pondera que a escola, enquanto formadora de sujeitos sociais, não deveria estar direcionada à continuidade social do sistema capitalista. Por isso, a escola precisa estimular os estudantes a superar a alienação na perspectiva da superação, da emancipação dos indivíduos por meio dos estudos, dos conhecimentos, dos ensinamentos apoiados na esperança do posicionamento acerca das temáticas e das situações que os cercam.

Especialmente em relação à Educação Profissional, é preponderante que para a consolidação de uma formação humanista e emancipatória, o percurso formativo dos

estudantes seja norteado na perspectiva da formação integral, a qual deve ter como alicerce a articulação entre trabalho, tecnologia, cultura e ciência (Borges; Lima, 2019).

Já Frigotto (2001, p. 82) cita 05 aspectos centrais para a efetivação de uma Educação Profissional, a considerar, a “pública, laica, unitária, gratuita e universal, centrada na ideia de direito subjetivo de cada ser humano”. Ele as avalia como prisma emancipatório. Um desses aspectos refere-se à necessária reiteração da concepção de educação básica (fundamental e média) de forma que possa promover a formação de sujeitos autônomos, articulados a um projeto de Estado, de fato, democrático. Ainda segundo o mesmo autor, as políticas de emprego e renda devem estar inseridas em um projeto alternativo de desenvolvimento humano, social, político, cultural e econômico onde o ser humano ocupa uma posição central, e não a demanda do mercado ou o lucro.

Em face do exposto, verifica-se a importância e a exigência de revisão do cenário educacional, econômico e político atual, que prioriza uma formação centrada no desenvolvimento de competências direcionadas ao atendimento para as demandas do mercado. Para ampliarmos essas discussões, na seção a seguir detalharemos a respeito da Educação Profissional enquanto modalidade de ensino.

## **2.1 De que trata a Educação Profissional?**

Ao longo da história, a associação entre as instituições educacionais e a qualificação para o trabalho efetivou-se nos espaços escolares através da educação profissional. Tais escolas, em sua gênese, “foram idealizadas para conferir uma ocupação aos desvalidos da sorte e da fortuna, com a finalidade de livrá-los da delinquência [...]” (Ramos, 2014, p. 9). Ou seja, já naquela época a dualidade ricos X pobres já se fazia presente na educação, uma vez que a Educação Profissional se destinava aos menos favorecidos, os quais deveriam atender às demandas de um país que necessitava industrializar-se. Kunzer (2009, p. 9) argumenta que:

[...] o conjunto das dezenove escolas profissionais congêneres foi concebido no âmbito das ações voltadas à afirmação e consolidação da República Federativa Brasileira, bem como, ao seu progresso que foi atribuído à educação do povo, ao controle social e à industrialização, entre outras condições.

Ramos (2014) concorda com esses argumentos ao afirmar que a criação de escolas estava mais direcionada ao atendimento às questões econômicas do que propriamente às demandas sociais. Conforme nos lembra Magalhães (2011, p. 93):

[...] às classes de poder aquisitivo considerável eram reservados os estudos clássicos, o trabalho intelectual era valorizado às elites; às classes menos favorecidas cabia o trabalho manual, menos valorizado. Sacramentava-se, assim, a velha dualidade do ensino: uma escola para os pobres e uma escola para os ricos; uma escola para aqueles que vão dirigir a sociedade e uma escola para aqueles que vão servir a sociedade.

Vimos, portanto, que a Educação Profissional, desde sua criação, esteve relacionada às forças produtivas do Brasil criando, deste modo, uma intensa relação entre educação e trabalho na perspectiva de habilitação da técnica dos diversos grupos da sociedade para atender e servir o capital, visando o bem econômico (Frigotto, 2006).

Ao longo do tempo a Educação Profissional passou por várias modificações, mas foi na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/1996 que, pela primeira vez, a legislação dedica um capítulo específico à Educação Profissional, proferindo que essa se configure “[...] integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, e conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (Brasil, 1996, p. 20).

Para Medeiros Neta *et al.* (2018) tratar da Educação Profissional em um capítulo específico na LDB reflete sua posição à parte da educação regular brasileira, como uma modalidade de ensino complementar, o que foi reforçado com a publicação do Decreto nº 2.208/97, que separou a educação profissional da educação propedêutica. Posteriormente, esse decreto foi revogado e elaborou-se um novo decreto, o Decreto nº 5.154 de 23/07/2004, sancionado em outro contexto político. Esse novo documento restabeleceu a integração do ensino médio à educação profissional e tecnológica (EPT), do seguinte modo: a articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio se efetivaria de acordo com as seguintes possibilidades: 1) na forma integrada, oferecida àqueles que já concluíram o ensino fundamental; 2) concomitante oferecida àqueles que já concluíram o ensino fundamental ou estejam cursando o ensino médio, e 3) subsequente oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio (Brasil, 2004).

Este mesmo documento ainda preconiza que a Educação Profissional seja desenvolvida nos seguintes cursos e programas: I - formação inicial e continuada de trabalhadores; II - educação profissional técnica de nível médio; e III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação (Brasil, 2004).



Posteriormente, em 2012 foi publicada a Resolução CNE/CEB nº 06/2012 (Brasil, 2012), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM). No artigo 06 da referida lei apresenta-se os princípios norteadores desta modalidade de ensino:

- I - Relação e articulação entre a formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante;
- II - Respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional;
- III - Trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular;
- IV - Articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico;
- V - Indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem (Brasil, 2012, p. 2).

Na análise desse documento, Soares Junior e Borges (2021) observam que é necessário propor uma formação humana e profissional dual, haja vista o referido documento, apresentar elementos que nos levam a pensar em duas vias para a formação dos trabalhadores, sendo que uma delas se aproxima de uma concepção mais ampliada da formação humana, e outra que se aproxima da formação unilateral, direcionada aos interesses capitalistas. Essa dualidade reflete, segundo os autores, as próprias contradições apresentadas sobre a concepção de educação profissional, o que reforça a histórica dualidade existente nesta modalidade de ensino no Brasil.

Também neste documento não estão explícitas as bases teóricas que fundamentam a necessidade de uma formação integral e integrada como o trabalho como princípio educativo, e ciência, tecnologia, cultura e trabalho como categorias orientadoras do currículo, o que ilustra as dificuldades de se implantar um projeto de Educação Profissional que não fique restrito à lógica do capital (Bernardim; Silva, 2014). Em 2021 foram publicadas as novas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Neste documento, conceitua-se essa modalidade como:

[...] modalidade educacional que perpassa todos os níveis da educação nacional, integrada às demais modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, organizada por eixos

tecnológicos, em consonância com a estrutura sócio-ocupacional do trabalho e as exigências da formação profissional nos diferentes níveis de desenvolvimento, observadas as leis e normas vigentes (Brasil, 2021, p. 1).

Já a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) envolve, segundo esta Resolução, o seguinte:

II - Educação Profissional Técnica de Nível Médio, incluindo saídas intermediárias de qualificação profissional técnica e cursos de especialização profissional técnica; e

III - Educação Profissional Tecnológica, de graduação e de pós-graduação, incluindo saídas intermediárias de qualificação profissional tecnológica, cursos de especialização profissional tecnológica e programas de Mestrado e Doutorado profissional (Brasil, 2021, p. 3).

É válido ressaltar que esta Lei foi alvo de várias críticas, como a nota de repúdio emitida pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), a qual foi assinada por várias associações, sociedades e fóruns do campo da educação e criticou, dentre outros pontos, a forma antidemocrática, esta Lei foi denominada de contrarreforma, pois, enfatiza a economia neoliberal, e atende aos interesses do capital, avança às questões relacionadas ao ultraconservadorismo, ultraliberalismo, negacionismo da ciência e a tecnocracia militarista, observa a fragmentação da etapa final da educação básica, a obscura com a qual o referido documento foi construído, inclusive com poucos avanços relativos ao documento anterior (ANPED, 2021).

Para a Educação Profissional, Ramos (2014) enfatiza que os estudos de autores como Dante Moura, Demerval Saviani, Gaudêncio Frigotto e outros, são essenciais para compreendermos a Educação Profissional em sua constituição e essência, fundamentada em princípios como formação humana integral, politecnicidade, trabalho como princípio educativo e pesquisa enquanto princípio pedagógico. O entendimento desses princípios é fundamental para a concretização da formação humana em sua completude, desenvolvendo os aspectos mental, cultural e político (Frigotto, 2012). Na seção seguinte delinearemos a caracterização da educação profissional técnica de nível médio.

## **2.2 Caracterizações da Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Brasil.**

Desde o surgimento da Educação Profissional, muitas legislações e modificações foram ocorrendo, acompanhando as configurações sociais, políticas e

econômicas. De um caráter inicialmente assistencialista, passou-se à necessidade de preparo de mão de obra para o desenvolvimento econômico do país.

Kuenzer (2002) nos lembra de que a história do ensino médio reflete as tensões nas bases materiais de produção e, por isso, sua compreensão está ligada à história da educação profissional. Tanto a formação de trabalhadores como a formação de cidadãos seguiu uma dualidade estrutural, haja vista a nítida demarcação entre aqueles que iriam desempenhar as funções instrumentais e os que desempenharem as funções intelectuais.

Em uma breve retrospectiva histórica, constatamos que a Reforma Capanema de 1942, buscou ajustar as propostas pedagógicas existentes para a formação de intelectuais e trabalhadores, adequando-as às demandas do mundo do trabalho. Foram criados os cursos médios de 2º ciclo, chamados de Colegial (científico e clássico), com duração de três anos, destinados a preparar os estudantes para o ingresso no ensino superior, e os demais cursos, chamados de formação profissional, como normal, agrotécnico, comercial técnico e industrial técnico, ensino superior (Ferretti, 2016). Corso e Soares (2014) lembram que o acesso ao ensino superior poderia ser alcançado por um exame de adaptação, que conferia aos estudantes o direito a participar dos processos de seleção para este nível de ensino. Porém, este acesso, segundo os autores, já se dava pela avaliação de conteúdos gerais (letras, ciências, humanidades), reiterando a dualidade curricular presente nessa tentativa de articulação entre as modalidades profissional e propedêutica.

Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 definiu como finalidades do Ensino Médio o aprofundamento dos conhecimentos construídos no Ensino Fundamental para dar continuidade dos estudos no nível superior, a preparação para o trabalho e a cidadania do educando, aprimoramento do aluno como pessoa humana, dentre outras. Em 1997, após a LDB de 1996, publica-se o Decreto nº 2.208, que organizou a educação profissional da seguinte forma: a) cursos de níveis básicos oferecidos a trabalhadores para sua qualificação, independentemente de sua escolaridade prévia; b) cursos técnicos de nível médio para habilitação de alunos egressos do ensino médio e, c) cursos tecnológicos, com habilitação em nível superior. Nessa condição, o ensino técnico passa a ser complementar ao ensino médio, passando a ser ofertado na forma concomitante ou subsequente (Mendonça, 2014).

O Decreto nº 2.208/97 organizou a Educação Profissional em três níveis: 1º) o básico, proposto à qualificação e reprofissionalização de trabalhadores livres de

escolaridade antecedente; 2) o técnico, para adaptar a capacitação profissional a alunos matriculados e egressos do ensino médio, e 3) o tecnológico, que corresponde a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico (Brasil, 1997). Esse Decreto foi revogado em 2004, sendo substituído pelo Decreto nº 5.154/2004, o qual manteve as ofertas dos cursos técnicos concomitantes e subsequentes, resgatando a possibilidade de integração da educação profissional ao ensino médio.

Em 2012 foi promulgada a Resolução CNE/CEB nº 06, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), o qual a apresenta como um dos cursos pertencentes à Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Assim, a EPT compõe-se de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, Educação profissional técnica de nível médio, e Educação Profissional e Tecnológica, de graduação e pós-graduação (Brasil, 2012).

Em 2021 foi promulgada a Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, trazendo as novas diretrizes curriculares para a Educação Profissional e Tecnológica, caracterizada como uma modalidade educacional que perpassa todos os níveis da educação nacional, organizada segundo os seguintes cursos e programas: 1) Qualificação profissional, incluindo a formação inicial e a formação continuada de trabalhadores; 2) Educação Profissional Técnica de Nível Médio, incluindo saídas intermediárias de qualificação profissional técnica e cursos de especialização profissional técnica e, 3) Educação Profissional Tecnológica, de graduação e de pós-graduação, incluindo saídas intermediárias de qualificação profissional tecnológica, cursos de especialização profissional tecnológica e programas de Mestrado e Doutorado profissional (Brasil, 2021).

Ainda que se tenha presenciado, na história, tentativas legais de superação da dualidade educacional que, por sua vez, refletia uma dualidade social, o aprofundamento dessa situação é observado em outro importante documento: a Lei nº 13.415/2017, conhecida como “Novo Ensino Médio” (Brasil, 2017). Segundo Pelissari (2021), a fragmentação e a dualidade educacional se instituem neste documento com a criação de uma base curricular comum com itinerários formativos específicos, além da organização por competências que se impõe às orientações curriculares da reforma. Ainda de acordo com o autor citado, acrescenta que a referida Lei traz ainda, como base para o Ensino Médio, a desvalorização do trabalho e da formação profissional docente,

indo de encontro ao lento processo de construção de uma identidade para o Ensino Médio que vinha se desenvolvendo, essa questão será debatida na seção seguinte.

Portanto, concordamos com Xavier e Fernandes (2019) quando afirmam que, diante das incertezas e novas configurações postas para o Ensino Médio, a integração deste com a Educação Profissional deve fundamentar-se na concepção de educação unitária como uma perspectiva da superação da dualidade escolar, e também de uma educação politécnica, necessária para a compreensão dos fundamentos científicos das variadas técnicas utilizadas no processo produtivo.

Vimos, portanto, que a Lei 13.415/2017 trouxe importantes mudanças na configuração do Ensino Médio e, conseqüentemente, da Educação Profissional. Por isso, na seção a seguir trataremos com mais detalhes como a Educação Profissional se insere na nova configuração do Ensino Médio.



### **3 O NOVO ENSINO MÉDIO E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL: organização e estruturação.**

A Lei do Novo Ensino Médio surgiu como tentativa para minimizar os baixos índices de qualidade no Ensino Médio, uma vez que este representa um dos principais problemas da educação nacional, foi criada a Lei nº 13.415/2017, que reformulou e originou o que convencionalmente chamamos de “Novo Ensino Médio”. Esta lei foi proposta pela Medida Provisória (MP) nº 746/2016 (Brasil, 2016), que altera a Lei nº 9.394/1996 (Brasil, 1996).

Ao abordarmos a estrutura e organização do Ensino Médio, faz-se de extrema importância o entendimento da Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017), haja vista que esta lei trouxe alterações tanto na organização como na estrutura do Ensino Médio, o qual teve sua carga horária anual ampliada de 800 horas para 1.000 horas, perfazendo um total de 3.000 horas para a etapa do Ensino Médio.

A estrutura curricular também foi alterada, dando origem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento normativo que define, de forma progressiva, as aprendizagens essenciais que devem ser desenvolvidas ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. A BNCC organiza-se em uma parte comum obrigatória com duração de 1.800 horas na oferta das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, e Inglês, em apenas um ano. Às 1.200 horas restantes deverão ser completadas a partir da escolha por parte dos estudantes, entre cinco itinerários formativos disponíveis, a saber: 1) linguagens e suas tecnologias, 2) matemática e suas tecnologias, 3) ciências da natureza e suas tecnologias, 4) ciências humanas e sociais aplicadas, e 5) formação técnica e profissional. Por itinerário formativo entende-se um conjunto de currículos, projetos, núcleos de estudo e cursos, e outras situações de aprendizagem que os estudantes poderão escolher no ensino médio.

No caso do itinerário da formação técnica e profissional, especialmente na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, os cursos e programas são organizados por eixos tecnológicos seguindo as orientações do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Tal documento se constitui como referência para a oferta dos cursos técnicos de nível Médio, estruturados em relação à organização dos cursos quanto à nomenclatura, carga horária e ao perfil descritivo (Teixeira *et al.*, 2019).

A Lei do Novo Ensino Médio recebeu muitas críticas tanto da sociedade civil como da comunidade científica, relativas à oferta de Escolas de Tempo Integral, já que

não há uma relação direta entre aumento do tempo escolar e melhoria da qualidade do ensino, dentre outras questões. Outro ponto de crítica refere-se à suposta escolha por itinerários formativos, considerando que os mesmos serão ofertados conforme as condições disponíveis para as escolas (Correa; Garcia, 2018).

Já a BNCC é fundamentada, segundo Franzi (2020) na formação por competências e habilidades, em uma clara articulação com os interesses mercadológicos, objetivando beneficiar os negócios no setor privado, como a venda de materiais didáticos e da indústria das avaliações e das consultorias. Uma das competências previstas na BNCC diz respeito ao trabalho e ao projeto de vida. Projeto de vida, de acordo com o próprio Franzi, deve ser entendido como um movimento individual, onde o sujeito faz suas escolhas e traça estratégias para alcançar seus objetivos com base no pertencimento ao seu contexto social, o que considera as características das circunstâncias históricas, sociais e culturais.

Por isso, a construção de um projeto de vida traz consigo uma íntima articulação entre indivíduo e sociedade. Nesse sentido, o autor ressalta que se deve pensar no projeto de vida em que assume uma contraposição à lógica meritocrática e individualista propagada pelo ideário neoliberal, sustentando-se o projeto de vida em uma postura ética, com implicações para o mundo mais amplo.

O itinerário da Formação Técnica e Profissional não pode ser confundido com os cursos técnicos que existem na atualidade, haja vista que esse último pode ser ofertado em diferentes arranjos, com saídas intermediárias tendo como consequência uma rapidez da formação profissional. Os cursos de qualificação profissional<sup>4</sup>, por exemplo, preveem possibilidades de saídas intermediárias. Enquanto os cursos técnicos<sup>5</sup> são destinados a pessoas que já concluíram o Ensino Fundamental, ou que estejam cursando ou já concluíram o Ensino Médio.

Essa diferença de conceitos está presente na definição apontada no *site* do Ministério da Educação (MEC), o qual define que o curso técnico busca promover “o desenvolvimento da capacidade de aprender e empregar novas técnicas e tecnologias no trabalho e compreender os processos de melhoria contínua nos setores de produção e

---

<sup>4</sup> Quando comparados aos cursos de habilitação profissional (ou cursos técnicos). Enquanto os cursos técnicos têm entre 800 e 1.200 horas de duração, os cursos de qualificação podem ter entre 160 e 200 horas.

<sup>5</sup> A obtenção do diploma de técnico só pode ser conferida àqueles que já concluíram o Ensino Médio. Tais cursos têm carga horária variando entre 800, 1.000 e 1.200 horas, dependendo da habilitação profissional que será conferida, conforme consta no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT).



serviços”. Enquanto os cursos curtos de qualificação visam exclusivamente “propiciar o desenvolvimento de competências básicas ao exercício de uma ou mais ocupações reconhecidas no mercado de trabalho” (Piolli; Sala, 2020).

Da forma como foi proposto em 2017, o Novo Ensino Médio era para ser organizado com o estudante cumprindo um itinerário de formação técnica e profissional fazendo uma diversidade de pequenos cursos de qualificação profissional, além de estudar e se aprofundar nas quatro áreas do conhecimento, priorizando o desenvolvimento das competências básicas das ocupações reconhecidas no mercado de trabalho (Piolli; Sala, 2020). Concordando, Ferretti (2018) pontua que essa organização do Ensino Médio em itinerários formativos contribui para o aligeiramento da educação profissional que será disponibilizado pelo ensino médio, haja vista a redução da carga horária e a possibilidade de abertura de convênios com instituições de educação à distância além de cursos oferecidos por centros ou programas ocupacionais.

Segundo o art. 12 das DCNEM, a partir das áreas do conhecimento e da formação técnica e profissional, os cinco Itinerários Formativos de 1.200 horas cada, devem ser organizados seguindo o contexto local e as possibilidades de oferta da unidade escolar, considerando:

I – linguagens e suas tecnologias – aprofundamento de conhecimentos estruturantes para aplicação de diferentes linguagens em contextos sociais e de trabalho, estruturando arranjos curriculares que permitam estudos em línguas vernáculas, estrangeiras, clássicas e indígenas, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), das artes, design, linguagens digitais, corporeidade, artes cênicas, roteiros, produções literárias, dentre outros, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino;

II – matemática e suas tecnologias – aprofundamento de conhecimentos estruturantes para aplicação de diferentes conceitos matemáticos em contextos sociais e de trabalho, estruturando arranjos curriculares que permitam estudos em resolução de problemas e análises complexas, funcionais e não-lineares, análise de dados estatísticos e probabilidade, geometria e topologia, robótica, automação, inteligência artificial, programação, jogos digitais, sistemas dinâmicos, dentre outros, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino;

III – ciências da natureza e suas tecnologias – aprofundamento de conhecimentos estruturantes para aplicação de diferentes conceitos em contextos sociais e de trabalho, organizando arranjos curriculares que permitam estudos em astronomia, metrologia, física geral, clássica, molecular, quântica e mecânica, instrumentação, ótica, acústica, química dos produtos naturais, análise de fenômenos físicos e químicos, meteorologia e climatologia, microbiologia, imunologia e parasitologia, ecologia, nutrição, zoologia, dentre outros, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino;

IV – ciências humanas e sociais aplicadas – aprofundamento de conhecimentos estruturantes para aplicação de diferentes conceitos em contextos sociais e de trabalho, estruturando arranjos curriculares que permitam estudos em relações sociais, modelos econômicos, processos

políticos, pluralidade cultural, historicidade do universo, do homem e natureza, dentre outros, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino;

V – formação técnica e profissional – desenvolvimento de programas educacionais inovadores e atualizados que promovam efetivamente a qualificação profissional dos estudantes para o mundo do trabalho, objetivando sua habilitação profissional tanto para o desenvolvimento de vida e carreira, quanto para adaptar-se às novas condições ocupacionais e às exigências do mundo do trabalho contemporâneo e suas contínuas transformações, em condições de competitividade, produtividade e inovação, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino (Brasil, 2018, p. 06 - 07).

Os itinerários formativos possibilitam aos educandos a ampliação das aprendizagens relacionadas à BNCC, enfatizando os valores éticos, democracia, justiça social, pluralidade, sustentabilidade, com o objetivo de estimular no educando a visão ampla de mundo e amparo à diversidade. Elas são organizadas em quatro eixos estruturantes, a saber: I - investigação científica: permite o aprofundamento de investigação e sistematização por meio das produções científicas, considerando as características locais na compreensão desses fenômenos; II - processos criativos: aprofundamento dos conhecimentos científicos na construção dos aspectos relacionados a protótipos, produtos que atendam a demanda da sociedade; III - mediação e intervenção sociocultural: integração de conhecimentos na resolução de conflitos para resolver problemas e questões da comunidade; IV – empreendedorismo: integração de conhecimentos de diversas áreas para o desenvolvimento de organizações com várias missões voltadas ao incremento de produtos e serviços inovadores com o uso de tecnologias (Brasil, 2018).

Saviani, em entrevista ao *site* Brasil de Fato, tece várias críticas à reforma do novo ensino médio, quando diz que: essa é uma reforma que, de fato, sugere um atraso para a década de 1940 quando estava demarcada a formação profissional de um lado e a formação das elites de outro, para o teórico esta reforma não atende as necessidades do sistema educacional do país e não foi debatida democraticamente com a sociedade (Ramos, 2017).

Em concordância a isso, Grabowski (2017) no documento intitulado “Quem conhece a reforma do ensino médio, a reprova”, divulgado na Revista Extraclasse do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul, pondera:

Esta reforma do ensino médio é um equívoco político, considerando que a sociedade não participou e nem a legitimou; é um equívoco metodológico, tendo em vista que até o Ministério Público Federal (MPF) a considerou inconstitucional; e, também, trata-se de um equívoco pedagógico-epistemológico, pois mutila e fragmenta a formação humana, científica e técnica que os jovens têm direito na educação básica.

Em complementação ao Novo Ensino Médio, foi conferida às secretarias de educação e às escolas a independência para a elaboração de seus projetos pedagógicos a serem inseridos em suas instituições, desde que estas estivessem em conformidade com a BNCC e levando em consideração as realidades e necessidades locais. A lei prevê que o estudante terá a possibilidade de escolher em quais itinerários vai dar aprofundamento aos seus estudos favorecendo, a priori, o protagonismo juvenil, sendo que as escolas deverão organizar suas práticas de ensino no sentido de viabilizar o projeto de vida esperado pelos estudantes. Porém, a realidade pedagógica se mostra bem diferente daquilo que se espera.

No caso do itinerário da formação profissional, como acrescentam Costa e Dias (2021), criar cursos com ênfase tecnológica requer investimento em equipamentos, laboratórios e outros suportes para desenvolver uma formação que possa acompanhar as mudanças sociais e do mundo do trabalho, conforme prega o discurso presente nos documentos da Reforma.

Sobre as mudanças no Ensino Médio e implantação do Novo Ensino Médio (NEM), o Ministério da Educação (MEC), posicionou-se no sentido de “garantir a oferta de educação de qualidade a todos os jovens brasileiros e de aproximar as escolas à realidade dos estudantes, considerando as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade”. Sabe-se que na prática pedagógica das escolas, devido os problemas que as escolas públicas apresentam, a implantação do novo ensino médio vem sendo complexa, haja a vista a suspensão, em março de 2023, do prazo para sua concretude, além da instauração da consulta pública para avaliação e reestruturação da proposta.

Diante das críticas relacionadas ao novo ensino médio, o governo federal publicou a Portaria nº 627, de 04 de abril de 2023 (Brasil, 2023a), que suspende os prazos que determinam os artigos 4º, 5º, 6º e 7º da Portaria do Ministério da Educação e Cultura, nº 521, de 13 de julho de 2021, que estabelece o Cronograma de Implementação do Novo Ensino Médio no Brasil, no período de 60 (sessenta) dias após o término da Consulta Pública para a avaliação e reestruturação da política nacional de

Ensino Médio, estabelecida pela Portaria Ministério da Educação e Cultura, nº 399, de 8 de março de 2023 (Brasil, 2023b).

Ademais, a opção pela formação profissional, da maneira que é proposta na BNCC, fundamenta-se na inclusão de vivências práticas de trabalho, possibilidade de obtenção de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, reconhecimento de competências com instituições de educação à distância, dentre outras questões. Tais propostas podem enfraquecer a qualidade da formação técnico-profissional e minimizar as boas experiências do ensino médio integrado, fortalecendo assim as instituições privadas e as desigualdades sociais (Cardozo; Lima, 2018).

Após as críticas ao modelo proposto, o Novo Ensino Médio passou por reformulação no mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, através do Projeto de Lei nº 5230/2023. A nova proposta modifica a lançada em 2017, nos aspectos: carga horária; disciplinas obrigatórias; formação de professores; e os “itinerários formativos”. O projeto refaz às 2.400 horas anuais para as disciplinas obrigatórias e sem integração com curso técnico. No tocante aos cursos técnicos, serão 2.100 horas de disciplinas básicas e, pelo menos, 800 horas de aulas técnicas.

Os itinerários formativos foram substituídos por percursos de aprofundamento, o texto determina que o currículo do ensino médio seja composto por formação geral básica e por percursos de aprofundamento e integração de estudos, que vão ajustar, no mínimo, com três áreas da informação, segundo a importância para o *lócus*, e a possibilidade dos sistemas de ensino. Esse aprofundamento poderá ocorrer nas seguintes áreas: linguagens, matemática e ciências da natureza; linguagens, matemática e ciências humanas e sociais; linguagens, ciências humanas e sociais e ciências da natureza; matemática, ciências humanas e sociais e ciências da natureza. Ademais, os sistemas de ensino deverão garantir que as suas escolas de ensino médio ofereçam, no mínimo, dois percursos com ênfases diferentes.

Conforme o projeto, a formação geral básica assegurará a oferta dos seguintes componentes curriculares: língua portuguesa e suas literaturas; língua inglesa; língua espanhola; arte, em suas múltiplas linguagens e expressões; educação física; matemática; história, geografia, sociologia e filosofia; e física, química e biologia (Brasil, 2023c).

Diante do exposto, e tendo em vista o contexto de desigualdades sociais que observamos na sociedade brasileira, aliado ao sistema capitalista colapsado e a

perspectiva neoliberal, vimos que os jovens das classes sociais menos favorecidas são os que mais padecem, estando vulneráveis na sociedade onde vivem, pois como pontuam Dante; Lima Filho; Silva (2015, p. 1071).

No Brasil, a extrema desigualdade socioeconômica obriga grande parte dos filhos da classe trabalhadora a buscar, bem antes dos 18 anos de idade, a inserção no mundo do trabalho, visando complementar a renda familiar ou até a autossustentação, com baixíssima escolaridade e sem nenhuma qualificação profissional, engordando as fileiras do trabalho simples, mas contribuindo para a valorização do capital.

A nova configuração do ensino médio, portanto, trouxe muitas alterações na estruturação e organização da formação profissional, que se centra em uma preparação para o mercado de trabalho em detrimento de uma formação integral, como pressupõe as bases teóricas da educação profissional. A sociedade civil organizada fez vários questionamentos sobre a necessidade de discussões de forma democrática e participativa sobre o novo ensino médio, embasados na Constituição Federal (CF) de 1998 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996. Para ampliarmos essa discussão, na seção seguinte iremos abordar a temática da pesquisa, a evasão escolar, à luz dos teóricos estudados.



## **4 A EVASÃO ESCOLAR NA EPTNM.**

### **4.1 Evasão, abandono escolar: aproximações e distanciamentos de conceitos.**

O conceito de evasão é utilizado na literatura, por vezes, fazendo referência ao abandono do aluno da escola, à saída temporária e posterior retorno do aluno à instituição, dentre outras situações. Conforme observa Karasinski (2019), o conceito varia de acordo com o sistema educativo implementado, com as práticas pedagógicas observadas e as modalidades de avaliação, considerando-se o contexto sobre o qual se fala.

Conforme refletem Sales, Castro e Dore (2013), a evasão nas instituições de ensino no Brasil, é um fenômeno complicado, multifacetado e multicausal, associado a situações individuais, sociais e institucionais, deste modo, resulta no abandono, saída por certo período da escola, ou a saída definitiva da instituição de ensino configurando a evasão escolar.

Os documentos oficiais também não trazem de forma explícita o que consideram como evasão escolar, dificultando o entendimento sobre a temática. Estudos como os de Fritsch (2017), Bezerra *et al.* (2020), Trindade e Oliveira (2019) fazem menção à evasão escolar como sinônimo de abandono.

Um dos motivos que pode contribuir para essa dificuldade é a falta de consenso sobre o conceito de evasão. Anic e Silva (2021) citam o estudo de Bordini (2021), que realizou uma revisão sistemática de literatura compreendendo o período entre 2015 e 2020, onde constatou que o conceito de evasão é complexo quando se procura diferenciá-lo do abandono escolar. Para os autores, a evasão significa que o aluno saiu da instituição escolar e não se matriculou em nenhuma outra. Já abandono, refere-se à situação em que o aluno se ausenta em um período do ano letivo, mas retorna à escola no ano seguinte.

Essa definição de abandono coaduna com a definição adotada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Silva Filho e Araújo (2017) que entende o abandono como a situação em que o aluno se afasta do sistema de ensino sem solicitar transferência.

No ano de 1996 o Ministério da Educação (MEC), por meio de uma Comissão Especial de Estudos sobre Evasão, reuniu um conjunto de dados sobre o desempenho de várias universidades públicas brasileiras com informações sobre índices de diplomação, retenção e evasão dos estudantes de seus cursos de graduação (ANDIFES; ABRUEM;

SESU/MEC, 1996). O referido documento argumenta sobre a falta de consenso no conceito de evasão, e distingue o fenômeno da evasão escolar, no âmbito do ensino superior, em três tipos: 1) Evasão de curso, para referir-se à situação em que o aluno se desliga do curso superior por causas diversas como abandono, transferência, reopção de curso, etc; 2) Evasão da instituição, referente à situação onde o aluno se desliga da instituição onde está matriculado e 3) Evasão do sistema, onde o aluno abandona o curso superior de forma temporária ou definitiva.

Alvarez, Alves e Matos (2021), em estudo sobre a evasão escolar nos cursos técnicos integrados ao ensino médio da Rede Federal, afirma que o MEC, para fins de cálculos da evasão escolar, considera o status da matrícula indicado pelo Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica, tendo em vista que “a evasão decorre do desligamento do estudante de um curso, caracterizada em diversas situações, tais como: abandono, pedido de cancelamento de matrícula, transferência interna ou externa” (Brasil, 2015, p. 2).

Dentre os fatores que ocasionam a evasão, citam-se aqueles relacionados ao estudante, à sua família, à escola e à própria comunidade, segundo Dore e Lüscher (2011). Para a evasão, incluem-se aqui questões institucionais, como a falta de conexão com os conteúdos escolares, visto que a estrutura curricular, por vezes, não é considerada atrativa pelo discente, além da estrutura física da escola, dentre outros fatores. Trindade e Oliveira (2019) concordam ao mencionar problemas relacionados às famílias, como falta de estímulos, estrutura familiar frágil e questões socioeconômicas como motivadores da evasão.

Sabemos que nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio os discentes estão na adolescência, contexto este em que muito se observa a evasão escolar, e nesta situação, é comum notarmos conflitos entre os adolescentes e seus pais, dificultando o diálogo. Ademais, na configuração atual da sociedade, com todas as suas mazelas, muitos trabalham para contribuir com o sustento da casa, dificultando a permanência e, em consequência, o êxito dos discentes.

De acordo com Dore (2013), seja qual for o motivo pelo qual o discente abandona a escola, essa situação vai gerar repercussões negativas no desenvolvimento de sua vida adulta. Quando os discentes optam por evadir dos estudos e decidem sair da escola, além de perderem um tempo precioso com essa decisão, perdem também o estímulo ao estudo e muitos não conseguem retornar para a instituição escolar.



Para Bezerra *et al.* (2020), a superlotação em sala de aula contribui para a problemática da evasão, dificultando o processo de ensino e aprendizagem. Quanto maior a quantidade de alunos nas turmas, pior o desempenho. Pereira (2003) corrobora ao afirmar que a evasão está associada à baixa qualidade do ensino.

De acordo com Queiroz (2010), a evasão escolar não é um problema apenas das escolas, segundo ele, esta é uma questão nacional que vem ocupando acentuado papel nas discussões e pesquisas educacionais no Brasil. Este elemento destaca-se como assunto preocupante para os envolvidos, tais como alunos, pais, professores e escolas. Há apreensão com o futuro das crianças, jovens e adultos que evadem dos seus cursos.

A evasão escolar deve ser compreendida a partir de vários aspectos, desde a formação de professores a problemas externos e internos da escola. Segundo Krawczyk (2009), a evasão no ensino médio é como uma crise de legitimidade da instituição escolar a falta de incentivos para que os discentes concluam seus cursos. Apesar das políticas governamentais que se mantêm nos últimos anos, as problemáticas continuam.

Em relação ao fracasso dos alunos nas instituições educacionais, Patto (1999) recomenda a importância de debatermos a respeito do discurso da culpa pelo fracasso escolar, seja do discente e/ou de sua família. Ela enfatiza questões institucionais e sociais determinantes na produção do fracasso escolar, ao contrário das dificuldades emocionais, orgânicas, neurológicas, rompendo contra as visões psicologizantes dos problemas de aprendizagem.

Em vista do exposto, entendemos que, ainda que não haja um consenso em relação ao conceito de evasão, a dificuldade quanto à formulação de políticas públicas e ações para seu enfrentamento, devido essa dificuldade de consenso do conceito de evasão, para este estudo, pautamos nos estudos de Dore e Lüscher (2011) e Karasinski (2019), por serem estudiosos da temática e devido suas apreciações sobre evasão escolar melhor se adequarem ao contexto da escola estadual pesquisada. Posto isso, é importante que se busque a compreensão dos motivos pelos quais o estudante evade da escola para que seja possível pensar em possíveis estratégias para minimizar essa problemática. Assim, na seção a seguir trataremos de alguns fatores que ocasionam a evasão escolar.

#### **4.2 Fatores relacionados ao fenômeno da Evasão Escolar.**

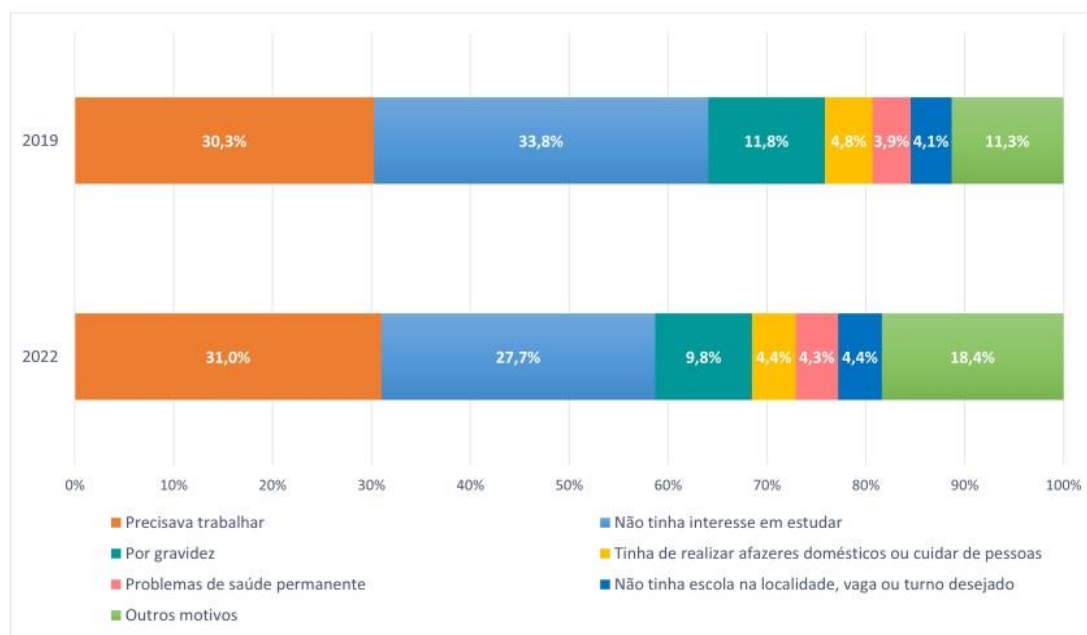
A educação é um dos direitos basilares para a sociedade democrática atual e, nesse contexto, a evasão escolar representa um dos principais problemas que afetam o processo educativo no país. Segundo Anic e Silva (2021), a evasão escolar é um fenômeno que persiste ao longo da história do Brasil e, na seção anterior, vimos que a literatura faz alusão ao termo evasão em diferentes situações, como abandono escolar, desistência, saída por um período do ambiente escolar, dentre outros.

Os principais motivos expressos na literatura Dore; Lüscher, (2011); Karasinski (2019); Bordini (2021) o que ocasiona a evasão são aspectos, como: indivíduos em situação de vulnerabilidade; gravidez precoce das adolescentes; dificuldade de conciliar trabalho e estudo; necessidade da complementação da renda familiar; defasagem idade/série; falta de representatividade na instituição escolar; conteúdo didático precisa fazer sentido ao educando; fome; desestruturação familiar; falta de estrutura escolar adequada; dificuldade de acesso às escolas; dificuldades na relação entre professores e colegas, dentre outros.

Pereira (2019) traz dados em seu estudo sobre os principais fatores que contribuem para a evasão, enfatizando a gravidez precoce das adolescentes; a obrigação do complemento da renda familiar; desestruturação familiar; a defasagem na idade/série; as questões relacionadas ao gênero e escolaridade dos pais.

Nessa perspectiva Rocha e Leal (2023), a partir de um estudo intitulado “Explorando os motivos da evasão escolar no Brasil: uma análise a partir do suplemento de educação da PNADC-2022”, e mostrado na Figura 1 abaixo, relatam os seguintes fatores que implica nos altos índices da evasão nas instituições, como: prioridade ao trabalho; gravidez das adolescentes; desinteresse; realização das tarefas do cotidiano, afazeres domésticos; questão institucional, que por vezes ocasiona a evasão, como, distância ou vagas no turno que o aluno deseja estudar; problemas relacionados à saúde dos alunos e por fim, alunos que desistiram por outras situações motivadoras.

Figura 1 - Fatores que contribuem para a evasão escolar na Educação Básica nos anos de 2019 e 2022, entre os indivíduos de 15 a 21 anos.



Fonte: Rocha e Leal (2023).

A respeito do problema da evasão, Dore e Lüscher (2011), argumentam que compreender as causas da evasão é uma tarefa complexa, uma vez que tais situações contemplam ações relacionadas à família, à escola, à comunidade, etc. Em relação ao próprio estudante, Bordini (2021) menciona fatores como falta de identificação com o curso, dificuldades em conciliar suas atividades com o horário do curso, dificuldades no acompanhamento das aulas, desmotivação em relação ao curso, dentre outros. Nesse mesmo estudo, Bordini (2021) elenca alguns aspectos sobre a evasão relacionados à escola, como formação dos docentes, estrutura das escolas, processos e práticas pedagógicas. Em relação ao sistema de ensino, a autora cita que a dificuldade dos estudantes incide, dentre outros fatores, na conciliação dos estudos com a vida profissional.

No contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), estudo como o de Rosa e Aquino (2019), dentre outros, evidenciam o paradoxo entre a expansão do número de vagas nessa modalidade de ensino e a persistência das altas taxas de evasão, especialmente na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM). Dentre os princípios que justificam esse fenômeno, Karasinski (2019) cita questões pessoais, sociais e institucionais, as quais podem levar à retenção escolar ou a saída provisória ou definitiva do aluno da escola.

A educação brasileira e, especialmente, a Educação Profissional se entrelaçam à desigualdade social, haja vista que em sua gênese as escolas profissionais foram concebidas para conceder uma profissão aos desvalidos da sorte, na intenção de livrá-los da delinquência, assim como ocorreu com a criação das Escolas de Artes e Ofícios, iniciada em 1909 no Brasil (Ramos, 2014, p. 9). Para que mudanças sejam implantadas, políticas públicas eficazes devem ser postas em prática, de modo que a massa populacional seja atendida, visto que as ações governamentais não alcançam esses indivíduos, contribuindo para a desigualdade social e escolar, que existe no Brasil.

Na seção a seguir, discutiremos com mais detalhes as políticas para enfrentamento da evasão escolar.

### **4.3 Políticas Públicas para enfrentamento da Evasão.**

Sendo a problemática da evasão um fenômeno complexo pelos vários fatores que a permeiam, incluindo aqui aqueles relativos à instituição, à família e ao próprio aluno, as estratégias para minimizar essa problemática requerem ações conjuntas e efetivas dos poderes públicos, atreladas às garantias fornecidas para gestores escolares e educadores de condições para desenvolverem o processo de ensino e aprendizagem.

Como ponderam Branco *et al.* (2020), deve-se estabelecer relações entre os vários setores relacionados ao problema, dentre os quais citam a criação de uma Rede de Proteção de Crianças, Adolescentes e Jovens, de modo que o direito à educação de todos seja garantido, incluindo-se aqui a escola, o Ministério Público, o Poder Judiciário, o Conselho Tutelar e a Assistência Social.

Observamos ações governamentais para o desenvolvimento de projetos na perspectiva de ampliar as melhorias na gestão educacional abrangendo a infraestrutura e projetos que articulem a comunidade à escola. O Movimento Todos Pela Educação (organização não governamental, sem fins lucrativos, movimento da sociedade civil), o qual tem cinco metas consideradas por seus idealizadores como facilmente mensuráveis que incluem:

Meta 1 – Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola; Meta 2 – Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos; Meta 3 – Todo aluno com aprendizado adequado à sua série; Meta 4 – Todo aluno com Ensino Médio concluído até os 19 anos; Meta 5 Investimento em Educação ampliado e bem gerido (Todos pela Educação, 2009, p. 18).

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), (Brasil, 1990), no seu Art. 53, toda criança e adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, direito este que é também assegurado pela LDB de 1996.

O Plano Nacional de Educação (PNE/2014- 2024), aprovado pela Lei nº 13.005, de 2014, determina metas e estratégias para a política educacional; dentre essas metas destacamos as metas 2, 3, 5 e 9, as quais se referem à atenção com a Educação Básica:

Meta 2: Universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional (Brasil, 2014b, p. 37, 53, 85, 159).

Universalizar a educação básica aos indivíduos brasileiros é um dos principais desafios para os governos (federal, estadual e municipal), essas pessoas precisam de políticas públicas para garantir sua permanência e êxito nas instituições educacionais, observa-se que o cumprimento dessas metas e sua completude torna-se uma utopia, visto que a maioria dos políticos no Brasil tem outros enfoques quando eleitos, deixando que a educação torne-se um investimento secundário, apesar dos esforços essas metas ficaram longe de serem cumpridas, pois precisam de empenhos das esferas tanto no âmbito federal quanto no local para que essas pessoas tenham seus direitos seguros.

Entende-se que os Estados brasileiros precisam garantir esforços para combater as intercorrências que afetam a educação no país, apesar de algumas políticas educacionais aplicadas nas escolas, é necessário garantir a continuidade das mesmas. Com necessários investimentos nas escolas (estruturação, contratação, acesso, concursos, capital); cuidados com a formação acadêmica e formação continuada dos professores; políticas para atender as famílias dessas pessoas que por vezes moram em situação de vulnerabilidade social.

Para minimizar o fenômeno da evasão escolar e na perspectiva de combatê-lo, o governo federal, propôs as seguintes políticas públicas, dentre as quais citamos:

- O Programa Caminhos da Escola (Brasil, 2019a), com o objetivo de renovar e fornecer veículos escolares, visto que muitos alunos têm dificuldades de acesso às instituições educacionais. Há situações com alunos que moram distantes da escola, dificultando a permanência e êxito nos cursos;
- Programa Saúde na Escola (PSE), (Brasil, 2019b), que têm objetivo de oferecer serviços gratuitos aos discentes com famílias de poucas aquisições econômicas, haja vista que muitos alunos enfrentam problemas de saúde, como desnutrição, verminoses, vivendo em situação de vulnerabilidade;
- Programa Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), (Brasil, 2019c), que visa a Inclusão de pautas de saúde pública, no que tange a educação sexual e à aprendizagem escolar.

Nesse sentido, autores como Brasil *et al.* (2017) e Lima *et al.* (2018), enfatizam a importância da articulação de diferentes setores, na garantia do acesso à saúde, essenciais para os discentes. Outros programas também foram criados para assegurar a permanência dos alunos na escola, como:

- Programa Bolsa Família (PBF), (Brasil, 2019d), que incentiva a permanência do aluno na escola, oferecendo subsídio a este para a compra de material escolar. O programa verifica o desempenho do aluno na escola e busca atacar problemas estruturais da educação brasileira, como o trabalho infantil, a fome, e a desnutrição;
- O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), (Brasil, 2019e) objetiva investir na alimentação escolar com grande valor nutricional, visto que boa parte dos discentes tem somente esta alimentação diária;
- O Programa Nacional do Livro Didático e do Material Didático (PNLD), (Brasil, 2019f), centrado na distribuição de livros gratuitos aos alunos, fomentando o processo de ensino e aprendizagem dos discentes;

- Programa a Escola que protege (EQP), (Brasil, 2019g), que vislumbra a garantia dos direitos de proteção de crianças e adolescentes em relação à violência, visto que muitos alunos moram em áreas violentas, em situação de risco;
- Programa Brasil Alfabetizado (PBA), (Brasil, 2019h), centrado na garantia de escolarização aos jovens e adultos que não obtiverem oportunidades de estudar na idade escolar esperada. O programa tem como alvo a região Nordeste, embora seja uma política nacional e esteja em todo o país, na perspectiva de alfabetizar a população brasileira;
- Programa Ensino Médio Inovador (Brasil, 2009) que objetiva a diversificação e incremento interdisciplinar. O programa espera que o conteúdo seja flexível, dinâmico, que tenha sentido ao educando e seja trabalhado conforme as peculiaridades locais de cada escola, visto que um dos problemas que levam à evasão é a identificação com a proposta pedagógica da escola;
- O Programa Mais Educação (Brasil, 2020) consiste no aumento da carga horária do ensino, visando à consolidação da escola em tempo integral.

Além dessas ações, a iniciativa privada também desenvolve programas com o intuito de combater a evasão escolar, como:

- Programa Estudar Vale a Pena (EVP), criado em 2010, pelo Instituto Unibanco, que tem como objetivo sensibilizar os estudantes do ensino médio de escolas públicas para a importância, valorização e prosseguimento dos estudos (Instituto Unibanco, 2019).
- O Projeto Jovem Futuro, criado em 2007, pelo Instituto Unibanco em parceria com secretarias estaduais de educação, tem como objetivo a oferta de educação de qualidade com vistas ao desenvolvimento integral do educando, estimulando a equidade e a transformação contínua (Instituto Unibanco, 2009).
- Programa Acelera Brasil, gerenciado pelo Instituto Ayrton Senna, objetiva a formação integral dos professores, por intermédio das secretarias de educação. O programa também enfatiza a aprendizagem dos estudantes em distorção idade/série, matriculados no ensino fundamental, terceiros aos quintos anos (Instituto Ayrton Senna, 2001).

- O Programa Se liga, do Instituto Ayrton Senna, busca auxiliar os alunos em defasagem idade/série, não alfabetizados e cursando do terceiro ao quinto ano do ensino fundamental (Instituto Ayrton Senna, 2019).
- Programa Busca Ativa, patrocinado pelo Fundo da ONU para a Infância, investiga a identificação de crianças fora da escola. O programa tem como objetivo apoiar os governos na identificação e controle da evasão escolar (Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2019).

Acreditamos, em consonância com Branco *et al.* (2020) de que a promoção de alianças entre a sociedade, a família, os alunos, as instituições de ensino e os poderes públicos para a criação de ações para permanência de alunos na escola, pode contribuir para potencializar as chances da quebra do ciclo da pobreza e de promoção a inserção desses estudantes na sociedade de forma crítica e emancipatória.

A EETEPA, *lócus* da pesquisa, conta com os seguintes programas: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os alunos têm direito à merenda na escola; Programa Nacional do Livro Didático e do Material Didático (PNLD), sendo que os alunos recebem os livros gratuitamente na escola. Há também o Programa Caminhos da Escola para ajudar no deslocamento, visto que a escola fica em bairro afastado do centro. Na escola também há alunos que recebem recursos do Programa Bolsa Família (PBF) e do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), que atende os cursos da modalidade concomitante.

Na seção a seguir, apresentaremos algumas estratégias da esfera estadual para o enfrentamento da evasão escolar.

#### **4.4 Estratégias para minimizar a evasão na EPTNM na esfera estadual.**

Como discutido anteriormente, a evasão escolar é um dos principais problemas que afetam as intuições educacionais da rede pública na atualidade. Na lista de estados brasileiros com mais alunos fora da escola, o Pará está na quinta posição, apesar da SEDUC ter implementado ações de enfrentamento à evasão escolar (Mello, 2022).

A Fundação Amazônica de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) (PARÁ, 2018), em conjunto com a Fundação Propaz, um Programa voltado para atender pessoas em situação de vulnerabilidade social no Estado do Pará, produziu um



relatório, a partir de dados coletados entre 2012 e 2016, com informações importantes para delinear um perfil dos jovens paraenses, tornando possível subsidiar com essas informações as ações administrativas e gerenciais no desenvolvimento de políticas públicas para esses jovens. Estas informações são relevantes, pois se tratam das características dos jovens no Pará.

O referido documento ainda traz dados que evidenciam um contexto de escolarização preocupante, especialmente no que se refere à distorção idade-série da Secretária Estadual de Educação do Pará (SEDUC/PA), tanto para o ensino fundamental como para o ensino médio.

O Estado do Pará, por meio da Lei nº 8.186, de junho de 2015, aprovou o Plano Estadual de Educação (PEE), o qual deve nortear o planejamento e a execução de ações no âmbito da educação no Estado do Pará por um período de dez anos. Uma das metas previstas neste plano, em articulação com o Plano Nacional de Educação, diz respeito ao Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), que no âmbito da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC/PA, objetiva diminuir a evasão escolar e a repetência, buscando promover a inclusão e melhores resultados. Porém, a SEDUC/PA, em um relatório de 2019, que descreve as medidas adotadas na instituição após recomendações do Tribunal de Contas do Estado, não deixa claro quais ações vêm sendo tomadas para o alcance dessa meta.

O governo do Estado do Pará possui uma iniciativa para reduzir os altos índices de evasão nas escolas estaduais, pois o Estado tem a mais alta taxa de evasão em todas as etapas de ensino, chegando a 16% no ensino médio, ante 12% da média nacional. Segundo dados do UNICEF, o Estado tem mais de 8% de crianças e adolescentes com 4 a 17 anos fora das escolas. São aproximadamente 176 mil indivíduos em idade escolar que estão fora da escola. No ensino médio, a ausência da escola é ainda maior: 25% nos anos iniciais, e nos anos finais chegam a 13%. Outro dado que gera preocupação está relacionado à promoção e repetência dos alunos no ensino médio. O Pará também ficou entre os cinco piores nos anos finais do ensino médio, com 13% de repetência entre os matriculados (DOL/2017).

Na perspectiva de minimizar as intercorrências no ensino médio paraense no período pandêmico, foi criado o Projeto de Lei Estadual nº 481/2021, institucionalizando o Programa intitulado "Reencontro com a Escola" que autorizou a doação de uma bolsa única de R\$ 100,00 (cem reais) ao aluno matriculado nos

primeiros e segundos anos na rede pública estadual, e de R\$ 500,00 (quinhentos reis) para os discentes concluintes, ou seja, alunos dos terceiros anos, na perspectiva de incentivar a matrícula e permanência desses discentes na escola no ano letivo de 2022.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios durante a pandemia do Covid-19 (PNAD Covid), no Estado do Pará, mais 600 mil crianças e adolescentes, entre 06 e 17 anos, não foram para a escola no ano de 2020, os impactos da pandemia na educação paraense, segundo estudos do UNICEF, agravaram os problemas pertinentes à aprendizagem e à evasão no âmbito escolar (Rádio Web UFPA/2022).

Em vista do exposto, e considerando-se os dados apresentados no relatório produzido pela FAPESPA, que evidenciam os baixos níveis de escolaridade dos jovens paraenses, associados aos índices significativos de evasão no ensino médio e a inserção cada vez mais precoce no mercado de trabalho entendemos que, ainda que haja políticas públicas e programas direcionados à melhoria da educação, essas ações ainda não se consolidaram em proporcionar soluções efetivas para que o direito à educação esteja assegurado.

## 5 ESTUDOS RECENTES SOBRE A EVASÃO ESCOLAR NA EPTNM.

Tendo em vista o objetivo de nossa pesquisa, que consiste em Identificar quais fatores têm levado estudantes do Ensino Médio Integrado ao Técnico de uma escola de Itaituba-PA a evadirem da escola, tendo por referência os relatos de estudantes evadidos, professores e equipe gestora, realizamos uma revisão de literatura com o objetivo de verificar e analisar as produções acadêmicas científicas sobre evasão escolar no contexto amazônico, tendo como foco a Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

No contexto amazônico, observou-se a escassez de pesquisas que nos permitam compreender o fenômeno da evasão, o que é preocupante, uma vez que paralelamente há o aumento do número de escolas e vagas para o ensino técnico. Apesar do aumento significativo no número das escolas e conseqüentemente no aumento das vagas no ano, ainda há o fato de que menos de 50% dos alunos dessa modalidade conseguem concluir o curso.

Na rede federal esse dado chega ser mais alarmante. Apesar de receber anualmente um quantitativo grande de matrículas, na realidade pouco menos de 40% conseguem concluir o estudo no ensino técnico (Rosa; Aquino, 2019). Além disso, há outros fatores que podem incidir na evasão escolar no cenário amazônico, onde há boa parte de estudantes ribeirinhos que enfrentam, além das dificuldades já mencionadas, dificuldades relativas ao deslocamento até as escolas.

Concordamos com Rosa e Aquino (2019) de que, para se elaborar ou pensar em qualquer estratégia de enfrentamento, é preciso, antes, compreender o problema com propriedade, pois, caso contrário, corre o risco de se pensar e colocar em prática ações que não surtirão efeito. Para isso é necessário um aprofundamento de conhecimento teórico a respeito da temática.

Sobre essa revisão bibliográfica, Alves-Mazzotti e Geeandsnajder (2002), enfatizam que se destina a desempenhar duas finalidades: erigir a contextualização para um problema de pesquisa e considerar os cenários disponíveis na literatura examinada para a elaboração do referencial teórico de pesquisa.

A busca foi realizada nas plataformas *Google Acadêmico*, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no período compreendido entre 2011 e 2021. No *Google Acadêmico* (GA), utilizamos os indexadores “Evasão escolar na educação profissional na Amazônia”. Na BDTD, utilizamos a busca avançada com as palavras-chave “evasão”, “educação profissional” e “Amazônia”, combinadas entre si.

Dada à multiplicidade de termos associados à evasão escolar, como: abandono, desistência, fracasso escolar, permanência, selecionamos as publicações que continham o termo “evasão” em seu título. O *Google Acadêmico* (GA) apresenta resultados de vários tipos de pesquisa e optamos por restringir a busca a artigos publicados em periódicos, teses e dissertações.

Ao delimitar esses critérios identificamos, com base no título da pesquisa e em suas citações, os tipos de pesquisas realizadas (dissertações, teses ou artigos publicados em periódicos), a modalidade/ nível de ensino em que a pesquisa se realizou (Educação de Jovens e Adultos, Educação Básica, Ensino Superior, Educação Profissional) e a leitura minuciosa dos resumos dessas pesquisas foi realizada com o intuito de identificar seus objetivos principais e as temáticas estudadas.

Na BDTD foram encontradas oito dissertações, das quais três delas continham a palavra “evasão” em seu título; uma dissertação continha a palavra “abandono” em seu título. Porém, nenhuma dissertação que tenha sido desenvolvida no contexto da Educação Profissional foi encontrada. Das três dissertações mencionadas, duas foram realizadas na Educação de Jovens e Adultos e tiveram como objetivo verificar os motivos da evasão dos estudantes nessa modalidade de ensino. Uma delas foi realizada no contexto do Ensino Médio noturno, em escolas públicas de Manaus- AM.

No *Google Acadêmico* (GA), os indexadores utilizados foram “Evasão escolar na educação profissional na Amazônia”. Foram encontrados 7.780 resultados; conforme afirmamos anteriormente, selecionamos somente as pesquisas publicadas em periódicos, além das teses e dissertações, delimitando-se os estudos que continham a palavra “evasão” em seu título. O Quadro 1 mostra a síntese dos resultados encontrados:

Quadro 1 - Síntese dos resultados encontrados no *Google Acadêmico*, os quais continham a palavra “evasão” no título da pesquisa.

TIPO DE PRODUÇÃO	MODALIDADE/ NÍVEL DE ENSINO ONDE A PESQUISA FOI REALIZADA	NÚMERO DE PRODUÇÕES	PRINCIPAIS TEMÁTICAS ESTUDADAS
Dissertação.	Educação de Jovens e Adultos.	4	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fatores que contribuem para a evasão escolar na perspectiva de alunos e da gestão escolar;</li> <li>• Análise de indicadores quantitativos de evasão;</li> <li>• Contribuições do uso de metodologias ativas e das TIC para diminuição</li> </ul>
	Ensino Superior.	4	
<b>TOTAL DE DISSERTAÇÕES</b>	<b>8</b>		
Artigos publicados em periódicos.	Educação de Jovens e Adultos.	5	
	Educação Básica (ensino fundamental e	5	

	médio regular).		dos índices de evasão.
	Ensino superior.	14	
<b>TOTAL DE ARTIGOS</b>	<b>24</b>		

Fonte: Criado pelo autor e orientadora (2021).

O Quadro 1 evidencia a diversidade de pesquisas realizadas no tocante à modalidade e nível de ensino estudado. Nos resultados apresentados foram incluídas as pesquisas que tratavam, por exemplo, da evasão escolar de cursos ofertados na modalidade de Ensino à Distância, além de algumas pesquisas realizadas no contexto da evasão escolar que tinham como cenário a educação escolar indígena e a educação inclusiva.

Como é do interesse de nossa pesquisa a evasão escolar na Educação Profissional tratará com mais detalhes dos resultados encontrados para essa modalidade de ensino. Foram encontradas, no *Google Acadêmico* (GA), seis dissertações que tratavam da evasão escolar, das quais cinco mencionaram a realização do estudo em cursos ofertados na modalidade Ensino Médio Integrado. Dessas, três dissertações foram realizadas na Amazônia, conforme apresentado no Quadro 2, o qual detalha o título da pesquisa, o local onde essa se desenvolveu, o autor e os objetivos do estudo, considerando-se a descrição de seu resumo:

Quadro 2 - Síntese das dissertações encontradas no *Google Acadêmico* que tratavam especificamente da evasão na Educação Profissional no contexto da Amazônia.

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR/ ANO DE PUBLICAÇÃO</b>	<b>LOCAL ONDE A PESQUISA FOI DESENVOLVIDA</b>	<b>OBJETIVOS DA PESQUISA</b>
A evasão escolar no curso Técnico em finanças oferecido pelo IFRO na EAD.	Adonias Soares da Silva Junior/ 2017.	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, campus Porto Velho Zona Norte.	Apresentar os principais fatores que influenciam na Evasão Escolar no curso Técnico em Finanças na educação à distância; estabelecer uma intervenção na realidade a fim de buscar formas de minimizar a problemática central.
Educação profissional: uma análise sobre a evasão e a permanência no curso Técnico em Agropecuária	Lucimar de Freitas Novaes/ 2014.	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia, Campus Colorado do Oeste.	Identificar os fatores que influenciam a permanência dos alunos frequentes e os motivos apontados por ex-alunos que não concluíram

Integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal de Rondônia – Campus Colorado do Oeste.			o curso.
Um estudo sobre a evasão no ensino integrado do Instituto Federal do Amapá, Campus Laranjal do Jari.	José Luis N. Marques/ 2017.	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amapá- Campus Laranjal do Jari.	Analisar o fenômeno da evasão escolar no IFAP – Campus Laranjal do Jari; compreender os elementos envolvidos no processo gradativo da perda do número de estudantes matriculados; propor ações para contenção e redução dos índices de evasão no IFAP.

Fonte: Criado pelo autor e orientadora (2021).

Quanto aos artigos encontrados no *Google Acadêmico* (GA), somente 01, dos 24 artigos encontrados, referiam-se especificamente à educação profissional, e tiveram como objetivo analisar os dados sobre a evasão escolar no Ensino Médio Integrado da Rede Federal de Educação nas capitais da Região Norte do Brasil, no período de 2014 a 2018, por meio de pesquisa bibliográfica e documental.

De modo geral, a leitura dos resumos das pesquisas encontradas corrobora, em relação aos motivos que levam à evasão, os estudos de Ferreira *et al.* (2021), que produziram um estado da arte sobre as causas da evasão escolar. Nesse estudo, os autores citam dificuldades relacionadas a não identificação com o curso, a conciliação entre trabalho e estudo, ao relacionamento com os professores e colegas, descontentamento com o curso, com a instituição e com o mercado de trabalho, dentre outros.

Também foi possível constatarmos, na pesquisa realizada, que embora haja muitas pesquisas sobre a evasão escolares focadas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Ensino Superior, poucas são aquelas que se concentram na Educação Profissional, especialmente na Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Ademais, verificou-se uma ampla diversidade de pesquisas que, em seu título, não continham a palavra “evasão”, mas em seus resumos faziam referência aos termos afins, como permanência, abandono e fracasso escolar.

Ao realizar as buscas no Repositório do IFAM, estabelecendo como descritor a palavra “evasão”, encontramos os seguintes trabalhos relacionados à temática da

pesquisa: Dissertação de Júlia Angélica de Oliveira Andrade, com título: “Criação de um painel de controle para prevenção da evasão escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas”. A pesquisa verificou que problemática da evasão não se restringe apenas aos alunos que evadem, obtendo como resultados nove principais causas da evasão escolar no IFAM: vulnerabilidade social, distância de moradia, gravidez, carga horária de aulas, falta de identidade com o curso, inassiduidade, apatia, problemas familiares e defasagem no aprendizado. A pesquisa gerou, como produto educacional, o material “Criação do painel de controle da evasão escolar: manual do usuário”, com objetivo de gerar uma solução tecnológica capaz de produzir informações que, por sua vez, podem subsidiar o processo decisório referente ao controle e prevenção da evasão escolar nas instituições de Educação Profissional e Tecnológica.

Também encontramos a dissertação de Jeane de Lima Silva, com o título “Evasão e ações de permanência e êxito na educação profissional técnica de nível médio na modalidade subsequente: o caso do Instituto Federal do Amazonas – Campus Avançado Manacapuru”, que teve como objetivo investigar sobre os fatores que têm levado à evasão escolar alunos da modalidade subsequente do Campus Avançado Manacapuru. A pesquisa gerou o produto educacional “Protocolo Operacional para Permanência e Êxito – POPE”, que objetiva contribuir com o trabalho de Assistentes Sociais para as ações de permanência e êxito de alunos da EPTNM, na modalidade subsequente. Esses produtos educacionais ajudam as instituições educacionais na minimização do fenômeno da evasão nesses espaços.





## **6 ABORDAGEM E ESTRATÉGIA METODOLÓGICA DA PESQUISA.**

Para responder ao problema de pesquisa e objetivos traçados, pautamo-nos na pesquisa qualitativa a qual, segundo Esteban (2010, p. 127) está “orientada à compreensão em profundidade de fenômenos educativos e sociais, à transformação de práticas e cenários socioeducativos [...]”. Nesse sentido, Denzin e Lincoln (2011) avaliam como uma atividade situada que busca encontrar o observante no mundo. De acordo com os estudos de Creswell (2014), a abordagem dos estudos na pesquisa qualitativa confere atenção à natureza interpretativa da investigação ao situar o estudo no contexto social, cultural e político dos pesquisadores, bem como a reflexão destes nos relatos por eles escritos.

No âmbito da pesquisa qualitativa, inspiramo-nos na abordagem do estudo de caso. Robert Yin (2001, p. 35) menciona que “[...] o estudo de caso, como outras estratégias de pesquisa, representa uma maneira de se investigar um tópico empírico seguindo-se um conjunto de procedimentos pré-especificados”. Para Gil (2017), o estudo de caso aplica-se a situações onde se pretende explicar variáveis causais de determinado fenômeno em situações que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos. André (2013) argumenta que, nas pesquisas em Educação, os estudos de caso podem ser usados para descrever e analisar uma unidade social, considerando suas múltiplas dimensões e sua dinâmica natural.

O estudo de caso, de acordo com André (2013), se desenvolve em algumas etapas. A primeira delas é a fase exploratória, em que se define o caso, as questões da pesquisa, realizam-se os contatos para entrada no campo, localizam-se os participantes e se estabelece com maior precisão os procedimentos para coleta de dados. A próxima etapa corresponde à coleta de dados e delimitação do foco de estudo, uma vez que não é possível explorar todos os aspectos do fenômeno num tempo razoavelmente limitado. Nessa etapa, Gil (2017) acrescenta que as entrevistas são soberanas, assim como a análise documental e a observação.

A última etapa é a análise dos dados e a elaboração do relatório. Na análise, Ventura (2007) afirma ser importante utilizar categorias de análise derivadas de teorias reconhecidas no campo do conhecimento, evitando julgamentos implícitos, preconceitos, opiniões de senso comum etc. O relatório, de acordo com André (2013), pode ter um estilo informal, ilustrado por figuras de linguagem, exemplos e ilustrações,

o que exige habilidades de escrita do pesquisador. A preocupação é com a transmissão clara bem articulada do caso.

### 6.1 A Fase 1 Exploratória: *Locus* da Pesquisa e Participantes.

O *locus* da pesquisa encontra-se na cidade de Itaituba, região oeste paraense, situada às margens esquerda do Rio Tapajós (Figura 2). Os dados relativos à população e escolarização dos indivíduos estão na Tabela 1.

Figura 2 - Vista aérea da cidade de Itaituba.



Fonte: Portal Adrenalina, 2020.

Tabela 1 - Dados do município de Itaituba no Pará – Código: 1503606.

População estimada	101.541 pessoas (2021)
Área territorial	62.042,472 km <sup>2</sup>
Densidade demográfica	1,57 hab./km <sup>2</sup>
IDHM – Índice de desenvolvimento humano municipal	0,640 (2010)
Escolarização (6 a 14 anos)	94,4% (2010)
Mortalidade infantil	18,19 óbitos por mil nascidos vivos (2020)
Receitas realizadas	224.773,09 R\$ (x1000) (2017)
Despesas empenhadas	228.882,16 R\$ (x1000) (2017)
PIB per capita	20.214,09 R\$ (2019)

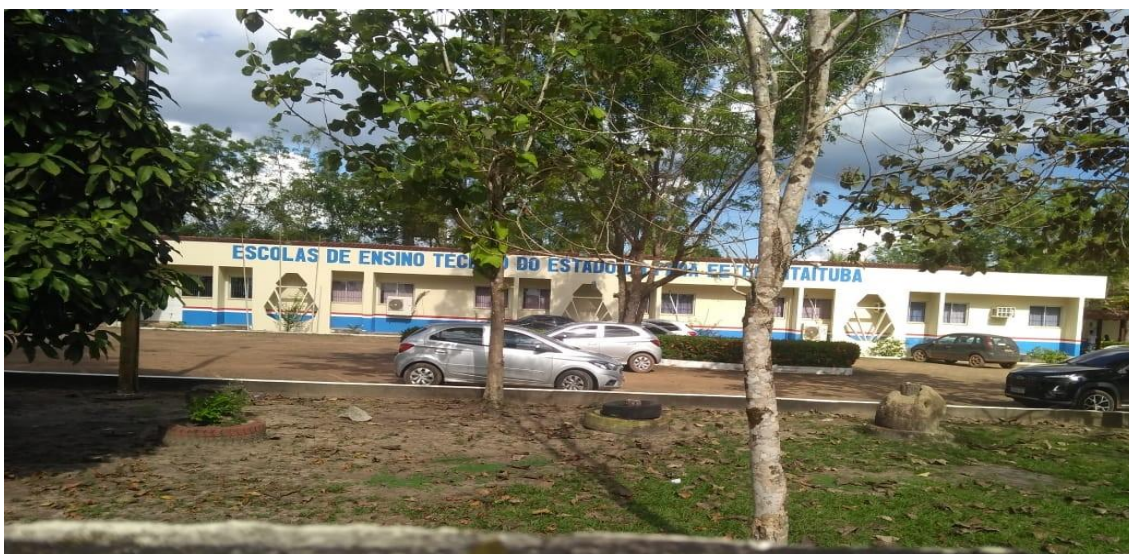
Fonte: Adaptado IBGE (2021).

Em referência a cidade de Itaituba, Coudreau (1897, p. 24) proferia “Ah!... se nossos escritores e pintores das novas escolas soubessem o que perdem em não conhecer a Amazônia”. Essa concepção revela a admiração com as belezas naturais que existia, o Rio Tapajós, embeleza com suas águas claras, a cidade de Itaituba, no período menos chuvoso, o verão as belezas naturais ficam mais visíveis aos olhos do seu povo.

No início de sua colonização, Itaituba era um aldeamento indígena, e hoje é conhecida como “cidade pepita”, “cidade do ouro”, devido à grande quantidade de ouro na região do Alto Tapajós observada entre as décadas de 1970 e 1980, quando aconteceu o maior fluxo de garimpeiros na região. A atividade garimpeira nos dias atuais faz parte do trabalho de grande parte da população de Itaituba; atraindo pessoas de todas as partes do Brasil para as regiões garimpeiras de Itaituba em busca do ouro (Silva, 2005).

A pesquisa foi realizada na Escola de Ensino Técnico do Estado do Pará (EETEPA), (Figura 3) localizada no município supracitado. A instituição de ensino iniciou seus trabalhos em 2008, e oferta os cursos Técnicos em Segurança do Trabalho, Agronegócio, Veterinário, Agropecuária, Informática, Logística, Manutenção e Suporte em Informática, Administração, nas modalidades de educação de jovens e adultos e educação profissional técnico nível médio nas modalidades integrado, subsequente e concomitante.

Figura 3 - EETEPA - Escola Técnica Estadual - *campus* de Itaituba.



Fonte: Autor, 2023.

A Escola de Ensino Técnico de Nível Médio do estado do Pará de Itaituba passou a existir devido às exigências da sociedade civil organizada, que ao longo de anos debateram sobre as necessidades de se designar escolhas de subsistência, díspares daquelas já existentes, provenientes do meio econômico da borracha e da garimpagem. Havia a finalidade de desenvolver uma proposta educativa técnica e inclusiva para concretizar uma nova política de sustentabilidade econômica para região respeitando as diferenças étnicas sociais, culturais, políticas e econômicas dos indivíduos da sociedade de Itaituba e região circunvizinhas (FindGlocal, 2018?).

A Escola de Ensino Técnico do Estado do Pará (EETEPA) - campus Itaituba, apresenta uma estrutura adequada para que os estudantes desenvolvam suas capacidades cognitivas e intelectuais, por exemplo: acessibilidade apropriada para os alunos com necessidades educacionais especiais ou mobilidade reduzida, alojamento para os discentes, refeitório, laboratório de ciências, biblioteca, laboratório de informática, área verde, quadra poliesportiva, sala de leitura, auditório, salas de aula climatizadas, banheiro adequado aos alunos com necessidades educacionais especiais, sala de professores, diretoria, secretaria, sala de alimentação.

A instituição é bem avaliada por pais ou responsáveis de alunos, funcionários, e comunidade itaitubense, sendo reflexo do empenho com o ensino de qualidade que a escola oferta. O quadro de profissionais é composto por professores, assistentes administrativos, auxiliar de serviços gerais, gestão, pedagogas, secretária escolar e seguranças (FindGlocal, 2018?).

A instituição de ensino era integrada à Seduc/PA. Atualmente, as escolas técnicas da rede estadual passaram a fazer parte da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Superior Profissional e Tecnológica (SECTET). Na tabela 2 exibimos o quantitativo de turmas e alunos ofertados em 2022 no Ensino Médio Integrado ao Técnico.

Ademais, é importante ressaltar que o Ensino Médio Integrado trabalhado nas escolas estaduais - EETEPAS, é diferente da forma como é realizado nos Institutos Federais de Educação - IFES. Deste modo, detalharemos as informações sobre as questões de como é efetivado no Ensino Médio Integrado (EMI) na escola estadual.

As EETEPAS foram criadas no ano de 2008, devido às mudanças da matriz gerencial da OS-ETPP, através da Portaria 042/2008 (Pará, 2008), da Secretaria Adjunta de Ensino (SAEN), que cria a Rede de Escolas de Educação Tecnológica do Pará, com a

finalidade principal para oferecer a Educação Profissional na perspectiva do entendimento integrado de ensino. Assim, o Ensino Médio Integrado na rede estadual do Pará, sendo uma concepção que recomenda o ensino médio e técnico na escola estadual. Desta forma, levando esses estudantes saberes, na perspectiva da inserção independente no mundo do trabalho, ciências, cultura, na perspectiva da educação integral.

Os alunos do ensino integrado estudam somente em um turno, ou pela manhã ou tarde, após a aula o retorno é garantido mediante o transporte escolar, que faz a locomoção dos alunos gratuitamente de casa até a escola, o motorista tem a sua disposição a ajuda do monitor para fazer o trajeto com os alunos. Os recursos são do convênio com a Seduc/PA, que repassa os valores para a Prefeitura Municipal de Itaituba, que gerencia os recursos.

A escola não tem programas ou projetos que ofereçam bolsa aos alunos. Há na escola alunos que recebem o auxílio bolsa família, que é um programa governamental, que visa à permanência do aluno na escola, através do acompanhamento de frequência. Os alunos recebem somente os livros didáticos, não recebem fardamento, nem material escolar.

Somente agora no ano de 2023, a rede estadual está disponibilizando uma psicóloga e uma assistente social, que atende a Diretoria Regional de Ensino (DRE), com sede em Itaituba, que abarca as escolas da rede estadual de Itaituba e escolas jurisdicionada a essa diretoria de ensino, que compreende várias escolas e cidades e distritos.

Sobre a formação dos professores, a escola possui professores da base comum, do ensino propedêutico e professores das disciplinas específicas. Os professores do ensino propedêutico são concursados, licenciados nas diferentes áreas do conhecimento. Os professores das disciplinas específicas, não contratados, passam por seleção via Processo Seletivo Seriado (PSS), são bacharéis em diversas áreas, como: engenharia, direito, tecnologia da informação (TI), informática, agronomia. Esses profissionais passam por formação continuadas com ênfase nas áreas pedagógicas, didáticas, para melhor facilitar o processo de ensino e aprendizagem, e precisam apresentar um certificado denominado notório saber, esse documento enfatiza a experiência do profissional na regência de sala de aula.

A escola também realiza oficinas pedagógicas, formação continuada, encontros, para ajudar esses profissionais nas questões metodológicas e avaliativas, no intuito de contribuir para que o processo de ensino e aprendizagem aconteça de fato na instituição. Uma situação constatada a esse sistema de contratação é a indisponibilidade de professor por não atender as exigências estipuladas pelo PSS. E o aluno frequentemente fica com horário vago.

Em conversas com os professores e gestores, compreendo que não houve participação dos professores na implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e também do Novo Ensino Médio, através de questionário ou consulta em Itaituba. No ano de 2018, teve formação pedagógica para explicar sobre a BNCC, na formação os professores fizeram planos de aulas, os próprios formadores não tinham muito conhecimento acerca da BNCC, pois era algo novo no sistema educacional do município.

Quadro 3 - Cursos, turmas e quantitativo de alunos do Ensino Médio Integrado ao Técnico ofertado em 2022.



**RELAÇÃO DOS CURSOS OFERTADOS, TURNOS E QUANTIDADE DE ALUNOS POR TURMAS - ANO LETIVO DE 2022**

ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO TÉCNICO			ENSINO MÉDIO TÉCNICO - MODALIDADE SUBSEQUENTE			ENSINO MÉDIO TÉCNICO - MODALIDADE CONCOMITANTE (PRONATEC)		
TURMA	TURNO	QUANTIDADE DE ALUNOS	TURMA	TURNO	QUANTIDADE DE ALUNOS	TURMA	TURNO	QUANTIDADE DE ALUNOS
AGRONEGÓCIO/2022	MANHÃ	38	ADMINISTRAÇÃO/2022	NOITE	38	AGROPECUÁRIA/2022	TARDE	34
AGROPECUÁRIA/2019	MANHÃ	11	AGRONEGÓCIO/2022	NOITE	36	LOGÍSTICA/2022	TARDE	31
AGROPECUÁRIA/2020	TARDE	14	LOGÍSTICA/2022	NOITE	40			
INFORMÁTICA/2020	MANHÃ	17	SEGURANÇA NO TRABALHO/2021	NOITE	4			
INFORMÁTICA/2021	TARDE	25	SEGURANÇA NO TRABALHO/2022/01	NOITE	39			
INFORMÁTICA/2022	MANHÃ	39	SEGURANÇA NO TRABALHO/2022/02	NOITE	40			
INFORMÁTICA/2022	MANHÃ	40						
MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA/2019	MANHÃ	19						
SEGURANÇA NO TRABALHO/2020	TARDE	23						
VETERINÁRIO/2022	TARDE	40						
<b>TOTAL</b>		<b>366 ALUNOS</b>	<b>TOTAL</b>		<b>197 ALUNOS</b>	<b>TOTAL</b>		<b>65 ALUNOS</b>

Fonte: Autor, 2023.

Os participantes da pesquisa foram selecionados entre os alunos evadidos do curso de Agropecuária na modalidade Ensino Médio Integrado ao Técnico, considerando o período de ingresso na instituição entre os anos de 2016 a 2020. Delimitamos esse período para contemplar alunos que deveriam ter concluído o curso em 2018, 2019, 2020, ou seja, antes e durante o período da pandemia de Covid-19.

A experiência como servidor da Secretaria Estadual da Educação possibilitou um contato mais aproximado com a unidade escolar, objeto do estudo. Em conversa com a equipe gestora da escola, a mesma nos passou informações preliminares que possibilitou o levantamento dos cursos com maiores índices de estudantes evadidos. Esses alunos foram contatados a partir de dados disponibilizados na secretaria da escola, em seguida, foi realizada busca ativa.

É importante lembrarmos que, se tratando de uma pesquisa qualitativa, os pesquisadores têm interesse em acessar as experiências e interações dos atores no seu contexto natural (Gibbs, 2009), o que não deve pressupor um número fixo ou pré-determinado de participantes, haja vista o interesse centrar-se no caráter processual da pesquisa (Ghedin; Franco, 2011), e não em sua generalização.

Assim, convidamos alunos evadidos do curso de ensino médio integrado ao técnico em Agropecuária no período delimitado, e aos professores que se enquadram nos critérios de inclusão na pesquisa. Além dos discentes evadidos, também entramos em contato com a equipe gestora da Escola de Ensino Técnico do Estado do Pará (EETEPA) – EETEPA ITAITUBA, a fim de buscarmos elementos que evidenciassem ações de enfrentamento, opiniões e considerações da gestão sobre a evasão escolar. É importante lembrarmos que, na revisão de literatura realizada, não foram encontrados estudos realizados na educação profissional em nível estadual.

Também foram convidados a participar da pesquisa professores que trabalhavam no curso de Agropecuária nos anos de 2016 a 2020, na perspectiva de compreender seus posicionamentos sobre esse fenômeno que atinge e aflige os profissionais da escola estadual. Tais professores são graduados em cursos de Licenciatura e alguns em Bacharelado. Como critérios de exclusão, consideramos os alunos evadidos que não pertenciam ao curso mencionado, ou que ingressaram na instituição fora do período estipulado para a pesquisa, além de professores que não trabalhavam no curso de Agropecuária, no período estabelecido acima.



## 6.2 Fase 2: A Coleta de Dados e Delimitação do Foco de Estudo.

Na pesquisa qualitativa, Gibbs (2009) afirma que os dados qualitativos incluem qualquer forma de comunicação humana, seja ela escrita, auditiva ou visual, sendo os textos os materiais mais comuns. Optamos pelo uso de entrevistas semiestruturadas as quais, segundo Flick (2013), representam um tipo de entrevista realizada com um roteiro de questões que são de interesse do pesquisador e da pesquisa. Porém, ele tem liberdade para inserir novas questões no decorrer da entrevista, caso julgue necessário. Este tipo de entrevista objetiva que cada entrevistado possa dar sua visão individualmente sobre o tema estudado.

No relatório para a qualificação, elaboramos um roteiro de questões para os alunos evadidos, para os professores e para aos gestores, estruturado em alguns eixos temáticos que correspondem aos interesses da pesquisa. Porém, ressaltamos que esse roteiro tem o objetivo de orientar a entrevista, mas há flexibilidade e encorajamento para que o participante faça seus relatos de forma livre, respeitando sua escolha para compartilhar aquilo que deseja e que considera relevante.

Para verificarmos a exequibilidade e aplicabilidade do instrumento escolhido, bem como sua adequação aos objetivos da pesquisa, realizamos duas entrevistas como um pré-teste, uma com um aluno evadido e outra com um professor que atua no curso técnico de Agropecuária. No relato do aluno, o mesmo verbalizou que se identificou com o curso, pois ele e seu pai já trabalhavam na pecuária, e o curso trazia muitas questões que já eram vividas por eles na prática, mas para as quais não tinham um conhecimento formal. A intenção do aluno era poder continuar atuando com seu pai na pecuária, mas ele teve um problema de saúde que o levou a desistir do curso. O aluno relatou ainda que a coordenação pedagógica da escola procurou sua família para saber de suas dificuldades e as formas de ajudá-lo no retorno, mas o mesmo optou por desistir.

No relato do professor, o mesmo disse que muitas vezes o aluno sai da escola sem nenhuma justificativa ou comunicação para que a escola faça alguma intervenção. Um dos principais fatores, segundo o professor, que levam o aluno a evadir é a questão social, as dificuldades financeiras aliadas a questões familiares. Porém, o professor afirma que nunca teve discussões sobre esse tema com seus alunos e nunca questionou aqueles que, porventura, aparentavam querer abandonar o curso. Mas, segundo ele, a

escola vem desenvolvendo estratégias para buscar minimizar a evasão dos alunos com um plano de ação que inclui rodas de conversa, projetos itinerantes, estamos abrangendo a questão de uma conversa pessoal com aluno é intervindo, o corpo técnico da escola faz a mediação entre a família desse aluno, para conversar sobre a importância da permanência e êxito do mesmo, estamos trabalhando voltado para atender essas diretrizes de minimização da evasão escolar, para que o educando, se sinta mais à vontade, se sinta mais acolhido dentro da escola, deste modo, para que o mesmo não leve mais em consideração abandonar a escola, em abandonar os seus estudos. Diante dos relatos obtidos no pré-teste, julgamos que o instrumento utilizado estava pertinente aos objetivos da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas em horário e local acordado entre o pesquisador e os participantes da pesquisa, conforme a disponibilidade deles. Posteriormente essas entrevistas foram transcritas, seguindo as recomendações de Gibbs (2009).

Fizemos entrevistas com 06 (seis) estudantes evadidos do curso Técnico Nível Médio Integrado em Agropecuária, designados nessa pesquisa pela letra A, seguida de seu número de identificação (A1, A2, A3... e assim, sucessivamente), 04 (quatro) professores que atuam no referido curso, designados nessa pesquisa pela letra P seguida de seu número de identificação (P1, P2, P3... e assim sucessivamente), 02 (dois) coordenadores pedagógicos, e 1 (um) vice-diretor que atua na escola *lócus* da pesquisa. Consideramos que os coordenadores pedagógicos e vice-diretor estão incluídos na categoria dos gestores, sendo identificados pela letra G seguida de seu número de identificação (G1, G2 e G3).

Os alunos participantes da pesquisa foram selecionados através de um levantamento e mapeamento junto à EETEP, dos alunos considerados desistentes, ou evadidos que não conseguiram retornar para sala de aula. Esses alunos são hoje ingressos do mercado de trabalho informal, outros já constituíram família.

Os professores possuem vasta experiência no magistério, esses profissionais têm formação nas licenciaturas, não houve participação dos bacharelados. Muitos desses professores são do quadro efetivo da rede estadual, e também possuem vínculo com a esfera municipal na Prefeitura de Itaituba no Pará, tem experiências com o problema da evasão escolar, onde estão trabalhando em sala de aula. Os componentes da equipe gestora tem formação na área de pedagógica, vasta experiência na gestão escolar, fazem parte do quadro e servidores efetivos da rede estadual e trabalham na

esfera municipal em sala de aula, e trabalham em específico na Instituição EETEPA.

Na construção dos dados também usamos a pesquisa documental, a qual utiliza materiais que não passaram por tratamento analítico (Gil, 2017). Foram analisados os documentos legais estaduais, a fim de verificamos se havia menção a estratégias para minimizar a evasão escolar, assim como documentos nacionais que tratam do fenômeno da evasão. Também foram analisados os relatórios de dados de evasão da escola *locus* da pesquisa produzidos no âmbito da Secretaria Estadual de Educação.

O protocolo da pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil, tendo como resultado do parecer à aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFAM, protocolo - CAAE nº 55865822.1.0000.81, em obediência ao que determina às Resoluções nº 466/12 e nº 510/16, uma vez que a pesquisa envolve a participação de seres humanos requerendo, deste modo, implicações morais e éticas.

### **6.3 Fase 3: Análise dos Dados e Elaboração do Relatório.**

As indagações deste estudo surgiram com o questionamento de quais motivos são determinantes para os alunos da Escola de Ensino do Estado do Pará para se evadirem. A pesquisa trouxe luz a questões já norteadoras de trabalhos anteriores como Dore e Lüscher (2011); Bordini (2011); Karasinski (2019); Pereira (2003); Pereira (2019), dentre outros citados na fundamentação teórica da pesquisa.

O material advindo da transcrição das entrevistas e da análise documental foi submetido à análise seguindo os procedimentos descritos por Creswell (2014) para a análise espiral. Esses procedimentos incluem as etapas de organização, descrição e classificação dos dados em códigos, os quais delimitam as categorias de análise, a interpretação dos dados e sua representação. A organização é a etapa em que os pesquisadores convertem seus arquivos em unidades de texto apropriadas. Em seguida são feitas anotações no material textual, ou seja, margens do texto, diários de campo, transcrições, as quais representam frases curtas com conceitos-chave que ocorrem ao leitor no momento da leitura. A próxima etapa é a formação das categorias, onde são feitas descrições mais detalhadas de modo a fornecer uma interpretação à luz de seus conhecimentos e das perspectivas da literatura. E, por fim, chegam-se à fase de representação dos dados, que pode ser realizada por meio de tabelas, gráficos, textos ou imagens visuais (Creswell, 2014).

André (2013, p. 101) lembra ser necessário reservar um bom tempo para a análise dos dados, para que seja possível “ler e reler inúmeras vezes o material, voltar ao referencial teórico, elaborar relatórios preliminares, refazê-los, submetê-los à crítica de um colega ou dos participantes e reestruturá-los novamente até chegar a uma reprodução do caso [...]”.

Considerando os objetivos propostos, organizamos o roteiro de perguntas de acordo com alguns eixos, os quais foram tomados como categorias da pesquisa, em concordância com os códigos gerados com a transcrição das entrevistas. No Quadro 4 apresentamos as categorias criadas, de acordo com o perfil dos participantes.

Quadro 4 - Descrição dos eixos (categorias) de análise ocorridas da apreciação da transcrição das entrevistas.

<b>PARTICIPANTES: ALUNOS EVADIDOS</b>
<b>CATEGORIA</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Escolha do curso.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Impressões do curso.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Evasão.</li> </ul>
<b>PARTICIPANTES: PROFESSORES</b>
<b>CATEGORIA</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conceito de evasão escolar.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Motivos para a evasão.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ações da escola para minimizar a evasão.</li> </ul>
<b>PARTICIPANTES: GESTORES</b>
<b>CATEGORIA</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conceito de evasão escolar.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Motivos para a evasão</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ações da escola para minimizar a evasão.</li> </ul>

Fonte: Autor, 2023.

No tocante aos alunos, cada uma dessas categorias refletem os elementos citados por eles nas entrevistas que, agrupados, foram designados de maneira genérica pelo nome dado à categoria. Por exemplo, na categoria “Escolha do curso”, temos os motivos que levaram os estudantes a optarem por ingressar no curso de Agropecuária, as influências recebidas nessas escolhas, dentre outros fatores. A categoria “Impressões

sobre o curso” relata as percepções dos alunos sobre o curso até o momento em que estiveram matriculados, incluindo-se o relacionamento com a comunidade escolar, as metodologias utilizadas nas aulas, o espaço físico institucional, dentre outros.

Os alunos na categoria “Evasão” incluem-se os fatores citados pelos alunos que os levaram a desistir do curso (Quadro 5), como situações relacionados a problemas de saúde, a exemplo a situação do aluno que por não encontrar o tratamento adequado no seu local de domicílio teve que iniciar um tratamento em outra cidade, ao retornar para a sala de aula, não conseguiu acompanhar o andamento das atividades, isso constou como principal incentivo a desistência.

Outro apontamento para evasão está relacionado ao período puerpério, foi relatado às dificuldades quanto à falta de apoio paterna (que por vezes é uma pessoa também menor de idade), de recursos e apoio para o cuidado com a criança, o obstáculo em conciliar a dupla jornada, a saber, escola e cuidado com o recém-nascido. E a falta de recurso para contratar alguém para cuidar do bebê enquanto a mãe estava na escola. Em vista disso, entende-se que seja de fundamental importância para a prevenção destas situações a educação sexual na escola, abordando temas sensíveis à sociedade como a gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis, para minimizar os problemas que afetam a saúde das alunas e alunos na escola.

Surgiram também questões relacionadas ao fator social, pois se entende que esses jovens, desistentes da escola, vivem em espaços precários, onde falta saneamento básico, áreas insalubres, devido a situações relacionadas às drogas. Tais questões atrapalham os alunos a permanecerem na escola, por enfrentarem dificuldades múltiplas que iniciam desde as distâncias da casa até a escola, falta de moradias na cidade próximo da escola, falta de recursos e aportes financeiros para comprar material escolar.

Questões econômicas que aparecem nos diálogos estabelecidos nas entrevistas, se dá pelo aluno priorizar o trabalho, pois precisam ajudar seus pais na complementação da renda mensal da família. Esses indivíduos decidem ir para o trabalho informal, por ser fácil o acesso, todavia enfrentam trabalhos pesados, que requerem força física, como trabalhar em serrarias, trabalhar na roça, fazer entregas de supermercados e trabalhar com a criação de gado. As situações familiares dos estudantes, que em muitos casos, decidem sair da escola ao necessitar auxiliar nas obrigações domésticas e financeiras. Além disso, o núcleo familiar não oferta o suporte necessário de apoio e incentivo a continuidade dos estudos, por se tratar de uma família desestruturada.

E por fim, questões institucionais, como a falta de diálogos com alunos em situação de evasão escolar. É importante destacar que não estamos culpabilizando os profissionais da educação, dado que, essas pessoas trabalham em situações de precariedade, como falta de estrutura escolar adequada, e em muitas situações falta apoio aos alunos, nas questões de transporte escolar de qualidade e segurança, mais são profissionais que estão imersos neste processo.

Os profissionais da educação precisam estimular os alunos à aprendizagem, tornar o ensino significativo, saber ouvir e compreendê-los. E principalmente ter empatia, pois esses jovens tem uma vivencia complexa nos seus contextos diários, com ciclos por vezes de violência, ou dificuldades financeira. Desta forma é papel da escola observar se esses alunos necessitam de apoio psicológico ou apresentam dificuldades de aprendizagem, e procurar saná-las. Sugerem-se assim, aulas mais dinamizadas, atrativas para que esses indivíduos possam terminar seus estudos com uma aprendizagem eficiente nos educativos, a escola precisam sinalizar as potencialidades desses jovens para eles e seus familiares, a escolar precisam ser parceira da família.

Quadro 5 - Fatores citados pelos alunos como causas para a evasão escolar.

<b>CAUSAS DA EVASÃO ESCOLAR</b>
• Problemas de saúde;
• Residência distante da escola;
• Problemas pessoais;
• Mãe solo (bebê recém-nascido);
• Tornei pai, o trabalho era necessário para ajudar a mãe do meu filho;
• Dificuldade de conseguir trabalho;
• Os trabalhos que aparecem são pesados, como: serraria, fazendo entregas em supermercados, trabalhar na roça e com criação de gado;
• Falta de diálogos com alunos em situação de evasão.

Fonte: Fonte: Autor, 2023.

Também nesta categoria estão presentes as possíveis ações da escola para evitar a evasão dos estudantes, assim como os possíveis impactos que a evasão trouxe para a vida deles, e os motivos que levaram os estudantes a evadir da escola.

No que concerne aos professores e aos gestores, a categoria “Conceito de evasão escolar”, refere-se às concepções destes acerca do tema “Evasão”, isto é, qual o significado atribuído quando se afirma que o discente evadiu do curso. Na categoria

“Motivos para a evasão”, incluem-se os elementos que possam justificar a desistência do aluno em permanecer na escola. E a categoria “Ações da escola para minimizar a evasão” refere-se às atividades executadas pela escola para evitar ou minimizar os casos de evasão, como acolhimento e acompanhamento aos alunos, por exemplo.

### 6.3.1 Elaboração do Relatório: Resultados e Discussões.

Nesta seção apresentaremos os resultados advindos da análise dos dados obtidos nas entrevistas e documentos citados anteriormente, lembrando que tais entrevistas foram realizadas com professores, alunos evadidos do curso Técnico Nível Médio em Agropecuária e gestores da EETEPA.

Das entrevistas dos alunos, chegamos à categoria “Escolha do curso”, na qual constatamos que questões relacionadas à família, como o trabalho já exercido por familiares, e o fato de residirem na zona rural foram apontados como motivos que levaram os alunos a escolher pelo curso de Agropecuária, como verificamos nos excertos abaixo:

Por trabalhar com meu pai na pecuária, tive interesse pelo curso de Agropecuária, meu pai mexe com criação de gado, com isso, o curso de Agropecuária era o que mais fazia sentido para eu estudar, a questão familiar foi o principal motivo para a escolha do curso (A1, Entrevista, 2022).

Optei por agropecuária, para ajudar minha família no campo, por esse motivo, e em comum acordo com minha família fui fazer minha matrícula na escola (A2, Entrevista, 2022).

Devido gostar de trabalhar com a pecuária, sou da zona rural, meus pais tem uma pequena criação de gado, assim, iria ajudá-los na criação dos animais (A5, Entrevista, 2022).

Optei pela Agropecuária para ajudar a família nos trabalhos do campo, e gostava do curso até quando estive cursando (A6, Entrevista, 2022).

Esses relatos coadunam com aqueles obtidos na pesquisa de Neto e Jacob (2020), que analisou trajetórias formativas de técnicos em Farmácia a respeito da escolha profissionais dos alunos do ensino técnico. Nesse estudo, amparados por Polydoro e Primi (2003), os autores pontuam que a escolha profissional é permeada por vários fatores singulares e sociais, incluindo-se influências do contexto familiar, da formação educacional, assim como do contexto social, político, econômico e cultural.

Romanelli (1995), por sua vez, pondera que os motivos pelos quais alguém opta por determinada carreira podem estar relacionados a fatores como a preocupação com a sua própria profissionalização (como observamos nesta pesquisa, nos relatos dos alunos), isto é, o indivíduo procura adquirir novos conhecimentos, novas habilidades para que possa adequar-se ao mercado de trabalho estando, nesse sentido, a satisfação pessoal e a realização profissional ficam em segundo plano.

Na categoria “Impressões sobre o curso”, quando se retrata o cenário de evasão escolar voltando-se para as percepções do discente acerca do curso, Dore e Lüscher (2011), afirmam que tais impressões incluem as questões institucionais, como a falta de conexão com os conteúdos escolares, tendo em vista que a estrutura curricular, por vezes, não é considerada atrativa pelo discente, além da estrutura física da escola, dentre inúmeros outros fatores. Porém, segundo os relatos dos estudantes para esta pesquisa, nesta categoria identificamos a satisfação dos alunos com o curso:

Minhas impressões foram as melhores sobre o curso, porque almejei aprender sobre criação de animais, plantação, economia rural, as atividades relacionadas ao campo era meu forte, estava nos meus planos a aquisição desses conhecimentos relacionados a áreas rurais (A3, Entrevista, 2022).

O Curso Técnico em Agropecuária é excelente, a aprendizagem adquirida nos estudos levo comigo para a vida, me identifico com os estudos sobre Agropecuária (A4, Entrevista, 2022).

Excelente, tudo muito perfeito. Os professores, horários e aulas eram ótimas (A5, Entrevista, 2022).

Ainda sob a ótica da evasão escolar quando se trata do estudante, para Bordini (2021), há fatores como falta de identificação com o curso, carências quanto à indispensabilidade em conciliar suas atividades com o horário do curso, dificuldades no acompanhamento das aulas, desmotivação em terminar o curso, que ajudam a compreender os motivos pelos quais os alunos evadem da escola.

Na categoria “Evasão”, há unanimidade nas falas dos estudantes sobre o impacto negativo que essa situação trouxe às suas vidas. De fato, de acordo com as pesquisas efetuadas por Dore (2013), o motivo pelo qual o discente abandona a escola é indiferente, pois a evasão por si só, independentemente de sua motivação, gerará repercussões negativas no desenvolvimento de sua vida adulta. Quando os estudantes optam por evadir dos estudos e decidem sair da escola, além de perderem um tempo que seria imprescindível para seu crescimento pessoal, com essa decisão, perdem também o



estímulo ao estudo e muitos não conseguem retornar para a instituição escolar com a finalidade de concluírem seus estudos. Em nossa pesquisa constatamos que:

Os impactos foram enormes em minha vida, no curso minha aprendizagem seria maior, o ensino ofertado pela escola é ótimo, os professores são qualificados, conversam com agente, nos ouve, essa troca entre professor e aluno na escola é ótimo, situação que não acontece na escola que estou estudando agora (A2, Entrevista, 2022).

Os problemas com minha saída foram diversos, dificuldade de conseguir um trabalho, logo me tornei pai, o trabalho era necessário para ajudar a mãe do meu filho. Os trabalhos que surgiram naquela época e aparecem agora são pesados, como: serraria, trabalhar na roça e com criação de gado (A5, Entrevista, 2022).

Os impactos foram amplos, acredito que a dificuldade em conseguir um emprego que seja bom, pois só tenho trabalhado na serraria, ou em supermercados fazendo entregas de mercadorias nas casas das pessoas (A6, Entrevista, 2022).

Quanto aos motivos para evadirem da escola, os estudos de Ferreira *et al.* (2021), que produziram um estado da arte acerca das causas da evasão escolar, citam dificuldades relacionadas à aspectos como a não identificação com o curso, a conciliação entre trabalho e estudo, ao relacionamento com os professores e colegas, descontentamento com o curso, com a instituição e com o mercado de trabalho, dentre outros.

Coadunando, Dore e Lüscher, (2011), Karasinski (2019), Bordini (2021), argumentam que os principais motivos expressos na literatura que levam os estudantes a desistirem de seus cursos são a vulnerabilidade social, gravidez precoce das adolescentes, dificuldade de conciliar trabalho e estudo, necessidade da complementação da renda familiar, defasagem idade/série, falta de representatividade na instituição escolar, conteúdo didático que, por vezes, parece não fazer sentido ao educando, desestruturação familiar, falta de estrutura escolar adequada, dificuldade de acesso às escolas, dificuldades na relação entre professores e colegas, dentre outros. Em nossa pesquisa observamos:

Optei por sair da escola, por problemas de saúde (A1, Entrevista, 2022).

Saí do interior para estudar na cidade de Itaituba, morava na casa de minha irmã, porém, ela teve uns problemas pessoais, tive que voltar para casa, minha irmã separou do marido, não tinha como ficar em Itaituba, a única alternativa foi voltar para minha casa, próximo a vila do Itapacurá, no interior de Itaituba (A2, Entrevista, 2022).

Eu saí do curso porque minha bebê era recém-nascida, eu ainda fui até os dois meses dela, mas não podia participar das atividades propostas, por conta dela, como por exemplo: mexer no canteiro, capinar, quando ia passar veneno nas plantas, devido aos insetos, e mexer com os animais. Não tive apoio do pai de minha filha (A3, Entrevista, 2022).

Ainda na categoria Evasão, indagamos aos alunos evadidos se a escola realizou alguma ação para que sua evasão fosse evitada. Observamos que, ainda que os profissionais das áreas pedagógicas e gestão escolar tenham afirmado que procuram conversar com os alunos em situação de possível evasão, nas entrevistas com os alunos, essa conversa parece não ter sido efetivada com todos os alunos, haja vista alguns relatos de que a escolar não entrou em contato com eles, nem com seus familiares.

Sabemos, pelas experiências já vivenciadas no contexto escolar, que o acompanhamento rigoroso e efetivo de todos os estudantes matriculados nem sempre é possível. Por isso, julgamos que essa incongruência pode ter por vários motivos, como a não detecção, por parte dos professores, de possíveis motivos para evasão dos alunos, dada as demandas relativas ao próprio trabalho docente, ou ainda por que contatos deixados na secretaria da escola, no ato da matrícula, muitas vezes não estão atualizados. Observamos, dentre os estudantes, relatos como:

A escola não tomou nenhuma medida para que eu não desistisse, não teve nenhum contato dos diretores, técnicos da escola e secretaria da escola (A2, Entrevista 2022).

O meu professor e a direção da escola, conversaram comigo para não desistir. Insistiram para eu continuar que eles iam me ajudar com minha filha, porém eu vi que não tinha como, então eu decidi por desistir mesmo (A3, Entrevista, 2022).

Não, ninguém me procurou para saber o que tinha acontecido para que ocorresse a minha saída, não conversei sobre as possibilidades de um possível retorno. O fato é que não consegui voltar mais para a escola, mas pretendo terminar o ensino médio (A5, Entrevista, 2022).

Com a finalidade de minimizar o fenômeno da evasão escolar já que este é um dos principais obstáculos da educação nacional, houve uma proposta do governo federal de implementação de políticas públicas no enfrentamento da evasão escolar, dentre as quais podemos reconhecer: a) o Programa Caminhos da Escola (Brasil, 2019a), que tem por objetivo renovar e fornecer veículos escolares, tendo em vista que muitos alunos têm dificuldades de acesso às instituições educacionais; b) o Programa Saúde na Escola (PSE), (Brasil, 2019b), que objetiva oferecer serviços gratuitos aos discentes com

famílias de baixo poder aquisitivo e, por fim, c) o Programa Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), (Brasil, 2019c), que tem por objetivo a inclusão de pautas de saúde pública e no que tange à educação sexual e à aprendizagem escolar.

No tocante aos professores e gestores, a partir dos relatos desses participantes, chegamos ao eixo “Conceito de evasão”, sobre o qual destacamos os seguintes excertos (reiterando que as letras P referem-se aos relatos dos professores ouvidos na pesquisa, e G refere-se aos relatos dos membros da equipe gestora):

Evasão escolar é um fator no qual o aluno de uma certa forma para de frequentar as aulas, não dá nenhum tipo de justificativa para haver uma ação de intervenção da escola junto a família desse aluno (P1, Entrevista, 2022).

A evasão escolar no meu entendimento trata-se diretamente quando o indivíduo, por motivos diretamente de dificuldade de aprendizagem, ou motivos alheios a nossas questões enquanto professor, e que sejam, por questões pessoais ou afins, abandona diretamente o princípio escolar sem dar nenhum tipo de motivação ou informação, apenas se evade deixando os estudos, sem nenhuma justificativa plausível (P3, Entrevista, 2022).

A evasão escolar, por ser um conceito polissêmico, nos leva a vários entendimentos sobre a apreciação acerca dessa temática na literatura. Deste modo, Silva Filho e Araújo (2017) enfatizam que, diante de várias interpretações acerca do conceito de evasão escolar, fica complicado conferir com exatidão um conceito, prejudicando, desta forma, até o enfrentamento do problema da evasão que afeta as instituições educacionais no país.

O professor P1, por exemplo, associou evasão ao abandono escolar:

Quando o aluno para de frequentar as aulas e ele é ocasionado em uma estatística de abandono, dentro da escola (P1, Entrevista, 2022).

Entendo por evasão, quando o aluno desiste da escola e não volta mais para a instituição educacional (P2, Entrevista, 2022).

A evasão escolar ocorre quando o aluno abandona as atividades escolares, esse indivíduo terá dificuldade para se fixar no mercado de trabalho (P4, Entrevista, 2022).

Os professores P2 e P4, por sua vez, trouxeram o conceito de evasão escolar à luz de autores como Fritsch (2017), Bezerra *et al.* (2020), Trindade e Oliveira (2019), os quais fazem referência à evasão escolar como sinônimo de abandono.

Zanin e Garcia (2020), quando discorrem acerca da evasão e abandono escolar na Educação Profissional, evidenciam o estabelecimento das possibilidades de ocasionar

visibilidade às variáveis que poderão dar suporte na criação de políticas e outras ações para tornar o fenômeno com ocorrências mínimas e prevenir a evasão. Mas, para tanto, é preciso ter clareza desses conceitos.

Para Anic e Silva (2021), a evasão acontece quando o aluno desiste da instituição educacional e não retorna no ano seguinte, como também não solicita transferência. No caso o abandono é compreendido na situação em que o aluno desiste no ano letivo, mas retorna no ano seguinte para cursar a mesma série. Desta forma, podemos observar que esses autores não compreendem evasão e abandono como sinônimos.

Quanto aos motivos para a evasão, professores e gestores citam fatores como os mencionados por Karasinski (2019), os quais incluem fatores pessoais, sociais e institucionais como razões que podem acarretar a uma retenção escolar ou à saída provisória ou definitiva do aluno da escola. Trindade e Oliveira (2019) possuem a mesma perspectiva ao concordar, mencionando em sua pesquisa, problemas relacionados às famílias, como escassez de estímulos, estrutura familiar fragilizada e questões socioeconômicas desfavorecidas como motivadores da evasão, como se observa no trecho do relato do professor P1>

Um dos principais fatores que levam os alunos a pararem de estudar é o fator social, o fator social que vai estar ocasionado a questão da família, a questão da vida financeira e da vida pessoal desse aluno, mais precisamente a situação financeira que leva o maior número de alunos a evadirem da escola, por falta de recursos, por falta de apoio financeiramente por parte tanto da família, quanto dos próprios órgãos de competência (P1, Entrevista, 2022).

Quando observamos os altos índices da evasão, devemos pensar na perspectiva de que questões institucionais também estão incluídas nesse processo como, por exemplos, a falta de conexão com os conteúdos escolares, a estrutura curricular que, por vezes, não é considerada atrativa pelo discente, além da estrutura física da escola, dentre outros fatores que colaboram para que a evasão escolar advenha nesses espaços educativos.

Acredito que os educandos desistem por vários motivos, destaco os principais: aspectos relacionados às condições socioeconômicas dos discentes, baixa qualidade de ensino, escola distante da casa da maioria dos alunos, isso contribui para a desistência do aluno da escola (P2, Entrevista, 2022).

Um elemento que também pode levar os alunos a ter problemas escolares e, por isso, desistirem da escola são as dificuldades na aprendizagem, como relatado pelo professor 3:

Dentre os motivos que levam o aluno a evadir-se do princípio escolar, elenco principal, acredito que seja a dificuldade de aprendizagem... Ele tem que começar a trabalhar para auxiliar a família, que é um dos motivos também né o outro motivo para mim principalmente o desgaste por conta de algumas situações né por exemplo vamos supor o aluno trabalha e estuda né e aí muitas vezes eles acabam se envolvendo mais com trabalho priorizando mais o seu meio de sustento do que o próprio estudo (P3, Entrevista, 2022).

Este mesmo professor acrescentou a necessidade de trabalhar e conciliar o trabalho com os estudos como um dos fatores para a evasão:

Quando o aluno por algum motivo precisa trabalhar ou assume algum tipo de responsabilidade, por exemplo que não era comum dele ali, sei lá posso citar diretamente tem um relacionamento e engravidou a namorada por exemplo aí vai ter que começar a trabalhar, ou então a família está passando por algum tipo de dificuldade, e ele tem que começar a trabalhar para auxiliar a família (P3, Entrevista, 2022).

Sobre esses aspectos, Figueiredo e Salles (2017) apontam que, de fato, as condições socioeconômicas, medida por índices de renda familiar e nível de escolaridade dos pais podem influenciar o desempenho e comportamento do estudante, assim como a estrutura familiar.

O estudo desenvolvido por Lopes (2017) sobre a evasão escolar na percepção de professores que atuam no Ensino Médio mostrou que, dentre os múltiplos fatores que levam um aluno a evadir da escola, tem-se a precarização do trabalho docente, já que professores despreparados e desmotivados podem transmitir isso aos alunos. Uma condição semelhante foi citada por um dos entrevistados que compõem a equipe gestora da escola, que mencionou que a falta de professores e a metodologia utilizada por eles, por vezes ultrapassada, contribui para a evasão.

Lopes (2017) acrescenta que, em sua pesquisa, foi observado no discurso dos professores que a precarização da docência também contribui para a evasão, pois aulas desestimulantes e pouco atrativas interferem no ensino e aprendizagem. Porém lembramos que, nesta pesquisa, os alunos evadidos não citaram esses pontos como sendo motivadores para a sua desistência do curso.

A questão da gravidez precoce das alunas, segundo os estudos de Pereira (2019), é um fator determinante para a evasão. Esta realidade nos remete à importância do acréscimo de oportunidades no desenvolvimento destas adolescentes, haja vista que a evasão do sistema educacional gera danos como obstáculos para a conclusão da sua educação formal. Conseqüentemente, esse aspecto repercutirá em sérias desvantagens em relação ao trabalho e à inserção no mercado de trabalho de maneira produtiva, tornando-se um sério fator para o desenvolvimento de mulheres vulneráveis à pobreza.

Quanto às ações para minimizar a evasão, apuramos as dificuldades de relacionamento e interação entre professores e alunos no ambiente escolar, agravadas pelo recente contexto pandêmico que vivenciamos. Deste modo, faz-se necessário que o professor estabeleça diálogos permanentes com esses jovens e, se possível, com seus familiares, que tanto precisam de acolhimentos nas instituições educacionais, para que os mesmos se sintam pertencentes no âmbito educacional e possam concluir seus estudos.

É recomendável que o professor estabeleça uma relação dialógica com os alunos, já que as políticas públicas não abarcam esses jovens em sua completude, segundo a perspectiva de efetivar a permanência desses indivíduos nas escolas. Na literatura, muitos estudos enfatizam as questões institucionais, relacionadas aos problemas da evasão nas escolas (Dore;Lüscher, 2011; Karasinski, 2019). Em nossa pesquisa certificamo-nos da importância do diálogo com os estudantes para minimizar a evasão:

Acredito que através do diálogo, conversas, conselhos com os alunos podemos fazer com que eles permaneçam na escola, apesar que tenho clareza que precisa de políticas públicas que abarque esses jovens para a permanência e êxito na escola (P1, Entrevista, 2022).

Enquanto professor, acredito até que em alguns momentos o professor pode ser no meu ponto de vista meio que o salvador desse aluno, quando se nota diretamente com esse indivíduo está querendo evadir, ele vai dar traços, vai dar sinais, que vão ser refletir tanto em nota, quanto na própria postura desse educando (P3, Entrevista, 2022).

Atualmente nos espaços onde trabalho eu vejo poucas ações para minimizar a evasão nas escolas, tive uma experiência no Instituto Federal de Itaituba e com a EETEPA, no ensino integrado, que o apoio psicológico é muito importante, muitas vezes o aluno ele está debandando, querendo desistir e eles com esse trabalho acabam conseguindo resgatar muita gente para a sala de aula (P3, Entrevista, 2022).

Também constatamos nas entrevistas com os professores a necessidade de apoio e de ações no contexto escolar, por parte da equipe gestora, para minimizar a

evasão. Bordini (2021) elenca alguns aspectos sobre a evasão escolar relacionado à instituição, como formação dos docentes, estrutura das escolas, processos e práticas pedagógicas. Em relação ao sistema de ensino, a autora cita que essas dificuldades incidem na carreira estudantil de alguns discentes que possuem uma realidade vulnerável, evidenciando a importância de a instituição possuir um planejamento pedagógico inclusivo, como citaram alguns participantes da pesquisa:

A escola estadual está desenvolvendo mecanismo de intervenção para minimizar a evasão dos alunos, estamos trabalhando efetivamente os planos de ação voltados para inibir a evasão dos alunos na escola. Estamos desenvolvendo rodas de conversa, trabalhando com projetos itinerantes, estamos abrangendo a questão de uma conversa pessoal com aluno é intervindo, o corpo técnico da escola faz a mediação entre a família desse aluno, para conversar sobre a importância da permanência e êxito do mesmo (P1, Entrevista, 2022).

Planejar, coordenar, executar, supervisionar e avaliar as atividades significativamente na escola. É essencial um planejamento de ação na escola, organização administrativas e atividades para alcançar as metas e objetivos propostos (P4, Entrevista, 2022).

As questões institucionais também foram mencionadas por professores nas entrevistas, visto que, por vezes, acontecem situações nas escolas que afetam o processo de ensino e aprendizagem. Por isso, é preponderante que a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) seja coletiva, uma vez que é o documento norteador da escola, sua identidade, devendo ser este, elaborado com a participação da comunidade escolar, os pais e responsáveis dos alunos.

Há inúmeras razões que ocasionam a evasão, dentre as quais, citam Dore e Lüscher (2011), incluem-se nesse aspecto algumas questões institucionais, como a falta de conexão com os conteúdos escolares, tendo em vista que a estrutura curricular, por vezes, não é considerada um fator atrativo por parte do discente, além da estrutura física da escola que não atende demandas mínimas dos educandos, dentre outros fatores.

Para Bezerra *et al.* (2020), a superlotação em sala de aula foi um fator determinante para a contribuição junto à problemática da evasão, haja vista que, este é um aspecto que dificulta a implementação do processo de ensino e aprendizagem. Quanto maior a quantidade de alunos nas turmas nota-se um baixo desempenho dos discentes. Pereira (2003) corrobora ao afirmar que a evasão está correlacionada à baixa qualidade do ensino. Um dos professores ouvidos afirmou:

Busco dinamizar as aulas, o professor precisa trabalhar com conteúdos diferentes, curiosidades, para prender a atenção deles nas aulas, para que eles possam estar interagindo, então algumas estratégias as quais utilizo são essas, tento dinamizar um pouco mais a aula, além de trazer conteúdos diferenciados, busco sentar, conversar com os alunos (P3, Entrevista, 2022).

Os professores também afirmaram desconhecer a existência de políticas públicas da rede estadual, específicas para o combate à evasão escolar. Segundo eles, as ações que acontecem nas escolas são isoladas, individualizadas e, por isso, seria interessante uma ação integrada nas escolas para minimizar o fenômeno da evasão.

Não conheço na secretaria do Estado de Educação (SEDUC/PARÁ), programa ou políticas que visem à minimização da evasão escolar. A escola que estabelece suas ações pedagógicas com ideias para diminuir a evasão dos estudantes, como: aulas dinamizadas, aulas passeio, reuniões com pais ou responsáveis, formação continuada de professores, conversa com alunos, rodas de conversas, dentre outras (P1, Entrevista, 2022).

As secretarias não estabelecem programas para que a evasão não aconteça nas escolas da região, pois conversamos com os professores que trabalham em outras escolas da rede municipal e estadual. Observo que a gestão escolar tem essa preocupação para que os alunos não evadam, os profissionais da educação estabelecem e aplicam as estratégias metodológicas dentro da escola, com a ideia de combater os índices elevados de evasão, como por exemplo: encontros pedagógicos, formação contínua, como forma de estabelecer estratégias para minimizar o problema da evasão no contexto educacional (P2, Entrevista, 2022).

Por fim, chegamos aos relatos dos gestores escolares, os quais identificaram, como causas da evasão escolar, a falta de professores, distâncias do domicílio até a escola, problemas familiares e não identificação com o curso. Lembramos, como pontuam Dore e Lüscher (2011), Karasinski (2019) e Bordini (2021), que a evasão escolar precisa ser considerada um fator que está relacionado ao estudante, à família, à escola e à comunidade da qual faz parte, dado que essas instituições sociais estão presentes no dia-a-dia desses indivíduos não havendo dissociação entre eles.

Sobre o “Conceito de evasão”, os gestores teceram os seguintes relatos:

Evadir-se da escola, seria desistir da série a qual o aluno está estudando e não retornar mais para esta série (G1, Entrevista, 2022).

Evasão pode ser compreendida pela dificuldade do aluno conciliar estudo com as obrigações ocupacionais, pois temos alunos que necessitam ajudar no sustento da família. Diante disso, muitos deles veem-se perante uma rotina de cansaço, pois estudam em um horário e no outro tem uma atividade, uma ocupação (G2, Entrevista, 2022).



Quando o aluno evade da escola, é quando o mesmo desaparece das aulas sem justificar o motivo, nem mesmo os colegas de turma, em alguns casos, sabem dá informação sobre, ou se dão são informações sem inconsistência (G3, Entrevista, 2022).

Observamos na literatura uma diversidade de conceitos relacionados à temática da evasão escolar, levando profissionais da educação a usar o conceito de evasão e abandono como sinônimos. Mas são conceitos diferentes. Dore e Lüscher (2011) enfatizam que o conceito de evasão é polissêmico, e que este deve ser considerado com esta perspectiva das multiplicidades, e de conceitos acerca dos problemas relacionados à evasão escolar, ressaltando que ela deve ser considerada pelos fatores relacionados ao discente, a sua família, a escola e a comunidade onde esses alunos vivem. No que concerne à equipe gestora da escola, o relato da equipe gestora da escola pesquisada entende a evasão como sinônimo à situação de abandono:

O abandono à escola pode ser entendido porque a rotina de compromissos com o estudo requer do jovem tempo e dedicação com as atividades solicitadas no andamento do processo ensino e aprendizagem, além da frequência e assiduidade às aulas que são requisitos para o alcance do rendimento escolar (G2, Entrevista, 2022).

A evasão escolar acontece quando o estudante, em algum momento da trajetória estudantil, evadiu-se da escola ao deparar-se com dificuldades que o impediram de superá-las ou conciliá-las com a vida estudantil. Ou seja, o compromisso escolar que este estudante presenciou na instituição de ensino, soma-se aos demais compromissos que este jovem encara em sua vida, tendo em vista que muitos jovens estudantes necessitam ajudar no sustento da família. Um dos membros da equipe gestora ouvido na pesquisa cita outros motivos para explicar a evasão:

Percebo vários motivos, aqui na EETEP, temos problemas como, ausência de professores, distâncias, não se identificar com o curso e problemas familiares (G1, Entrevista, 2022).

Existe evasão em nossa escola, principalmente nas turmas da noite dos cursos Subsequentes, onde os alunos já são maiores de idade e muitas já constituíram família, e também já trabalham. Iniciam o curso depois desisti por vários motivos: mudanças de cidade em busca de emprego, região de garimpo, iniciam um curso superior, ou mesmo não se identificaram com o curso (G3, Entrevista, 2022).

Os motivos geradores do fenômeno da evasão nas escolas brasileiras, e no âmbito escolar onde a pesquisa foi desenvolvida, são diversos. O perfil da escola por ser voltado para formação técnico - profissional combinada com a formação humana, em que o estudante que ingressa no ensino médio profissionalizante apresenta a possibilidade de adquirir uma certificação que pode ser essencial para o primeiro emprego, podendo ajudar na inserção desses indivíduos ao mercado de trabalho.

Por meio da observação da leitura de documentos oficiais, é possível entender que a escola EETEPA tem como potencial a oferta de uma formação profissionalizante complementada com a formação humana, e carrega consigo o desafio de minimizar a evasão. Os principais fatores que podem ajudar na análise da evasão escolar na instituição de ensino pesquisada, são: a duração do curso de ensino médio integrado (formação básica e formação profissional) no período de quatro anos visto, que este período pode desanimar o educando, desestimulá-lo a frequentar a escola.

Há também a distância da residência do educando até a instituição de ensino, que pode contribuir com estes dados. A não oferta frequente da merenda escolar deve também contribuir para a evasão, uma vez que há alunos que precisam desse benefício. A reprovação em algumas disciplinas ocasionam dificuldades para o aluno superar suas demandas pedagógicas, contribuindo para reforçar problemáticas existentes em sua vida pessoal. Outros motivos estão relacionados à gravidez, casos de rapazes que, enquanto estudavam, foram prestar o serviço militar e optaram sair da escola, uma vez que, sendo vinculados no serviço militar, ficam recebendo um benefício e optam por essa garantia ao invés de continuarem estudando.

Além destes supracitados, há outros fatores motivadores para a evasão escolar no Ensino Médio, não havendo distinção das outras modalidades de ensino. Dore e Lüscher (2011) enfatizam que a evasão escolar tem plena necessidade em ser considerado um fator que está diretamente relacionado ao estudante, à família, à escola e à comunidade da qual faz parte, visto que essas instituições sociais estão presentes no cotidiano desses indivíduos, não havendo dissociação entre eles. Em consequência disso, para Dore (2013), independentemente de qual seja a motivação da evasão deste aluno da instituição escolar, essa situação vai gerar repercussões negativas no desenvolvimento de sua vida adulta, citamos aqui a fundamental participação da escola nessa discursão.

Quanto à categoria “ações da escola para minimizar a evasão”, os gestores relataram:

Geralmente não pedem ajuda e não comunicam a escola, para os profissionais da escola possam fazer a busca ativa e que o aluno volte para a escola (G1, Entrevista, 2022).

Poucos alunos comunicam a secretaria da escola para informar ou trancar o curso, quando isso acontece a equipe gestora têm uma conversa explicando que podem perder o curso e da importância do mesmo para a sua formação. Na maioria das vezes conseguimos ajudá-los a continuarem os estudos (G3, Entrevista, 2022).

Consideramos ser urgente a necessidade de se criar formas de enfrentamento para a problemática da evasão escolar segundo a perspectiva do sistema, levando em consideração tanto a perspectiva escolar como uma ótica individual, desenvolvendo mecanismos que sejam capazes de atenuar os motivos que levam à superação de dificuldades frente à diminuição da evasão e do abandono escolar. Essas discussões são cruciais, haja vista que poderão manifestar soluções voltadas ao enfrentamento deste fenômeno. Portanto, há razões nas quais estas situações ainda não tenham sido devidamente analisadas de forma efetiva, trazendo a necessidade de uma proposta que manifeste diferentes perspectivas para que se possam reduzir os índices de evasão e abandono escolar em seu sentido mais amplo.

Os estudos de Ferreira (2001) e Queiroz (2002) asseguram que o fenômeno da evasão escolar não é culpa exclusivamente da Instituição de Ensino, todavia, também agrega a responsabilidade da família, da falta de políticas governamentais, tendo em vista que o Estado não desempenha o seu papel de forma eficiente, em relação ao direito à educação do aluno. Observamos que dois gestores mencionaram que existem políticas públicas no combate à evasão escolar, e uma gestora se contrapôs aos outros dois colegas, onde ela menciona que não tem informação dessas políticas para minimizar a evasão nas escolas ou elas não são postas em práticas.

Não conheço políticas públicas da rede estadual para minimizar a evasão escolar (G1, Entrevista, 2022).

Sim, temos conhecimento de ações planejadas com a finalidade de reduzir a evasão escolar e que foram acionadas no período das aulas remotas em razão da pandemia Covid-19. Uma delas é o programa “Busca Ativa”, incentivado pela UNICEF e adotado pelas secretarias estaduais e municipais de educação. Este programa tem por objetivo estimular ações de mobilização dos diversos entes públicos no combate à evasão escolar. Outra medida voltada para estimular o retorno e permanência do aluno à escola foi a Bolsa Auxílio

criada pelo governo do Pará que concedeu benefícios no valor de R\$ 100,00 a R\$ 500,00 reais aos alunos do Ensino Médio. Este benefício despertou nos alunos a importância de permanecer estudando (G2, Entrevista, 2022).

As estratégias de combate à Evasão em nossa escola é o acompanhamento de perto de toda e qualquer ausência ou mesmo desinteresse e comportamento em sala de aula, essas informações são apresentadas pelos professores. Ao detectarmos esses comportamentos, a coordenação de curso juntamente com a coordenação pedagógica aciona a família e busca entender o contexto do aluno. Quanto à Secretaria de Educação, aconteceram ações que promovam a permanência do aluno na escola como a palestra “Fica comigo” em 2017 pela SEDUC, e acompanhamento pelas redes de apoio (Auxílio Brasil), dentre outras estratégias (G3, Entrevista, 2022).

As estratégias para minimizar a evasão requerem ações conjuntas e efetivas dos poderes públicos que estejam correlacionadas às garantias fornecidas para gestores escolares e educadores, tendo como finalidade o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Branco *et al.* (2020), discorrem que há necessidade de desenvolver relações entre os vários setores pertinentes ao problema, dentre os quais citam a criação de uma Rede de Proteção de Crianças, Adolescentes e Jovens, de maneira que o direito à educação de todos seja garantido com excelência, incluindo-se aqui a escola, o Ministério Público, o Poder Judiciário, o Conselho Tutelar e a Assistência Social, em um trabalho realizado em consonância para que se garanta à eficácia em seu processo de implementação.

Há preocupações e ações discutidas pela instituição pesquisada em torno da temática “evasão escolar”, segundo os gestores participantes. Com a finalidade de fazer o enfrentamento da evasão escolar, uma proposta foi apresentada pela direção e coordenação pedagógica na jornada pedagógica do ano de 2022, sendo este projeto assim intitulado: “Fique para valer a pena”. Segundo o gestor G2:

Esta ação tem por objetivo monitorar e acompanhar regularmente a frequência dos alunos e, quando o sinal de alerta indicar um caso em potencial de evasão escolar (G2, Entrevista, 2022).

Ao identificarmos o que causa o desinteresse pelo curso, as intervenções necessárias são: ouvir o aluno, se dispor em ajudar no que possível, se for caso de saúde tenta viabilizar junto à família, caso de desestrutura familiar encaminhar ao Conselho Tutelar, se menor, se perceber dificuldades de aprendizagem já se verifica a metodologia com o professor da disciplina e já verifica propostas que contemple a necessidade desse(a) aluno(a) (G3, Entrevista, 2022).

Observamos que nas escolas estaduais paraenses, existem documentos com estratégias definidas no combate à evasão, apesar de poucos difundidos, os profissionais da rede estadual não têm conhecimentos de tais documentos para minimizar a evasão

nas instituições, deixando os profissionais agirem de forma individual e não integrada com outras instituições de ensino, no sentido de minimizar esses problemas que afetam essas escolas. E as políticas públicas voltadas para reduzir este problema nas escolas, em especial instituições públicas de ensino são insuficientes.

Entendemos, portanto, ser urgente e necessário criar formas de enfrentamento para a problemática da evasão escolar segundo a perspectiva do sistema, levando em consideração tanto a perspectiva escolar como também individual, desenvolvendo mecanismos que sejam capazes de atenuar os motivos que levam à superação de dificuldades haja vista que, com essa comunicação, podem ser pensadas soluções voltadas ao enfrentamento deste fenômeno.

Outra questão determinante para a evasão escolar é o fator local. É sabido que, as condições de subsistência locais influenciam a forma como o indivíduo percebe a necessidade em dar continuidade nos seus estudos. Considerando o fato de que o município de Itaituba é uma região que foca sua renda majoritariamente na mineração (garimpagem de ouro), e tem como principal PIB essa extração que advém de tal prática, e do advento das atividades portuárias nessa região, com o aumento do fluxo carretas. Isso incorre na exigência de formação e qualificação profissional ou técnica, haja vista que, o trabalho nestas atividades não exige uma formação acadêmica. Isso joga luz a uma questão cultural, que se perpetua ao longo dos anos nessa região, o qual reafirma a não necessidade dos estudos para alcançar condições mínimas financeiras.

Em consonância com estudos da professora Violeta Refkalefsky Loureiro, em seu texto: “Educação e Sociedade na Amazônia em Mais de Meio Século” de 2007, que versa sobre as questões relacionadas à Amazônia, dos costumes e vivências sociais de pessoas que vivem nesse espaço. Submergimos especificamente nessa região, por se tratar do *lócus* onde a pesquisa foi realizada, na EETEPA de Itaituba, ou seja, na região amazônica. A autora detalha sobre questões culturais, históricas e locais, como fator preponderante, que contribuem para os altos índices da evasão escolar nas instituições educacionais do município.

Dado que, nessa região, até as décadas de 40 e 50, a economia era centrada em situações que não exigiam da população uma educação sólida. A população amazônica se dedicava a trabalhos extrativistas, braçal ou como dona de casa, e até hoje a região de Itaituba reproduz esse comportamento. Esse fato contribuiu para que, culturalmente a educação seja vista como algo secundário, assim dizendo a educação escolar era

entendida com algo dispensável, pois as atividades produtivas não exigiam este requisito e a população era predominantemente de área rural (Loureiro, 2007).

O aluno repete assim uma ideia que ele observa ao longo das experiências dos seus antecessores, inclusive de seus familiares que optaram por desistir da escola para ingressar no trabalho das regiões de garimpo, concepção esta equivocada, pois o estudo é indispensável ao cidadão. Isso reflete em outras questões, como a falta de incentivo para continuidade dos estudos.

Assim, o aluno não se vê representado, haja vista que na própria cidade de Itaituba há pouco incentivo para a formação superior, sendo escassas as vagas ofertadas pela universidade federal, e a falta de informações referentes ao ingresso ao ensino superior. Somados a isso, vemos a necessidade do aluno entrar no mercado de trabalho para ajudar a família, e as inúmeras possibilidades de trabalhos informais que aceitam mão de obras não qualificadas, impulsionando o aluno ao abandono escolar. Dito isto, a cultura local indiretamente estimula o aluno a evasão escolar.

A solução para esta problemática seria, de fato, universalizar a educação básica de modo que esta esteja comprometida aos indivíduos brasileiros, se tornando um dos principais desafios diante dos incentivos governamentais - nas esferas federais, estaduais e municipais – onde os indivíduos se veem diante da necessidade de políticas públicas que garantam o acesso à permanência e êxito nas instituições educacionais. Entretanto, nota-se que o cumprimento desse objetivo em sua totalidade é uma utopia, haja vista que a maioria das autoridades no país adota outros enfoques quando eleitos, permitindo que a educação se torne um investimento fortuito. Apesar de alguns esforços, essas metas ficam à mercê de seu cumprimento, pois precisam de empenhos das esferas tanto no âmbito federal quanto no local para que essas pessoas tenham seus direitos assegurados.

## 7 PRODUTO EDUCACIONAL - GUIA DE ESTUDO: como combater a Evasão Escolar?

Neste capítulo, apresentamos os estudos realizados na concretização do produto educacional da pesquisa, que é um Guia, intitulado “GUIA DE ESTUDO: Como combater a Evasão Escolar?” (Figura 4) que tem como público alvo gestores, professores, pedagogos que atuam tanto na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), como na Educação Básica, que busquem subsídios para reduzir os índices de evasão. Esse material didático tem como finalidade orientar esses profissionais da educação na perspectiva de desenvolverem estratégias nas escolas com enfoque na implantação de ações no combate à evasão no âmbito do contexto educacional.

Figura 4 - Capa do Produto Educacional



Fonte: Silva e Anic (2023).

Esse produto originou-se como requisito obrigatório do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT, que impõe a elaboração e validação de um produto educacional como exigência dos programas de pós-graduação profissionais. Outrossim, a concepção desse material deu-se com base nos relatos dos participantes na pesquisa (gestores, professores e ex-alunos). Os profissionais da

educação e alunos contribuíram enfatizando suas experiências relacionadas ao fenômeno da evasão. Acreditamos que, a partir da compreensão dos relatos dos participantes da pesquisa, torna-se possível subsidiar novas estratégias para minimizar a evasão escolar.

Os produtos educacionais oriundos dos programas profissionais servem para nos guiar na concepção do item gerador da pesquisa, e têm a prerrogativa de serem aplicados em outros contextos da educação básica. A elaboração do produto educacional seguiu os pressupostos estabelecidos por Rizzatti *et al.* (2020), que determina primeiramente as descrições das etapas de delimitação do problema a ser analisado e planejamento; preparação do arquétipo em formato digital interativo; acepção de *design*, formatação; aplicação, avaliação e validação na escola técnica estadual; análise à luz do referencial teórico e referencial metodológico; finalização, ajustamento necessários a partir da avaliação e, por fim, a conclusão do produto educacional.

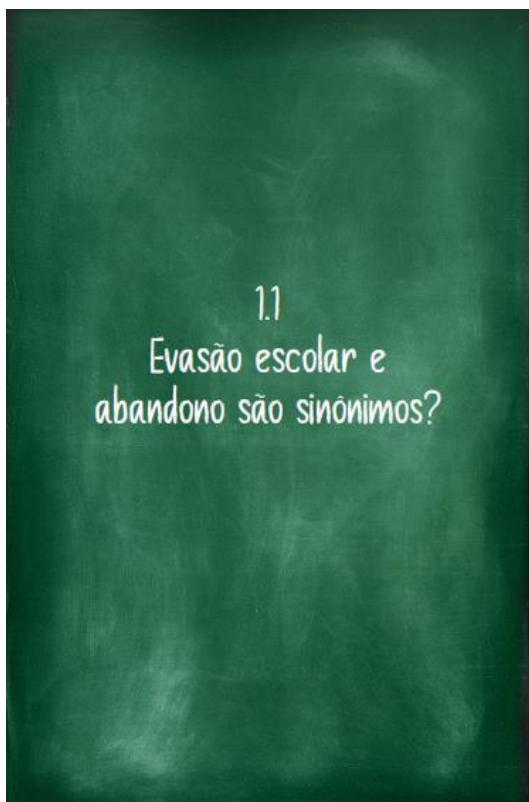
A tipologia de produtos educacionais é determinada no documento da Área 46 - Ensino da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (BRASIL, 2019i), que cita, como exemplos de produtos educacionais, sequências didáticas, aplicativos de computadores, jogos, vídeos, agrupamento de vídeo-aulas, dentre outros.

O motivo principal da elaboração deste produto educacional na Educação Profissional Tecnológica (EPT) deu-se devido às nossas vivências diante dos altos índices de evasão nesta modalidade de ensino, no caso aqui em específico, os índices alarmantes que ocorrem na Escola Técnica Estadual de Itaituba (EETEPA).

Este GUIA DE ESTUDO: Como combater a Evasão Escolar? Está estruturado em três partes, onde na Unidade I trazemos o conceito de evasão e as implicações sociais desse fenômeno, os fatores que levam o estudante a evadir e os impactos da evasão para o estudante (Figura 5). Na Unidade II apresentamos alguns resultados da pesquisa realizada com ênfase nos relatos dos seus participantes e, por fim, na Unidade III, trazemos sugestões de ações de acompanhamento e acolhimento para minimizar os índices de evasão.



Figura 5 - Primeira seção da Unidade I, que discute sobre os conceitos de Evasão e as implicações sociais desse fenômeno.



Quando nos referimos à evasão escolar e ao abandono de estudantes da escola, muitas vezes usamos esses termos como sinônimos. Mas a literatura educacional não os considera assim. A compreensão desses conceitos é imprescindível, pois, com tantas interpretações presentes na literatura, nos documentos oficiais, a quantificação precisa desse fenômeno fica prejudicada, dificultando o estudo de suas causas e, conseqüentemente, a definição de estratégias que possam minimizar o problema nas escolas (Silva Filho; Araújo, 2017). Bordini (2021) fez uma revisão sistemática de literatura compreendendo o período entre 2015 e 2020; nesta pesquisa, foi constatado que o conceito de evasão é complexo quando se procura diferenciá-lo do abandono escolar. Para esta autora, a evasão significa que o aluno saiu da instituição escolar e não se matriculou em nenhuma outra. Já o abandono refere-se à situação em que o aluno se ausenta em um período do ano letivo, mas retorna à escola no ano seguinte. Essa definição de abandono coaduna com a definição adotada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Seja qual for o termo utilizado, o fato é que, como nos lembra Boneti (2003), os alunos que optam por abandonar as instituições escolares enfrentam dificuldades de conseguir emprego, sendo geralmente excluídos da sociedade. Comumente são pessoas que vivem em situações de vulnerabilidade social, as quais necessitam de políticas públicas que garantam o acesso aos seus direitos de educação de qualidade, como se estabelece na Constituição Federal do Brasil de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente, (ECA) de 1990, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996.

Fonte: Silva e Anic (2023).

Para atuar na evasão escolar, é necessário que redes educacionais, gestores e professores considerem que há uma vasta diversidade de estudantes, portanto é necessário que compreendam quais podem ser as razões para motivar a evasão. Essa análise feita pelos professores e gestores da instituição abordará desde questões socioeconômicas até a possibilidade deste aluno não possuir um vínculo com a instituição, que poderá ser acarretada pela falta de práticas pedagógicas orientadas com o objetivo de acolher e tratar essa diversidade de forma eficaz e apropriada. Diante desta percepção, gestores e professores podem elaborar uma estratégia de implantação de ações afirmativas a fim de atenuar os efeitos da defasagem, norteadas as questões de desigualdade racial e socioeconômica podendo, desta forma, reforçar os vínculos de crianças e jovens com a escola.

Para avaliar este produto educacional, foi elaborada uma ficha de avaliação (APÊNDICE A), com base nos estudos de Hentges, Moraes e Moreira (2017), que enfatizam orientações para análise da adaptação de produtos educacionais originários de mestrados profissionais. O Guia, juntamente com o formulário de avaliação, foram

enviados para os participantes da pesquisa via e-mail. Tivemos o retorno de 08 (oito) participantes das entrevistas.

Os avaliadores do produto educacional foram em sua grande maioria os participantes da pesquisa, destes, somente 1 (uma) professora e 2 (duas) gestoras, que não tinham participado da pesquisa, as gestoras são licenciadas em Pedagogia e Letras e formação na área de gestão escolar, a professora é graduada em Letras e são profissionais com experiência na educação e lidam diretamente com o fenômeno da evasão escolar nos espaços educativos onde desenvolvem seus trabalhos cotidianamente.

A primeira questão do formulário de avaliação refere-se ao título do produto educacional. Nessa questão, 07 (sete), participantes assinalaram que está adequado ao que se propõe, e 01(um) participante entendeu que o título está razoavelmente adequado ao que se propõe. A segunda pergunta refere-se aos objetivos do produto educacional e público a que se destinam; os participantes foram unânimes ao responder que está adequado ao objetivo do produto e público alvo.

Outra questão abordada, diz sobre se o produto apresenta argumentos claros que justificam sua elaboração/ aplicação, de forma que contextualiza a sua idealização. Em sua totalidade, os participantes assinalaram que há argumentos claros para a elaboração do produto. Sobre as bases teóricas (conceitos de Evasão Escolar, Abandono, Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Fatores que ocasionam a Evasão) que norteiam a construção do produto, todos os participantes julgaram que tais bases estão coerentes e claras com os objetivos do produto educacional.

Seguindo as questões do relatório de avaliação, perguntamos a opinião dos participantes sobre a organização/ estrutura do produto (sequência das seções, organização do material):

Claro né, bem direto.

Excelente. Inspira muitas escolas a se basearem no produto para diminuir a evasão.

Excelente.

Creio que o autor deveria trazer mais sugestões de ações práticas a serem realizadas para combater a evasão. E menos referências teóricas.

A estrutura/ organização do trabalho está ótima, visto que apresenta uma sequência lógica do tema com fundamentação, resultados e análise da pesquisa. No tópico: “É curioso” que consta dentro do trabalho poderia ser enumerado para incluí-lo na sequência dos demais.

Sobre as orientações e sugestões de ações de acompanhamento e acolhimento dos alunos em vista a minimizar os índices de evasão, além das indicações de leituras, vídeos, materiais de apoio incluídos nas seções do produto, são expressas de forma clara, os participantes sinalizaram que as sugestões e indicações de leitura do produto educacional estão posto de forma clara e objetiva. Por fim, a última questão solicitou aos participantes sugestões, questionamentos e críticas ao produto educacional, os participantes fizeram as seguintes ponderações:

Todo o material um teor de estreitamento na relação escola x aluno.

O tema é de grande relevância na tentativa das escolas diminuir a evasão.

Que após a publicação tenha ampla divulgação.

Foi um conteúdo muito importante para nós, iremos aproveitar ao máximo em nossas escolas.

A obra está bem clara em suas propostas, com possibilidades para ampliar a pesquisa, abrangendo assim um maior número de escolas e alunos. A obra mostra vivência e experiência escolar.

Parabenizamos os autores deste trabalho pela sua relevância social. A evasão escolar no ensino médio é uma problemática que merece olhares para o contexto escolar em busca de alternativas conjuntas que contribuam na solução ou redução desse problema. Este estudo colaborou na ampliação dessa temática e trouxe mais compreensões sobre o fenômeno da evasão escolar com olhar para o ensino médio profissionalizante.

Portanto, somos cientes de que, como afirma Freire (1996), a escola precisa ser democrática, libertadora, universal, assegurando-se que o processo de ensino e aprendizagem aconteça na perspectiva que todos adquiram condição necessária para o pleno exercício da cidadania, contribuindo para a eliminação de relações competitivas, corporativas e autoritárias.

Esperamos que este Guia possa proporcionar novas reflexões, estudos e discussões acerca da problemática da evasão escolar, sobretudo na EPTNM e, a partir daí, subsidiar ações efetivas que possam contribuir para a permanência do aluno em outras escolas.



## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa sobre a Evasão Escolar no Ensino Médio Integrado ao Técnico resultou em considerações permeadas no entendimento da legislação brasileira, a Constituição Federal, promulgada no ano de 1988, na qual se preconiza o direito à Educação presente no art. 205 como um direito de todos, dever do Estado e da família, devendo ser promovida e impulsionada em cooperação com a sociedade, a fim de que ocorra o pleno desenvolvimento do indivíduo, tal como seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Além disso, o ECA de 1990 e a LDB de 1996, traz a garantia do direito à educação.

Apesar de a evasão escolar ser um fenômeno que preocupa os profissionais da educação no Brasil, uma das dificuldades em combatê-la é a multiplicidade de conceitos, gerando dúvidas no percalço do entendimento e enfrentamento do problema. Observamos em nossa pesquisa que questões pessoais, sociais e institucionais são os principais motivadores para que os alunos do Ensino Médio Integrado ao Técnico da ETEPA *campus* Itaituba no Estado do Pará a desistiram dos estudos.

Retomando o objetivo desta pesquisa, o qual versou sobre identificar quais fatores têm levado estudantes do Ensino Médio Integrado ao Técnico de uma escola de Itaituba-PA a evadirem da escola, tendo por referência os relatos de estudantes evadidos, professores e equipe gestora, constatamos que a vulnerabilidade social é o principal fator que ocasiona a evasão. Ademais, os estudantes enfrentam dificuldades relativas ao deslocamento até a escola, pois muitos residem em outras cidades.

Como objetivos específicos, buscamos: 1) identificar na literatura possíveis motivos da evasão nos cursos técnicos de nível médio no contexto da Amazônia. Por meio de uma revisão de literatura em bases de dados como o Google Acadêmico e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, encontramos poucos estudos sobre a evasão escolar no contexto supracitado, ainda que tenham sido encontradas muitas pesquisas sobre a evasão escolar focadas na Educação de Jovens e Adultos e Ensino Superior. No contexto amazônico, observou-se a escassez de pesquisas sobre o fenômeno da evasão, o que é preocupante diante do aumento do número de escolas e vagas para o ensino técnico.

O segundo objetivo específico tratava de analisar possíveis ações para enfrentamento da evasão escolar desenvolvidas no âmbito do Ensino Médio Integrado ao Técnico em uma escola pública de Itaituba-PA. Foi constatado que ações como busca

ativa de alunos, conversas e acolhimento dos alunos e outros programas por parte do governo estadual têm buscado reduzir a evasão, mas essas ações ainda são incipientes e pouco conhecidas pelos participantes. Na rede estadual paraense, os documentos oficiais no combate à evasão são desconhecidos pelos profissionais da educação, sendo que tais documentos não são de amplo acesso da comunidade. Cabe aos governantes, além das políticas já existentes, a criação de políticas públicas que contemplem esses indivíduos, para que os mesmos possam ter sucesso na vida escolar e social, e possam intervir nos espaços onde estejam inseridos, minimizando a evasão escolar e estimulando a efetivação do processo de ensino e aprendizagem.

O terceiro objetivo específico referiu-se a elaborar um guia pedagógico de orientação aos gestores e professores para que possam contribuir para minimizar a evasão escolar no Ensino Médio Integrado, tomando-se por referência os relatos de estudantes evadidos, professores e equipe gestora. Tal objetivo foi contemplado com a elaboração do produto educacional da pesquisa.

Cabe aos governantes, além das políticas já existentes, a criação de políticas públicas que abarque esses indivíduos, para que os mesmos possam ter sucesso na vida escolar e social, e possam intervir nos espaços onde estejam inseridos, minimizando a evasão escolar e estimulando a efetivação do processo de ensino e aprendizagem.

Após os estudos, as observações, as entrevistas, concluímos que a evasão escolar na EETEPA, *campus* Itaituba, é influenciada pelo contexto local, pois o garimpo ainda está muito presente na vida dos itaitubenses, haja vista que parte da população sobrevive das atividades nesse ramo e também nas das atividades portuárias na região de Itaituba. Essas atividades não exigem qualificação, gerando uma questão cultural onde se entende que as pessoas não precisam de estudos para conseguir recursos financeiros.

Ademais, é imprescindível destacar os percalços que aconteceram ao longo do desenvolvimento da pesquisa, como a dificuldade de acesso aos documentos oficiais da escola, como Projeto Político Pedagógico, Plano de Ação, Plano de Curso, o que contribuiu para atrasos no cronograma da pesquisa. Também tivemos dificuldades em marcar horários para realizar as entrevistas pelos participantes, tendo em vista que estão evadidos e que não fazem mais parte da escola.

Entende-se que a pesquisa não esgotou o tema da evasão escolar, sendo necessários novos estudos que oportunizem reflexões e levantamentos de dados quantitativos sobre evasão, além de uma definição mais concreta sobre o conceito de

evasão. Mas consideramos que nossa pesquisa pôde contribuir para a ampliação do debate, sobretudo por ter sido desenvolvida numa escola técnica estadual, em uma área longe dos grandes centros urbanos, ao sudoeste do Pará, na região amazônica, dado que são raros os estudos nessa modalidade de ensino. Paralelamente, consideramos que, no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e educação básica, estudos sobre a evasão podem subsidiar ações futuras para a permanência dos estudantes tanto na rede estadual como na rede federal.





## REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, K. R.; ALVES, S. C. .; MATOS, R. P. . Evasão escolar nos cursos técnicos integrados ao ensino médio da Rede Federal: levantamento de fatores motivacionais e propostas de intervenção. **Research, Society and Development**, Itajubá, v. 10, n. 6, p. 1-10, 2021. Disponível em: <https://www.rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/15630>. Acesso em 05 jan. 2022.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. In: O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 2002.
- ANDIFES, A.; ABRUEM, A.; SESU/MEC, S. Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas: resumo do relatório apresentado a ANDIFES, ABRUEM e SESu/MEC pela Comissão Especial. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 1, n. 2, 1996. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/739>. Acesso em: 28 jul. 2021.
- ANDRÉ, M. O que é um estudo qualitativo em Educação? **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013.
- ANIC, C. C.; SILVA, R. A. DA. Evasão escolar na Educação profissional na Amazônia, **Revista Labor**, [S. l.], v. 2, n. 26, p. 86-103, 28 dez. 2021.
- ANPED. **Nota de Repúdio às Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional e Tecnológica (DCNEPT - Resolução CNE/CP nº 01-2021)**. Publicado em: 25/01/2021 - 10:25. Disponível em: <https://anped.org.br/news/nota-de-repudio-novas-diretrizes-curriculares-nacionais-para-educacao-profissional-e>. Acesso em 06 jan. 2021.
- BARROS NETO, S. G. de; JACOB, A. Técnicos em farmácia: trajetórias formativas de egressos do curso técnico de nível médio em farmácia. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 14, n. 29, p. 73–97, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3348>. Acesso em: 19 out. 2023.
- BERNARDIM, M; SILVA, M. R. Políticas Curriculares para o Ensino Médio e para a Educação Profissional: propostas, controvérsias e disputas em face das proposições do Documento Referência da Conae 2014. **Jornal de Políticas Educacionais**, [S. l.], n. 16, p. 23-35, jul./dez. 2014
- BEZERRA, L.; GONÇALVES, C. P.; CUNHA, D. O; OLIVEIRA, F. L. Análise da correlação entre a média de alunos por turma na taxa de rendimento de alunos nas escolas públicas de Ensino Médio no Município do Rio de Janeiro. **Revista Educação Pública**, [S. l.], v. 20, n. 36, set. 2020 . Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/36/analise-da-correlacao-entre-a-media-de-alunos-por-turma-na-taxa-de-rendimento-de-alunos-nas-escolas-publicas-de-ensino-medio-no-municipio-do-rio-de-janeiro> Acesso em: 06 jul. 2021.

BORDINI, M. A evasão escolar: uma metassíntese qualitativa de estudos brasileiros (2015-2020). **Interfaces**, Guarapuava, v.12, n.1, p. 219-231, 2021.

BORGES, K. P.; LIMA, R. F. C. **Trabalho e Educação na Perspectiva das Políticas para Educação Profissional e Tecnológica no Brasil**. 5º Simpósio da Faculdade de Ciências Sociais. Democracia e direitos humanos: crises e conquistas. Goiânia. 2019.

BRANCO, E. P.; ADRIANO, G. ; BRANCO, A. B. G.; IWASSE, L. F. A. . Evasão escolar: desafios para permanência dos estudantes na educação básica. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 15, n. 33, maio/ago., p. 133-155, 2020.

BRASIL, [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República: [1988]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/douconstituicao88.pdf](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/douconstituicao88.pdf). Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1990.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 01 jul. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República: [1997]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d2208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm). Acesso em: 01 jan. 2022.

BRASIL. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 jul. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Ensino Médio Inovador**. Documento Orientador. Elaboração de Propostas de Redesenho Curricular. Ministério da Educação, Secretaria De Educação Básica. [Brasília, DF]: Governo Federal, 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento\\_orientador.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_orientador.pdf). Acesso em: 09 jan. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. [Brasília, DF]: Governo Federal, 2012. . Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category\\_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 21 jan. 2022.

BRASIL, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. 2014b. **Diário Oficial da União**. Disponível em:

[http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf). Acesso em: 16 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**, Brasília-DF: MEC. 2014a. 52p. Disponível em: <file:///C:/Users/alves/Downloads/Documento-Orientador-SETEC.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2022.

BRASIL. **Nota informativa n. 138/2015/DPE/SETEC/MEC**. Informar e orienta as Instituições da Rede Federal sobre a construção dos Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e Êxito dos Estudantes. [Brasília, DF]: Governo Federal, 2015. Disponível em: <http://proen.ifpa.edu.br/documentos-1/documentos-gerais/2015/1234-nota-informativa-n-138-2015-dpe-ddr-setec-mec/file>. Acesso em: 13 jun. 2019.

BRASIL. **Medida Provisória MPV 746/2016**. [Brasília, DF]: Governo Federal, 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm) >. Acesso em: 21 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº. **13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Dispõe sobre a reforma do ensino médio brasileiro, Brasília DF, 2017.

BRASIL, MEC, CNE, CEB. **Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. 2018. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE\\_RES\\_CNECEBN32018.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECEBN32018.pdf). Acesso em: 05 jan. 2022.

BRASIL, CAPES. **Documento de Área – Ensino**. Brasília, 2019i. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Caminhos da Escola**. Brasília, Ministério da Educação, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. [Brasília, DF]: Governo Federal, 2019a. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/caminho-da-escola>. Acesso em: 07 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Saúde nas Escolas**. Brasília, Ministério da Educação. [Brasília, DF]: Governo Federal, 2019b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-saude-da-escola/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/14578-programa-saude-nasescolas>. Acesso em: 07 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE)**. Brasília, Ministério da Educação. [Brasília, DF]: Governo Federal, 2019c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/projeto-saude-eprevencao-nas-escola0s-spe>. Acesso em: 07 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Programa Bolsa Família**. Brasília, Ministério da Cidadania, Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. [Brasília, DF]: Governo

Federal, 2019d. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>. Acesso em: 07 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Brasília: Ministério da Educação, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. [Brasília, DF]: Governo Federal, 2019e. Disponível em: <https://www.fnnde.gov.br/programas/pnae>. Acesso em: 07 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)**. Brasília: Ministério da Educação. [Brasília, DF]: Governo Federal, 2019f. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>. Acesso em: 07 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Projeto Escola que Protege**. Brasília: Ministério da Educação. [Brasília, DF]: Governo Federal, 2019g. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/projeto-escola-que-protege>. Acesso em: 07 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Brasil Alfabetizado**. Brasília: Ministério da Educação, [Brasília, DF]: Governo Federal, 2019h. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-brasil-alfabetizado>. Acesso em: 07 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Mais Educação**. Brasília: Ministério da Educação. [Brasília, DF]: Governo Federal, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/195-secretaria112877938/seb-educacao-basica-2007048997/16689-saiba-mais-programa-maiseducacao>. Acesso em: 11 jan. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 1, De 5 de Janeiro de 2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. [Brasília, DF]: Governo Federal, 2021. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE\\_RES\\_CNECPN12021.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECPN12021.pdf). Acesso em: 29 jan. 2022.

BRASIL. **PL Nº 5230/2023**. [Brasília, DF]: Governo Federal, 2023c Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2366004&filename=Tramitacao-EMP%2076%20=%3E%20PL%205230/2023](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2366004&filename=Tramitacao-EMP%2076%20=%3E%20PL%205230/2023). Acesso em: 28 dez. 2023.

BRASIL. **PORTARIA Nº 399, DE 8 DE MARÇO DE 2023**. Publicado em: 09/03/2023 | Edição: 47 | Seção: 1 | Página: 16. [Brasília, DF]: Governo Federal, 2023b Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-399-de-8-de-marco-de-2023-468762771>. Acesso em: 10 mar. 2023.

BRASIL. **PORTARIA Nº 627, DE 4 DE ABRIL DE 2023 - PORTARIA Nº 627, DE 4 DE ABRIL DE 2023 - DOU - Imprensa Nacional**, [Brasília, DF]: Governo Federal, 2023a. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2023/04/PORTARIA-N%C2%BA-627-DE-4-DE-ABRIL-DE-2023-PORTARIA-N%C2%BA-627-DE-4-DE-ABRIL-DE-2023-DOU-Imprensa-Nacional.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2023.

BRASIL, E. G. M.; SILVA, R. M.; SILVA, M. R. F.; RODRIGUES, D. P.; QUEIROZ, M. V. O. . Promoção da saúde de adolescentes e Programa Saúde na Escola: *complexidade na articulação saúde e educação*. **Rev Esc Enferm USP**, [S. l.], v. 51, 2017.

CARDOZO, M. J. P.; LIMA, F. C. S. A contrarreforma do Ensino Médio: retrocessos e intencionalidades. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, Ano 23, n. 38, jan./jul. 2018.

**CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL**. 26/07/2021. Territórios em Rede: projeto realiza busca ativa e mobiliza cidades contra a exclusão escolar. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/territorios-em-rede-projeto-realiza-busca-ativa-e-mobiliza-cidades-contra-exclusao-escolar/>. Acesso em: 08 set. 2022.

CHAUÍ, M. **Direitos Humanos e medo**. In: Direitos Humanos e São Paulo, Comissão de Justiça e Paz: Editora Brasiliense, 1989.

CORRÊA, S. DE S.; GARCIA, S. R. DE O. Novo ensino médio: quem conhece aprova! Aprova?. **Revista Ibero-Americana De Estudos Em Educação**, v.13, n.3, p. 604–622, 2018.

CORSO, A. M.; SOARES, S. T. **O Ensino Médio no Brasil**: dos desafios históricos às novas diretrizes curriculares nacionais. X ANPED SUL, Florianópolis, out. 2014.

COSTA, H. P.; DIAS, V. E. M. A profissionalização generalizada na reforma do Ensino Médio. **Trabalho Necessário**, v.19, n. 39, maio-ago. 2021.

COUDREAU, H. **Viagem ao Tapajós**. Companhia Editora Nacional: São Paulo – Rio de Janeiro – Recife – Porto Alegre, 1896.

CRESWELL, J.W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. São Paulo: Editora Penso. 2014.

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa** [online]. 2002, n. 116 [Acessado 26 jun. 2022], pp. 245-262. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000200010>>. Epub 24 Mar 2003. ISSN 1980-5314. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000200010>.

DE ALMEIDA, N. R. Educação para além da formação do trabalhador alienado. **Educar em Revista**, [S.I.], p. 251-258, dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/13977/14020>. Acesso em: 02 jan. 2022.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre:Penso, 2011.

DIAS, E.; PINTO, F. C. G. A Educação e a Covid-19. **Ensaio: avaliação, políticas públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v. 28, n. 108, p. 545-554, jul./set. 2020.

DOL, A educação no Pará é a pior do Brasil. 22/06/2017. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/para/noticia-426229-educacao-do-para-e-a-pior-do-brasil.html?d=1>. Acesso em: 24 jul. 2022.

DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. *In: Cadernos de Pesquisa*. v. 41, n. 144, p. 772-788, set/dez 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/jgRKBkHs5GrxxwkNdNNtTfM/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 05 jul. 2021.

DORE, S. R. **Evasão e repetência na rede federal de educação profissional**. Programa observatório da Educação – CAPES/Inep Maceió, Alagoas, setembro de 2013.

ESCOLA TECNOLÓGICA DO PARÁ EETEP-ITAITUBA. **FindGlocal**. 2018?. Disponível em: [findglocal.com/BR/Itaituba/1761430684173230/Escola-Tecnologica-do-Pará-EETEP-Itaituba](http://findglocal.com/BR/Itaituba/1761430684173230/Escola-Tecnologica-do-Pará-EETEP-Itaituba). Acesso em: 01 jan. 2021.

ESTEBAN, M. P. S. **Pesquisa qualitativa em educação**: Fundamentos e tradições; trad. Miguel Cabrera. Porto Alegre: AGMH, 2010.

FERREIRA, J. A. O. A. **Criação de um painel de controle para prevenção da evasão escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas**. 2021. 133f. Dissertação. (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campus Manaus Centro, Manaus, 2021.

FERREIRA, J. A. O. A.; QUEIROZ, L. D. S.; SILVA, R. O.; SOARES, M. L.; SILVA, D. N. The Causes of School Dropout: State of the Art. **International Journal of Science and Management Studies**, v. 4, n. 4, p. 205-305, july-aug. 2021.

FERRETTI, C. J. A reforma do Ensino Médio: desafios à educação profissional. **HOLOS**, [S. l.], Ano 34, v, 04, p. 231- 271, 2018.

FERRETTI, C. J. REFORMULAÇÕES DO ENSINO MÉDIO. **HOLOS**, [S. l.], v. 6, p. 71–91, 2016. DOI: 10.15628/holos.2016.4988. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4988>. Acesso em: 24 jul. 2022.

FIGUEIREDO, N. G. DA S.; SALLES, D. M. R.. Educação Profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 25, n. 95, p. 356–392, abr. 2017.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**/ Uwe Flick; tradução: Magda Lopes; revisão técnica: Dirceu as Silva. – Porto Alegre: Penso, 2013.

FRANZI, J. Projeto de vida das juventudes brasileiras na reforma do ensino médio: analisando a proposta. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 9, n. 18, Edição Especial 2020.

- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. 23 ed. São Paulo, Paz e Terra, 1996.
- FRIGOTTO, G. **A Produtividade da Escola Improdutiva**. 7.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006.
- FRIGOTTO, G. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v.19, n.1, p.71-87, jan./jun. 2001.
- FRIGOTTO, G. Trabalho como princípio educativo. *In*: CALDART, R.; PEREIRA, I. ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- FRITSCH, R.. Evasão escolar, mundo da escola e o mercado de trabalho: o que dizem jovens do Ensino Médio de escolas públicas. *In*: DORE, Rosemary et al (Org.). **Educação Profissional e Evasão Escolar: contextos e perspectivas**. Belo Horizonte: RIMEPES, 2017.
- FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS DO PARÁ PERFIL DA JUVENTUDE PARAENSE**: 2018. Belém, 2018.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Busca Ativa Escolar**. 2019. Disponível em: <https://buscaativaescolar.org.br/index.html#about>. Acesso em: 09 fev. 2022.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Enfrentamento da cultura do fracasso escolar**: reprovação, abandono e distorção idade-série. 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/alves/Downloads/unicef-cultura-fracasso-escolar-v15-digital.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2022.
- GHEDIN, E., FRANCO, M. A . **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. São Paulo: Cortez, 2011.
- GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2017.
- GRABOWSKI, G. Quem conhece a Quem conhece a reforma do ensino médio, a reprova. **Revista Extraclasse do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul, Exclusivo WEB**, [S.l.], fev. 2017. Disponível em: <http://www.extraclasse.org.br/exclusivoweb/2017/02/quem-conhece-a-reforma-do-ensino-medio-a-reprova/>. Acesso em: 22 jan. 2022.
- HENTGES, A.; MORAES, M. L. B.; MOREIRA, M. I. G. Protótipo para avaliação da pertinência dos produtos educacionais desenvolvidos nos mestrados profissionais. **Revista Thema**, Pelotas, v. 14, n. 4, p. 3–6, 2017. DOI: 10.15536/thema.14.2017.3-6.811. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/811>. Acesso em: 6 out. 2023.

IBGE. PNAD Contínua. Síntese de Indicadores Sociais. Abandono escolar é oito vezes maior entre jovens de famílias mais pobres. **Agência IBGE Notícias**, 06/01/2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25883-abandono-escolar-e-oito-vezes-maior-entre-jovens-de-familias-mais-pobres>. Acesso em: 20 jan. 2022.

IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2019. PNAD Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio, **Agência IBGE Notícias**, 15 jul. 2020a. 16p. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf). Acesso em: 07 de jan. de 2022.

IBGE. PNAD Contínua. Necessidade de trabalhar e desinteresse são principais motivos para abandono escolar. **Agência IBGE Notícias**, 15/07/2020b 10h00. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28286-necessidade-de-trabalhar-e-desinteresse-sao-principais-motivos-para-abandono-escolar>. Acesso em: 07 de jan. de 2022

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Acelera Brasil**: passo a passo. São Paulo, 2001.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Se liga**. 2019. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/Atuacao/se-liga.html>. Acesso em: 09 fev. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/itaituba.html>. Acesso em: 26 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). PNAD Educação 2019: mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio.html>. Acesso em: 20 jan. 2022.

INSTITUTO UNIBANCO. **Relatório de atividades 2009**. São Paulo: Instituto Unibanco, 2010. Disponível em: [https://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2016/08/rel\\_atividades\\_IU\\_2009.pdf](https://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2016/08/rel_atividades_IU_2009.pdf). Acesso em: 09 fev. 2022.

INSTITUTO UNIBANCO. **Estudar Vale a Pena**. 2019. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/estudar-vale-a-pena/>. Acesso em: 09 fev. 2022.

IOSIF, R. M. G. **A qualidade da educação na escola pública e o comprometimento da cidadania global emancipada: implicações para a situação da pobreza e desigualdade no Brasil**/ Ranilce Mascarenhas Guimarães Iosif. Brasília, 2007. 310 f. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Programa de Pós-graduação em Política Social. 2007.

KARASINSKI, E. N. Formação docente e a permanência e êxito na educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v.2, p. 1- 22, 2019.



KRAWCZYK, N. **O ensino médio no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2009.

KUENZER, A. Z. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão. In: FERREIRA, N. S. C. (org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

KUENZER, A. Z. **Ensino Médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

KUNZE, N. C. O surgimento da rede federal de educação profissional nos primórdios do regime republicano brasileiro. In: **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica** /Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. v. 2, n. 2, nov. 2009.

LIMA, T. F.; NASCIMENTO, A. M. A.; BEZERRA, B. D. G.; CAVALCANTI, R. R. . A importância do Programa Saúde na Escola na prevenção de agravos e melhoras na aprendizagem. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 5., 2018, Recife. **Anais...** Campina Grande: Editora Realize, 2018, p. 1-10, v.1.

LOPES, B. E. M. Madureira, 1972- **Evasão escolar no ensino médio noturno: mediações entre as políticas educacionais contemporâneas e as dinâmicas escolares** / Bernarda Elane Madureira Lopes. - 2017. 345 f.

LOUREIRO, V. R. Educação e Sociedade na Amazônia em Mais de Meio Século. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 17–46, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/141>. Acesso em: 12 nov. 2023.

MAGALHÃES, F.P. **Gêneros discursivos da esfera empresarial no ensino da educação profissional: reflexões, análises e possibilidades**. Pelotas: 358f. 2011. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Universidade Católica de Pelotas.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**: atores e cenários ao longo da história. Paco Editorial. 2016.

MEDEIROS NETA, O. M.; MOURA, D. H.; CAVALCANTE, I. F.; OLIVEIRA, J. P.; COSTA, C. L. Extensão e formação na educação profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 14, p. e7101, 2018. DOI: 10.15628/rbept.2018.7101. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7101>. Acesso em: 09 jan. 2022.

MELLO, L. Desafios da educação em 2022 é combater a evasão escolar. **DOL Diário online/Notícias Pará**. 2022. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/para/690435/desafio-da-educacao-em-2022-e-combater-a-evasao-escolar?d=1>. Acesso em: 07 jan. 2022.

MENDONÇA, A. G. Ensino técnico de nível médio: momentos de prestígio e de esquecimento se alternando durante a história da educação profissional no Brasil. **Horizontes**, v. 32, n. 2, 30 dez. 2014.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)**. Novo Ensino Médio - perguntas e respostas. [Brasília, DF]: Governo Federal, 2022?. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>. Acesso em: 20 jul. 2022.

MOURA, D. H.; LIMA FILHO, D. L.; SILVA, M. R. Politecnicidade e formação integrada: confronto conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**. v. 20, n.63, p. 1057-1080, out./dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n63/1413-2478-rbedu-20-63-1057.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2022.

PACHECO, E.(Org). **Perspectivas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio**: proposta de diretrizes curriculares nacionais. São Paulo, 2012. Editora Moderna, 144p.

PARÁ. **Lei nº 481 de 2021**. Que criou o Programa: "Reencontro com a Escola". Governo do Estado do Pará. Secretaria do Estado de Educação- Seduc: Belém, 2021.

PARÁ. **Lei nº 8.186, de 23 de junho de 2015**. Aprova o Plano Estadual de Educação – PEE-II e dá outras providências. Governo do Estado do Pará. Secretaria de Estado de Educação- Seduc: Belém, 2015.

PARÁ. **Portaria nº 42**, de 08 de julho de 2008. Belém, 2008.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. — São Paulo: Casa do Psicólogo. 1999.

PELLISSARI, B. L. **A REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL: 2016 A 2021**. **SciELO Preprints**, 2021. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.3150. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/3150>. Acesso em: 5 jan. 2022.

PEREIRA, F. C. B. **Determinantes da evasão de alunos e os custos ocultos para as instituições de Ensino Superior**: uma aplicação na Universidade do Extremo Sul Catarinense. 2003. 172f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

PEREIRA, M. C.. **Evasão escolar: causas e desafios**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. ed.. 02, v. 01, p. 36-51. fev. 2019.

PIOLLI, E.; SALA, M. Reforma do Ensino Médio e a formação técnica e profissional. **Revista USP**, [S. l.], n. 127, p. 69-86, 2020. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.i127p69-86. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/180047>. Acesso em: 6 jan. 2022.

POLYDORO, S.A. J.; PRIMI, R.. Integração ao ensino superior: explorando sua relação com características de personalidade e envolvimento acadêmico. In: MERCURI, Elizabeth (Org.). **Estudante Universitário: características e experiências de formação**. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2003. p. 41-66

QEDU. **Taxas de rendimento, conheça a proporção de alunos com reprovação ou abandono do INEP**. 2021. Disponível em: <https://novo.qedu.org.br/uf/15-para/taxas-rendimento>. Acesso em: 06 jul. 2022.

QUEIROZ, L. D.. **Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar na inclusão escolar**. 2010. Disponível em: <https://www.trabalhosgratuitos.com/Humanas/Rela%C3%A7%C3%B5es-Internacionais/EVAS%83O-ESCOLAR-517066.html>. Acesso em: 05 jul. 2021.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional**. In: Coleção Formação Pedagógica, Curitiba: Instituto Federal do Paraná, v.5. 2014.

RAMOS, M. PEC do teto dos gastos inviabilizou a educação pública no país, diz Dermeval Saviani. **Brasil de Fato**, São Paulo, 8 dez. 2017. Educação pública. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/12/08/pec-do-teto-dos-gastos-inviabilizou-a-educacao-publica-no-brasil-diz-dermeval-saviani/>. Acesso em: 22 jul. 2022.

RIVEIRA, Carolina. **Matrículas da rede privada despencam em 2021; veja os dados do censo escolar**. 31/01/2022. Disponível em: <https://exame.com/brasil/matriculas-na-rede-privada-despencam-em-2021-veja-dados-do-censo-escolar/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

RIZZATTI, I. M.; MENDONÇA, A. P.; MATTOS, F.; RÔÇAS, G.; SILVA, M. A. B. V.; CAVALCANTI, R. J. S.; OLIVEIRA, R. R. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio>. Acesso em: 10 jan. 2022.

ROCHA, L.; LEAL, M.. Explorando os motivos da evasão escolar no Brasil: uma análise a partir do suplemento de educação da PNADC-2022. **IMDS - Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social**. NT 2023/1. Julho 2023. Disponível em: <https://imdsbrasil.org/doc/ImdsNT001-2023-Evas%3AoEscolarPNADC2022.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2022.

RODRIGUES, A. T. **Sociologia da educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2002.

ROMANELLI, G. O significado da escolarização superior para duas gerações de famílias de camadas médias. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 76, n. 184, p. 445-476, set./dez. 1995.

ROSA, A. H.; AQUINO, F.J.A. de. Evasão escolar na educação profissional técnica de nível médio: um olhar aprofundado sobre dois grandes vilões - a falta de informação e a falta de identidade do ensino técnico. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.],

v. 8, n. 7, p. e40871151, 2019. DOI: 10.33448/rsd-v8i7.1151. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/1151>. Acesso em: 9 jan. 2022.

SALES, P. E. N.; CASTRO, T. L.; DORE, R. Educação profissional e evasão escolar: estudo e resultado parcial de pesquisa sobre a rede federal de educação profissional e tecnológica de Minas Gerais. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR*, 3., 2013, Belo Horizonte. Belo Horizonte: Rimepes, 2013.

SILVA FILHO, R. B.; ARAÚJO, R. M. L. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, jan.-jun. 2017.

SILVA, D. S. V.; SOUSA, F. C. Direito à educação igualitária e (m) tempos de pandemia: desafios, possibilidades e perspectivas no Brasil. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, v. 6, n. 4, p. 961-979, 2020.

SILVA, F. C. S. **A evasão escolar de jovens do ensino médio em uma escola pública de Itaituba, Pará**. 2005. 188 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação - UNICAMP (Editora), Campinas, SP: [S-N], 2005.

SILVA, J. L. **Evasão e ações de permanência e êxito na educação profissional técnica de nível médio na modalidade subsequente: o caso do Instituto Federal do Amazonas – Campus Avançado Manacapuru**. 2021. 139 f. Dissertação. (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campus Manaus Centro, Manaus, 2021.

SILVA, R. A.; ANIC, C. C. **GUIA DE ESTUDO: Como combater a Evasão Escolar?**. 2023. Produto educacional (Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campus Manaus Centro, Manaus, 2023.

SOARES JÚNIOR, N. E.; BORGES, L. F. F.. As políticas curriculares da educação profissional e o trabalho docente. **Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 47, p. e222664, 2021. DOI: 10.1590/S1678-4634202147222664. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/186961>. Acesso em: 5 jan. 2022.

TEIXEIRA, R. F. B.; LEÃO, G. M. C.; DOMINGUES, H. P.; ROLIN, E. C. Concepções de itinerários formativos a partir da resolução CNE/CEB Nº 06/2012 e da lei nº 13.415/2017. *IN: Educação no Século XXI - Volume 28 – Gestão e Políticas Públicas/ Organização: Editora Poisson Belo Horizonte - MG: Poisson, 2019.*

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Todos Pela Educação 2006-2009**. São Paulo: Todos Pela Educação, 2009, 57 p.

TRINDADE, M. F. B.; OLIVEIRA, F. L. Idosos na EJA: fatores que motivam a inclusão e permanência. Trivium: **Revista Eletrônica Multidisciplinar**, Pitanga, v. 6, nº 2, ed. especial, set. 2019. Disponível em:

<http://revista.ucpparana.edu.br/index.php/Trivium/issue/archive>. Acesso em: 10 out. 2021.

UFPA Entrevista – “Busca Ativa Escolar no combate a evasão na Amazônia” *UFPA Entrevista*. **RÁDIO WEB UFPA**. Publicado em: 14 março de 2022. Disponível em: <http://radio.ufpa.br/index.php/ufpa-entrevista/busca-ativa-escolar-no-combate-a-evasio-na-amazonia/>. Acesso em: 25 jul. 2022.

VENTURA, M. M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. *Pedagogia Médica. Revista SOCERJ*. 2007; 20(5):383-386 setembro/outubro. Disponível em: [http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007\\_05/a2007\\_v20\\_n05\\_art10.pdf](http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf). Acesso em: 26 jun. 2022.

XAVIER, T. R. M.; FERNANDES, N. L. R. Educação Profissional Técnica integrada ao ensino médio: considerações históricas e princípios orientadores. **Educitec-Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, v. 5, n. 11, 2019.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2001.

ZANIN, A. J. D. P. C.; GARCIA, N. M. D. Permanência e abandono escolar na educação profissional: refletindo sobre alguns de seus motivadores. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v.29, n.1, p.47-54, jan-abr, 2020.



## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
AMAZONAS – IFAM/CAMPUS MANAUS CENTRO**  
**Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT**

### QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Avaliação do produto educacional: “**ABANDONO OU EVASÃO: Como combater?**”.

Caro colega,

Através da realização da pesquisa intitulada “A evasão escolar no Ensino Médio Integrado no contexto da Escola de Ensino Técnico do Estado do Pará”, vinculada ao Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) em Rede Nacional, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), foi possível construirmos esse produto educacional, representado por um Material Didático/ Instrucional no formato de um Guia para pedagogos, professores e gestores que desejem efetivar ações direcionadas a alunos e a comunidade como um todo para minimizar os índices de evasão escolar.

Pedimos a gentileza de avaliá-lo, a fim de aprimorarmos nosso material e contribuirmos de forma mais efetiva com a equipe da gestão escolar e os professores para que, juntos, possam desenvolver atividades de acolhimento e acompanhamento a alunos do Ensino Médio de modo a evitar a evasão desses estudantes. Ressaltamos que, embora a pesquisa que originou este Guia tenha sido desenvolvida junto a estudantes do Ensino Médio Integrado ao Técnico, tal Guia pode ser utilizado nos diversos cursos que compõem a Educação Profissional e o Ensino Médio regular.

A avaliação deste produto é também parte da pesquisa que lhe deu origem.

É IMPRESCINDÍVEL que este material não seja divulgado e/ou compartilhado, pois é fruto de uma pesquisa de mestrado e até, este momento, não passou pelo crivo da banca avaliadora.

Agradecemos sua colaboração nesta etapa!

\*Obrigatório

1. Quanto ao título do produto “Abandono ou Evasão: Como combater?”, você o considera: \*

( ) Adequado ao que se propõem

( ) Razoavelmente adequado ao que propõem

( ) Inadequado ao que se propõem

( ) Outro: \_\_\_\_\_



2. O produto educacional deixa claro quais são seus objetivos e o público a que se destina? \*

Sim

Não

Em partes

Outro: \_\_\_\_\_

3. O produto apresenta argumentos claros que justificam sua elaboração/ aplicação, de forma que contextualiza a sua idealização? \*

Sim

Não

Em partes

Outro: \_\_\_\_\_

4. As bases teóricas (conceitos de Evasão Escolar, Abandono, Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Fatores que ocasionam a Evasão) que norteiam a construção do produto estão coerentes com as justificativas usadas para a sua criação? \*

Sim

Não

Em partes

Outro: \_\_\_\_\_

5. Há elementos, no produto, que demonstram que sua utilização oferece possibilidades efetivas de contribuição para o planejamento de ações pedagógicas, bem como a gestão da Educação Profissional? \*

Sim

Não

Em partes

Outro: \_\_\_\_\_

6. Qual a sua opinião sobre a organização/ estrutura do produto (sequência das seções, organização do material)? \*

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_





7. As orientações para ações sugestões de ações de acompanhamento e acolhimento dos alunos para minimizar os índices de evasão, além das indicações de leituras, vídeos, materiais de apoio incluídos nas seções do produto, são expressas de forma clara? \*

Sim

Não

Em partes

Outro: \_\_\_\_\_

8. Queremos ouvi-lo! Fique à vontade, nesse espaço, para fazer suas sugestões, questionamentos, críticas... suas contribuições são muito bem vindas!

---

---

---



## APÊNDICE B – TERMOS DE ASSENTIMENTO E CONSENTIMENTO



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS –  
IFAM/CAMPUS MANAUS CENTRO  
Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT

### TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARTICIPANTES MENORES DE IDADE)

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa “**A Evasão na Educação Profissional: Perspectivas de enfrentamento em uma Escola de Ensino Técnico do Estado do Pará, município de Itaituba**”.

Queremos investigar as perspectivas de enfrentamento da evasão escolar na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), em uma escola de educação profissional de Itaituba-PA. Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu, não terá nenhum problema se desistir. A pesquisa será feita em linguagem que todos compreendam, indicando quais informações serão coletadas e se houver registro de áudio ou imagem, os participantes serão avisados com antecedência.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes. Essa pesquisa apresenta medidas para a minimização de eventuais riscos como, por exemplo, risco for de constrangimento, invasão de privacidade, discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado, divulgação de dados confidenciais, perda de tempo, riscos relacionados à divulgação de imagem. Os alunos serão entrevistados de preferência em ambientes onde os mesmos possam ficar tranquilos, para que os relatos desses estudantes fluam. Em relação aos dias e horários da participação, será feito conforme as disponibilidades de cada um, não sendo imposto nenhum dia ou horário para participação dos discentes. Serão assegurados aos participantes sigilo, gratuidade, liberdade, anonimato, fidelidade, respeito, diálogo constante do início ao final da pesquisa, local adequado aos participantes para a realização das entrevistas, privacidade e garantia de nenhum prejuízo aos participantes.

Explicar os possíveis riscos na participação no estudo.

Os benefícios principais são as contribuições dos participantes na pesquisa no que se refere aos seus relatos, os quais podem contribuir para compreender e, com isso, minimizar a problemática da evasão no contexto educacional da escola pesquisada, assim como em outras escolas que possam vivenciar situações semelhantes.

Assinatura \_\_\_\_\_  
Participante

Assinatura \_\_\_\_\_  
Pesquisador



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS –  
IFAM/CAMPUS MANAUS CENTRO**  
**Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT**

Ninguém terá informações sobre a identidade dos participantes da pesquisa. Os resultados da pesquisa serão divulgados em eventos científicos e publicados em revistas, sem a identificação de seus participantes. Se você tiver alguma dúvida, você pode me perguntar.

Garantimos ao(à) Sr(a), e seu acompanhante quando necessário, o ressarcimento das despesas devido sua participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente. Asseguramos ao(à) Sr(a) o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo ao participante, pelo tempo que for necessário. Garantimos ao(à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

Para quaisquer esclarecimentos adicionais, haverá o contato com o pesquisador, **Romilson Alves da Silva**, pelo telefone: (93) 99137-8141, *e-mail*, [alvesromilson@hotmail.com](mailto:alvesromilson@hotmail.com); ou com a orientadora prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Cinara Calvi Anic Cabral**, telefone: (92) 99146-9496, *e-mail*, [cinara.anic@ifam.edu.br](mailto:cinara.anic@ifam.edu.br), ou ainda com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEPESH/IFAM, localizado no endereço, Rua Ferreira Pena, 1109 – Prédio da Reitoria, 2º andar, Centro – Manaus-AM, telefone (92) 3306-0060, *e-mail*: [cepsh.ppgi@ifam.edu.br](mailto:cepsh.ppgi@ifam.edu.br). O referido Comitê é a instância responsável por avaliar os aspectos éticos dos projetos de pesquisa, levando em consideração os riscos e a cobertura aos direitos dos participantes.

Declaro que recebi uma via deste termo e que entendi como essa pesquisa será feita e como vou participar dela, assim como as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que é um direito meu, a qualquer momento, dizer “não” e desistir, sem nenhum problema por conta disso. Os pesquisadores tiraram minhas dúvidas e conversaram com os meus pais/responsáveis. Declaro que concordo em participar desta pesquisa.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO



Assinatura \_\_\_\_\_  
Participante

Página 2 de 4

Assinatura \_\_\_\_\_  
Pesquisador



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS –  
IFAM/CAMPUS MANAUS CENTRO  
Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT**

Li e concordo em participar da pesquisa



Itaituba - PA, / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Digital

Atesto que expliquei, cuidadosamente, a natureza e o objetivo deste estudo, os possíveis riscos e benefícios da participação no mesmo junto ao participante. Acredito que o participante tenha recebido todas as informações necessárias, fornecidas em linguagem adequada e compreensível.

**Consentimento Pós-Informação:**

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) do RG nº \_\_\_\_\_ declaro que concordo em participar da pesquisa intitulada “**A Evasão na Educação Profissional: Perspectivas de enfrentamento em uma Escola de Ensino Técnico do Estado do Pará, município de Itaituba**”, cujo objetivo principal é investigar as perspectivas de enfrentamento da evasão escolar na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), desenvolvidas em uma escola de educação profissional de Itaituba-PA. Afirmo que fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porquê precisa da minha colaboração. Entendi que minha participação não me acarretará nenhum ônus financeiro, não vou receber nenhuma remuneração por ela, terei assegurado o meu anonimato e posso sair quando quiser, sem nenhum prejuízo. Estou ciente também que tenho direito ao acesso aos resultados e as demais informações decorrentes de minha participação, durante e após esta pesquisa, bem como o acesso ao produto educacional após o término do estudo. Este documento é emitido em duas vias que são ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Itaituba, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_  
Participante

Página 3 de 4

Assinatura \_\_\_\_\_  
Pesquisador



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS –  
IFAM/CAMPUS MANAUS CENTRO**  
**Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT**

---

Participante da pesquisa (nome por extenso). Rg ( \_\_\_\_\_ )

---

Responsável pelo participante da pesquisa (nome por extenso). Rg  
( \_\_\_\_\_ )

---

Romilson Alves da Silva  
Pesquisador responsável  
(RG 3960152. SSP-PA)  
Tel: (93) 991378141

---

Assinatura \_\_\_\_\_  
Participante

Assinatura \_\_\_\_\_  
Pesquisador





**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS –  
IFAM/CAMPUS MANAUS CENTRO**  
Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (RESPONSÁVEIS DOS PARTICIPANTES MENORES DE IDADE)**

Prezado (a) Senhor (a), \_\_\_\_\_

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar na condição de responsável pelo participante menor de idade, na pesquisa intitulada **“A Evasão na Educação Profissional: Perspectivas de enfrentamento em uma Escola de Ensino Técnico do Estado do Pará, município de Itaituba”**, cujo o pesquisador responsável é **Romilson Alves da Silva**, discente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM *Campus* Manaus Centro, sob a orientação da prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Cinara Calvi Anic Cabral**.

A proposta apresentada busca analisar as perspectivas de enfrentamento da evasão escolar na Educação Profissional Técnica Nível Médio desenvolvidas em uma escola de educação profissional de Itaituba-PA. A evasão escolar é um fenômeno que, historicamente, se faz presente no cotidiano das escolas, sendo resultante de causas diversas como a fome, falta de afinidade com a proposta pedagógica da escola e do curso, falta de estrutura familiar, desigualdade social, dentre outros.

Este estudo tem por objetivos investigar, as perspectivas de enfrentamento da evasão escolar na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), desenvolvidas em uma escola de educação profissional de Itaituba-PA; apreender, dos relatos de discentes evadidos de ensino médio integrado de uma escola pública de Itaituba-PA, e os fatores motivadores para sua evasão?; discutir, com base na literatura, os conceitos de evasão escolar, permanência e êxito, especialmente no tocante à educação profissional; elaborar um material pedagógico que possa contribuir para as ações de enfrentamento da evasão escolar na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), tendo como base os relatos de discentes evadidos. A pesquisa será feita em linguagem que todos compreendam, indicando quais informações serão coletadas e se houver registro de áudio ou imagem, os participantes serão avisados com antecedência.

Assinatura \_\_\_\_\_

Participante

Página 1 de 4

Assinatura \_\_\_\_\_

Pesquisador



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS –  
IFAM/CAMPUS MANAUS CENTRO  
Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT**

O estudo nessa fase de pesquisa de entrevistas abertas com base nos estudos de Jochelovitch e Bauer (2014); Eugenio e Trindade (2017) e Ravagnoli (2017).

A finalidade dessa ação é coletar dados de campo, que revelem as causas da evasão escolar dos discentes no ensino médio técnico. O conteúdo das entrevistas estará direcionado para a captura desses dados referentes aos relatos dos alunos evadidos, todos fazendo parte do contexto de apreensão referencial, para posterior tabulação e tratamento.

O (A) senhor (a) tem, a todo momento, o acesso a todas as informações sobre a pesquisa e seus possíveis desdobramentos, bem como o acesso ao material oriundo desse processo construtivo. Ao tempo em que, será garantido o anonimato dos participantes após o tratamento dos dados levantados nos relatos das entrevistas. E se necessário, outros documentos adicionais serão assinados pelo pesquisador e participantes da pesquisa a respeito da segurança do sigilo. A participação do (a) Senhor (a) é voluntária e caso haja anuência em cooperar para o desfecho desta obra, estará colaborando com um estudo, que após o levantamento e análise das informações, proporcionará dados indicativos para o desenvolvimento de um produto educacional voltado para a minimização da evasão na escola estadual. Em consequência disso, a pesquisa gerará benefícios sociais a toda comunidade escolar e sociedade em geral.

O (A) Senhor (a) tem plena liberdade para decidir sobre sua participação através da autorização do participante menor de idade, podendo retirar seu consentimento ou interromper a participação do menor, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo. Apenas os resultados da pesquisa serão analisados e divulgados, permanecendo a identidade e os dados pessoais mantidos em total sigilo e privacidade durante todas as fases da pesquisa. É garantido ao(a) senhor(a) o livre acesso a todas as informações decorrentes de sua participação neste estudo a qualquer momento, durante ou posterior à pesquisa, podendo ser solicitado ao pesquisador esclarecimentos adicionais por meio dos contatos contidos neste documento. Estando, inclusive, assegurado o direito de acesso ao produto educacional após o término do estudo. Os participantes não receberão nenhuma retribuição de ordem financeira ou material, bem como também não terão nenhuma despesa desta mesma ordem.

Para quaisquer esclarecimentos adicionais, haverá o contato com o pesquisador, **Romilson**

Assinatura \_\_\_\_\_

Participante

Página 2 de 4

Assinatura \_\_\_\_\_

Pesquisador





**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS –  
IFAM/CAMPUS MANAUS CENTRO  
Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT**

**Alves da Silva**, pelo telefone: (93) 99137-8141, *e-mail*, [alvesromilson@hotmail.com](mailto:alvesromilson@hotmail.com); ou com a orientadora prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Cinara Calvi Anic Cabral**, telefone: (92) 99146-9496, *e-mail*, [cinara.anic@ifam.edu.br](mailto:cinara.anic@ifam.edu.br), ou ainda com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEPESH/IFAM, localizado no endereço, Rua Ferreira Pena, 1109 – Prédio da Reitoria, 2º andar, Centro – Manaus-AM, telefone (92) 3306-0060, *e-mail*: [cepsh.ppgi@ifam.edu.br](mailto:cepsh.ppgi@ifam.edu.br). O referido Comitê é a instância responsável por avaliar os aspectos éticos dos projetos de pesquisa, levando em consideração os riscos e a cobertura aos direitos dos participantes.

Caso haja aceitação em participar, ao final deste documento, haverá o termo de consentimento que deverá estar em duas vias. Uma via ficará com o (a) Senhor (a) e a outra com o pesquisador responsável. O envio será por e-mail. Em caso de não aceitação, não haverá nenhuma espécie de penalidade à sua pessoa.

**Consentimento Pós-Informação:**

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) do RG nº \_\_\_\_\_ declaro que concordo em participar da pesquisa intitulada **“A Evasão na Educação Profissional: Perspectivas de enfrentamento em uma Escola de Ensino Técnico do Estado do Pará, município de Itaituba”**, cujo objetivo principal é investigar, as perspectivas de enfrentamento da evasão escolar na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), desenvolvidas em uma escola de educação profissional de Itaituba-PA. Afirmo que fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e precisa da minha colaboração, e entendi que minha participação não me acarretará nenhum ônus financeiro, não vou receber nenhuma remuneração por ela, assegurado o anonimato e posso sair quando quiser sem nenhum prejuízo. Estou ciente também que tenho direito ao acesso aos resultados e as demais informações decorrentes de minha participação, durante e após esta pesquisa, bem como o acesso ao produto educacional após o término do estudo. Este documento é emitido em duas vias que são ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Assinatura \_\_\_\_\_

Participante

Assinatura \_\_\_\_\_

Pesquisador

Página 3 de 4



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS –  
IFAM/CAMPUS MANAUS CENTRO**  
**Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT**

Itaituba, \_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Participante da pesquisa (nome por extenso). Rg (\_\_\_\_\_)

---

Romilson Alves da Silva  
Pesquisador responsável  
(RG 3960152. SSP-PA)  
Tel: (93) 991378141

---

Assinatura \_\_\_\_\_  
Participante

Assinatura \_\_\_\_\_  
Pesquisador



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS –  
IFAM/CAMPUS MANAUS CENTRO**  
**Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARTICIPANTES MAIORES DE IDADE)**

Prezado (a) Senhor (a), \_\_\_\_\_

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “**A Evasão na Educação Profissional: Perspectivas de enfrentamento em uma Escola de Ensino Técnico do Estado do Pará, município de Itaituba**”, sob a responsabilidade do pesquisador **Romilson Alves da Silva**, discente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM *Campus* Manaus Centro, sob a orientação da prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Cinara Calvi Anic Cabral**.

A proposta apresentada busca analisar as perspectivas de enfrentamento da evasão escolar na Educação Profissional Técnica Nível Médio desenvolvidas em uma escola de educação profissional de Itaituba-PA. A evasão escolar é um fenômeno que, historicamente, se faz presente no cotidiano das escolas, sendo resultante de causas diversas como a fome, falta de afinidade com a proposta pedagógica da escola e do curso, falta de estrutura familiar, desigualdade social, dentre outros.

Este estudo tem por objetivos investigar, as perspectivas de enfrentamento da evasão escolar na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), desenvolvidas em uma escola de educação profissional de Itaituba-PA; apreender, dos relatos de discentes evadidos de ensino médio integrado de uma escola pública de Itaituba-PA, e os fatores motivadores para sua evasão?; discutir, com base na literatura, os conceitos de evasão escolar, permanência e êxito, especialmente no tocante à educação profissional; elaborar um material pedagógico que possa contribuir para as ações de enfrentamento da evasão escolar na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), tendo como base os relatos de discentes evadidos. A pesquisa será feita em linguagem que todos compreendam, indicando quais informações serão coletadas e se houver registro de áudio ou imagem, os participantes serão avisados com antecedência.

O estudo nessa fase de pesquisa de entrevistas abertas com base nos estudos de Jochelovict h e

Assinatura \_\_\_\_\_

Participante

Página 1 de 4

Assinatura \_\_\_\_\_

Pesquisador



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS –  
IFAM/CAMPUS MANAUS CENTRO**  
**Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT**

Bauer (2014); Eugenio e Trindade (2017) e Ravagnoli (2017).

A finalidade dessa ação é coletar dados de campo, que revelem as causas da evasão escolar dos discentes no ensino médio técnico. Por conseguinte, o conteúdo das entrevistas estará direcionado para a captura desses dados referentes aos relatos dos alunos evadidos, todos fazendo parte do contexto de apreensão referencial, para posterior tabulação e tratamento.

O (A) senhor (a) tem, a todo momento, o acesso a todas as informações sobre a pesquisa e seus possíveis desdobramentos, bem como o acesso ao material oriundo desse processo construtivo. Ao tempo em que, será garantido o anonimato dos participantes após o tratamento dos dados levantados nos relatos das entrevistas. E se necessário, outros documentos adicionais serão assinados pelo pesquisador e participantes da pesquisa a respeito da segurança do sigilo. A participação do (a) Senhor (a) é voluntária e caso haja concordância em cooperar para o desfecho desta obra, estará colaborando com um estudo, que após o levantamento e análise das informações, proporcionará dados indicativos para o desenvolvimento de um produto educacional voltado para a minimização da evasão na escola estadual. Em consequência disso, a pesquisa gerará benefícios sociais a toda comunidade escolar e sociedade em geral.

O (A) Senhor (a) tem plena liberdade para decidir sobre sua participação, podendo retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo. Apenas os resultados da pesquisa serão analisados e divulgados, permanecendo a identidade e os dados pessoais mantidos em total sigilo e privacidade durante todas as fases da pesquisa. É garantido ao(a) senhor(a) o livre acesso a todas as informações decorrentes de sua participação neste estudo a qualquer momento, durante ou posterior à pesquisa, podendo ser solicitado ao pesquisador esclarecimentos adicionais por meio dos contatos contidos neste documento. Estando, inclusive, assegurado o direito de acesso ao produto educacional após o término do estudo. Os participantes não receberão nenhuma retribuição de ordem financeira ou material, bem como também não terão nenhuma despesa desta mesma ordem.

Para quaisquer esclarecimentos adicionais, haverá o contato com o pesquisador, **Romilson Alves da Silva**, pelo telefone: (93) 99137-8141, *e-mail*, [alvesromilson@hotmail.com](mailto:alvesromilson@hotmail.com); ou com

Assinatura \_\_\_\_\_

Participante

Página 2 de 4

Assinatura \_\_\_\_\_

Pesquisador





**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS –  
IFAM/CAMPUS MANAUS CENTRO  
Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT**

a orientadora prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Cinara Calvi Anic Cabral**, telefone: (92) 99146-9496, *e-mail*, cinara.anic@ifam.edu.br, ou ainda com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEPESH/IFAM, localizado no endereço, Rua Ferreira Pena, 1109 – Prédio da Reitoria, 2º andar, Centro – Manaus-AM, telefone (92) 3306-0060, *e-mail*: [cepsh.ppgi@ifam.edu.br](mailto:cepsh.ppgi@ifam.edu.br). O referido Comitê é a instância responsável por avaliar os aspectos éticos dos projetos de pesquisa, considerando os riscos e os direitos dos participantes.

Caso haja aceitação em participar, ao final deste documento, haverá o termo de consentimento que deverá estar em duas vias. Uma via ficará com o (a) Senhor (a) e a outra com o pesquisador responsável. O envio será por e-mail. Em caso de não aceitação, não haverá nenhuma espécie de penalidade à sua pessoa.

**Consentimento Pós-Infomação:**

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) do RG nº \_\_\_\_\_ declaro que concordo em participar da pesquisa intitulada **“A Evasão na Educação Profissional: Perspectivas de enfrentamento em uma Escola de Ensino Técnico do Estado do Pará, município de Itaituba”**, cujo objetivo principal é investigar, as perspectivas de enfrentamento da evasão escolar na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), desenvolvidas em uma escola de educação profissional de Itaituba-PA. Afirmo que fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e precisa da minha colaboração, e entendi que minha participação não me acarretará nenhum ônus financeiro, não vou receber nenhuma remuneração por ela, assegurado o anonimato e posso sair quando quiser sem nenhum prejuízo. Estou ciente também que tenho direito ao acesso aos resultados e as demais informações decorrentes de minha participação, durante e após esta pesquisa, bem como o acesso ao produto educacional após o término do estudo. Este documento é emitido em duas vias que são ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Assinatura \_\_\_\_\_

Participante

Assinatura \_\_\_\_\_

Pesquisador

Página 3 de 4



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS –  
IFAM/CAMPUS MANAUS CENTRO**  
Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT

Itaituba, \_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Participante da pesquisa (nome por extenso). Rg (\_\_\_\_\_)

---

Romilson Alves da Silva  
Pesquisador responsável  
(RG 3960152. SSP-PA)  
Tel: (93) 991378141

---

Assinatura \_\_\_\_\_  
Participante

Assinatura \_\_\_\_\_  
Pesquisador



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS –  
IFAM/CAMPUS MANAUS CENTRO**  
Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (EQUIPE GESTORA)**

Prezado (a) Senhor (a), \_\_\_\_\_

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa na condição de pertencente à equipe gestora da Escola Estadual de Ensino Médio Técnico EETEPA, *CAMPUS ITAITUBA*, a pesquisa intitulada “**A Evasão na Educação Profissional: Perspectivas de enfrentamento em uma Escola de Ensino Técnico do Estado do Pará, município de Itaituba**”, sob a responsabilidade do pesquisador **Romilson Alves da Silva**, discente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM *Campus* Manaus Centro, sob a orientação da prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Cinara Calvi Anic Cabral**.

A proposta apresentada busca analisar as perspectivas de enfrentamento da evasão escolar na Educação Profissional Técnica Nível Médio desenvolvidas em uma escola de educação profissional de Itaituba-PA. A evasão escolar é um fenômeno que, historicamente, se faz presente no cotidiano das escolas, sendo resultante de causas diversas como a fome, falta de afinidade com a proposta pedagógica da escola e do curso, falta de estrutura familiar, desigualdade social, dentre outros.

Este estudo tem por objetivos investigar, as perspectivas de enfrentamento da evasão escolar na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), desenvolvidas em uma escola de educação profissional de Itaituba-PA; apreender, dos relatos de discentes evadidos de ensino médio integrado de uma escola pública de Itaituba-PA, e os fatores motivadores para sua evasão?; discutir, com base na literatura, os conceitos de evasão escolar, permanência e êxito, especialmente no tocante à educação profissional; elaborar um material pedagógico que possa contribuir para as ações de enfrentamento da evasão escolar na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), tendo como base os relatos de discentes evadidos. A pesquisa será feita em linguagem que todos compreendam, indicando quais informações serão coletadas e se houver registro de áudio ou imagem, os participantes serão avisados com antecedência.

Assinatura \_\_\_\_\_

Participante

Página 1 de 4

Assinatura \_\_\_\_\_

Pesquisador



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS –  
IFAM/CAMPUS MANAUS CENTRO  
Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT**

O estudo nessa fase de pesquisa de entrevistas abertas com base nos estudos de Jochelovicti e Bauer (2014); Eugenio e Trindade (2017) e Ravagnoli (2017).

A finalidade dessa ação é coletar dados de campo, que revelem as causas da evasão escolar dos discentes no ensino médio técnico. Por conseguinte, o conteúdo das entrevistas estará direcionado para a captura desses dados referentes aos relatos dos alunos evadidos, todos fazendo parte do contexto de apreensão referencial, para posterior tabulação e tratamento.

O (A) senhor (a) tem, a todo momento, o acesso a todas as informações sobre a pesquisa e seus possíveis desdobramentos, bem como o acesso ao material oriundo desse processo construtivo. Ao tempo em que, será garantido o anonimato dos participantes após o tratamento dos dados levantados nos relatos das entrevistas. E se necessário, outros documentos adicionais serão assinados pelo pesquisador e participantes da pesquisa a respeito da segurança do sigilo. A participação do (a) Senhor (a) é voluntária e caso haja concordância em cooperar para o desfecho desta obra, estará colaborando com um estudo, que após o levantamento e análise das informações, proporcionará dados indicativos para o desenvolvimento de um produto educacional voltado para a minimização da evasão na escola estadual. Em consequência disso, a pesquisa gerará benefícios sociais a toda comunidade escolar e sociedade em geral.

O (A) Senhor (a) tem plena liberdade para decidir sobre sua participação, podendo retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo. Apenas os resultados da pesquisa serão analisados e divulgados, permanecendo a identidade e os dados pessoais mantidos em total sigilo e privacidade durante todas as fases da pesquisa. É garantido ao(a) senhor(a) o livre acesso a todas as informações decorrentes de sua participação neste estudo a qualquer momento, durante ou posterior à pesquisa, podendo ser solicitado ao pesquisador esclarecimentos adicionais por meio dos contatos contidos neste documento. Estando, inclusive, assegurado o direito de acesso ao produto educacional após o término do estudo. Os participantes não receberão nenhuma retribuição de ordem financeira ou material, bem como também não terão nenhuma despesa desta mesma ordem.

Assinatura \_\_\_\_\_

Participante

Página 2 de 4

Assinatura \_\_\_\_\_

Pesquisador





**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS –  
IFAM/CAMPUS MANAUS CENTRO  
Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT**

Para quaisquer esclarecimentos adicionais, haverá o contato com o pesquisador, **Romilson Alves da Silva**, pelo telefone: (93) 99137-8141, *e-mail*, [alvesromilson@hotmail.com](mailto:alvesromilson@hotmail.com); ou com a orientadora prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Cinara Calvi Anic Cabral**, telefone: (92) 99146-9496, *e-mail*, [cinara.anic@ifam.edu.br](mailto:cinara.anic@ifam.edu.br), ou ainda com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEPESH/IFAM, localizado no endereço, Rua Ferreira Pena, 1109 – Prédio da Reitoria, 2º andar, Centro – Manaus-AM, telefone (92) 3306-0060, *e-mail*: [cepsh.ppgi@ifam.edu.br](mailto:cepsh.ppgi@ifam.edu.br). O referido Comitê é a instância responsável por avaliar os aspectos éticos dos projetos de pesquisa, levando em consideração os riscos e a cobertura aos direitos dos participantes.

Caso haja aceitação em participar, ao final deste documento, haverá o termo de consentimento que deverá estar em duas vias. Uma via ficará com o (a) Senhor (a) e a outra com o pesquisador responsável. O envio será por e-mail. Em caso de não aceitação, não haverá nenhuma espécie de penalidade à sua pessoa.

**Consentimento Pós-Infirmação:**

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) do RG nº \_\_\_\_\_ declaro que concordo em participar da pesquisa intitulada “**A Evasão na Educação Profissional: Perspectivas de enfrentamento em uma Escola de Ensino Técnico do Estado do Pará, município de Itaituba**”, cujo objetivo principal é investigar, as perspectivas de enfrentamento da evasão escolar na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), desenvolvidas em uma escola de educação profissional de Itaituba-PA. Afirmo que fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e precisa da minha colaboração, e entendi que minha participação não me acarretará nenhum ônus financeiro, não vou receber nenhuma remuneração por ela, assegurado o anonimato e posso sair quando quiser sem nenhum prejuízo. Estou ciente também que tenho direito ao acesso aos resultados e as demais informações decorrentes de minha participação, durante e após esta pesquisa, bem como o acesso ao produto educacional após o término do estudo. Este documento é emitido em duas vias que são ambas assinadas por mim e pelo pesquisador,

Assinatura \_\_\_\_\_

Participante

Assinatura \_\_\_\_\_

Pesquisador

Página 3 de 4



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS –  
IFAM/CAMPUS MANAUS CENTRO  
Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT**

ficando uma via com cada um de nós.

Itaituba, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Participante da pesquisa (nome por extenso). Rg (\_\_\_\_\_)

---

Romilson Alves da Silva  
Pesquisador responsável  
(RG 3960152. SSP-PA)  
Tel: (93) 991378141

---

Assinatura \_\_\_\_\_  
Participante

Assinatura \_\_\_\_\_  
Pesquisador

## APÊNDICE C – ROTEIRO DE QUESTÕES DAS ENTREVISTAS



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
AMAZONAS – IFAM/CAMPUS MANAUS CENTRO**  
**Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT**

### **ROTEIRO DE QUESTÕES - PROFESSORES**

#### **1. EIXO 1. PERCEPÇÃO SOBRE A EVASÃO**

- A evasão escolar é um conceito para o qual não há um consenso na literatura. Para você, professor que atua no ensino médio integrado, o que é a evasão escolar?
- Quais os motivos que você acredita que levam um aluno a evadir da escola?
- Os alunos costumam lhe procurar quando pensam em evadir? O que eles falam em seus relatos? Pedem ajuda? Pode me falar um pouco sobre isso?

#### **2. EIXO 2. ENFRENTAMENTO DA EVASÃO**

- Na escola onde você atua, há alguma ação, alguma estratégia que seja tomada para evitar a evasão dos estudantes do curso integrado?
- Quanto às secretarias do Estado, do Município, você conhece alguma ação, algum programa, alguma política que objetive minimizar ou evitar a evasão? Se sim, pode me falar um pouco a respeito dessas ações?
- Como professor, você acha que pode colaborar em algum ponto para diminuir as chances de um aluno evadir? Se sim, como acha que pode fazer isso?



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
AMAZONAS – IFAM/CAMPUS MANAUS CENTRO**  
**Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT**

**ROTEIRO DE QUESTÕES - GESTORES**

**1. EIXO 1. PERCEPÇÕES SOBRE A EVASÃO**

- Muitas pessoas falam sobre evasão como sinônimo de abandono da escola, desistência por um período e posterior retorno, e até fracasso escolar. Na sua opinião, o que significa dizer que um aluno evadiu da escola?
- Na sua escola, você percebe a ocorrência do fenômeno da evasão? Se sim, na sua opinião, quais motivos levam os alunos a evadirem?
- Os alunos costumam procurar a gestão antes da evasão, relatando suas dificuldades e pedindo ajuda, por exemplo?

**2. EIXO 2. ENFRENTAMENTO DA EVASÃO**

- Na escola onde você atua, há alguma ação, alguma estratégia que seja tomada para evitar a evasão dos estudantes do curso integrado?
- Quanto às secretarias do Estado, do Município, você conhece alguma ação, algum programa, alguma política que objetive minimizar ou evitar a evasão? Se sim, pode me falar um pouco a respeito dessas ações?



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
AMAZONAS – IFAM/CAMPUS MANAUS CENTRO**

**Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT**

- Como gestor, quais ações você acha que poderiam ser tomadas (na própria escola, no estado, no município...) para evitar ou minimizar os problemas relacionados à evasão escolar?
  
- Como você acha que os professores que atuam no ensino médio integrado percebem a questão da evasão? Eles conversam com os alunos? Tentam sondar os motivos da evasão? Comunicam à escola/ secretaria que o aluno está com muitas faltas, por exemplo?



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
AMAZONAS – IFAM/CAMPUS MANAUS CENTRO**  
**Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT**

**ROTEIRO DE QUESTÕES – ALUNOS**

**1. EIXO 1. ESCOLHA DO CURSO**

- Pode me contar como ocorreu a escolha de seu curso no ensino médio?
- O que te levou a escolher esse curso e o caminho percorrido na sua vida escolar até chegar a ele?

**2. EIXO 2. IMPRESSÕES SOBRE O CURSO**

- O que você achou do curso até o momento que frequentou?
- Quais as suas impressões sobre ele?

**3. EIXO 3. EVASÃO**

- Você pode me falar sobre por que você saiu do curso? E quais foram os impactos que essa saída da escola trouxe a você?
- A escola tomou alguma medida, teve alguma conversa com você antes de você sair da escola, para evitar que você saísse? E depois que saiu, algum órgão (a escola, a secretaria da educação) lhe procurou?



## APÊNDICE D – AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA NA EETEPA - ITAITUBA



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC  
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO - SAEN  
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR  
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SECTET  
ESCOLAS DE ENSINO TÉCNICO DO ESTADO DO PARÁ – EETEPA/ITAITUBA



### DECLARAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

Eu, **Elizana Silva Alves**, diretora da **ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO TÉCNICO EETEPA, CAMPUS ITAITUBA**, autorizo a realização da Pesquisa de Mestrado “A Evasão na Educação Profissional: Perspectivas de enfrentamento em uma Escola de Ensino Técnico do Estado do Pará, município de Itaituba”, pelo pesquisador **Romilson Alves da Silva** e sua orientadora prof.<sup>a</sup> **Dr.<sup>a</sup> Cinara Calvi Anic Cabral**, que envolverá os discentes evadidos do curso de Agropecuária, nos períodos de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020. A pesquisa com os discentes, o qual terá como instrumento de construção dos dados a entrevista narrativa, com base nos estudos de Jochelovieth e Bauer (2014); Eugenio e Trindade (2017) e Ravagnoli (2017), será feita pessoalmente e gravada, com o consentimento dos participantes, sendo iniciadas após a aprovação pelo SISTEMA CEP- CONEP.

A Escola Estadual de Ensino Técnico EETEPA, **CAMPUS ITAITUBA** está ciente de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa, dispondo de todas as medidas de biossegurança recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), ressalto que dispomos da infraestrutura necessária para o desenvolvimento da pesquisa em conformidade com as diretrizes e normas éticas. Ademais, ratifico que não haverá quaisquer implicações negativas aos participantes que não aceitarem ou desejarem desistir da pesquisa.

Declaro, outrossim, na condição de representante desta organização, conhecer e cumprir as orientações e determinações fixadas nas Resoluções números 466 de 12 de dezembro de 2012; e 510, de 07 de abril de 2016; Normas Operacionais número 001/2013 e Ofício Circular nº 02/2021, pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Itaituba- PA, 19 de Março de 2022.

*Elizana Silva Alves*

Nome do Responsável pela Instituição e Carimbo

**Elizana Silva Alves**  
Esp. em Educação  
Mét. 577/2018-1 Diretor I  
(GED 3) EETEPA/ITAITUBA  
Port. nº 02/20218

**Elizana Silva Alves**  
Esp. em Educação  
Mét. 577/2018-1 Diretor I  
(GED 3) EETEPA/ITAITUBA  
Página 1 de 1  
Port. nº 02/20218





## ANEXO A – PARECER COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
↳ IFAM



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** A Evasão na Educação Profissional: Perspectivas de enfrentamento em uma Escola de Ensino Técnico do Estado do Pará, município de Itaituba

**Pesquisador:** ROMILSON ALVES DA SILVA

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 55865822.1.0000.8119

**Instituição Proponente:** INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.407.104

#### Apresentação do Projeto:

A partir de informações do proponente, “A proposta apresentada busca analisar as perspectivas de enfrentamento da evasão escolar na Educação Profissional Técnica Nível Médio desenvolvidas em uma escola de educação profissional de Itaituba-PA. A evasão escolar é um fenômeno que, historicamente, se faz presente no cotidiano das escolas, sendo resultante de causas diversas como a fome, falta de afinidade com a proposta pedagógica da escola e do curso, falta de estrutura familiar, desigualdade social, dentre outros. Pautados na pesquisa qualitativa, buscaremos ouvir os relatos de alunos evadidos para compreender os motivos que os levaram a deixar a escola. Também ouviremos a equipe gestora da escola para compreendermos como esta vem tratando o fenômeno da evasão. Pretende-se utilizar, para a construção dos dados, entrevistas narrativas e análise documental. Como produto educacional pretendemos elaborar um material que possa dar voz aos evadidos, de modo que suas experiências possam contribuir para ações de enfrentamento da evasão escolar”.

#### Objetivo da Pesquisa:

Foram apresentados os seguintes objetivos:

Objetivo primário:

Analisar, a partir dos relatos de estudantes evadidos e gestores, as perspectivas de enfrentamento

**Endereço:** Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus - AM

**Bairro:** CENTRO

**CEP:** 69.025-010

**UF:** AM

**Município:** MANAUS

**Telefone:** (92)3306-0060

**E-mail:** cepsh.pggi@ifam.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
¿ IFAM



Continuação do Parecer: 5.407.104

da evasão escolar na EPTNM desenvolvidas em uma escola pública de Itaituba-PA.

Objetivos secundários:

- Apreender, dos relatos de estudantes evadidos de um curso de ensino médio integrado de uma escola pública de Itaituba-PA, os fatores que motivaram sua evasão escolar;
- Discutir, com base na literatura, os conceitos de evasão escolar, permanência e êxito, especialmente no tocante à educação profissional;
- Caracterizar, na perspectiva dos gestores da escola, as ações de enfrentamento da evasão escolar no ensino médio integrado;
- Elaborar um material pedagógico que possa contribuir para as ações de enfrentamento da evasão escolar na EPTNM, tendo como base as experiências dos estudantes evadidos e dos gestores da escola.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Quanto aos riscos, o pesquisador diz "Entendemos que, pelo fato de prevermos a realização de entrevistas narrativas, a pesquisa traz riscos mínimos aos participantes, haja vista que nesse tipo de entrevista é o informante quem decide o que quer ou não falar, o que minimiza os riscos de constrangimento. De qualquer maneira, entendemos que os riscos potenciais podem se referir a: Invasão de privacidade; Perder o autocontrole e a integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados; Discriminação a partir do conteúdo revelado; Divulgação de dados confidenciais (registrados no TCLE); Tomar o tempo do sujeito ao responder a entrevista".

Quanto aos benefícios, o pesquisador diz "Acreditamos que, com as contribuições dos participantes na pesquisa, seus relatos, será possível termos melhor compreensão sobre os elementos que permeiam o fenômeno da evasão escolar, a fim de contribuirmos para a minimização da problemática da evasão no contexto educacional da escola pesquisada, podendo se estender a outros contextos com a divulgação do produto da pesquisa, por exemplo. Pretende-se também divulgar os resultados da pesquisa a comunidade como um todo, no intuito de ajudá-los a compreender e ajudar seus filhos nesse momento de dificuldade que, porventura, possam passar, abandonando a escola".

**Endereço:** Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus ¿ AM

**Bairro:** CENTRO

**CEP:** 69.025-010

**UF:** AM

**Município:** MANAUS

**Telefone:** (92)3306-0060

**E-mail:** cepsh.pggi@ifam.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO AMAZONAS**  
↳ IFAM



Continuação do Parecer: 5.407.104

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O protocolo refere-se a pesquisa de mestrado no PROFEPT

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Foram apresentados os seguintes documentos necessários à avaliação ética da pesquisa, segundo Resoluções CNS n.º 466/12 e CNS n.º 510/16:

1. Folha de Rosto: SIM
2. Informações Básicas do Projeto: SIM
3. TCLE: SIM
4. Cronograma do Projeto: SIM
5. Carta de anuência: SIM
6. Declaração de Infraestrutura assinada pelo responsável ou justificativa pela ausência assinada pelo pesquisador: SIM
7. Instrumento de Coleta de Dados: SIM
8. Orçamento: SIM

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

- Quanto a Folha de rosto:

Foi providenciado assinatura e carimbo do Diretor Geral do Campus Manaus Centro onde o PROFEPT está sediado

- Quanto ao projeto básico:

Foram informadas as estratégias de mitigação dos riscos da pesquisa.

- Quanto ao projeto detalhado:

Foram incluídos benefícios, riscos com as estratégias de mitigação dos mesmos

- Quanto ao termo de Consentimento (TCLE) e assentimento (se for o caso):

As alterações no TCLE/TALE foram feitas

- Quanto à Declaração de Infraestrutura:

**Endereço:** Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus, AM  
**Bairro:** CENTRO **CEP:** 69.025-010  
**UF:** AM **Município:** MANAUS  
**Telefone:** (92)3306-0060 **E-mail:** cepsh.ppgji@ifam.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
e IFAM



Continuação do Parecer: 5.407.104

Foi anexada Declaração de Infraestrutura

Cabe ao pesquisador responsável, após realização da pesquisa, apresentar a este colegiado o Relatório Final de Pesquisa, que será avaliado em reunião ordinária do comitê para verificação do cumprimento dos preceitos éticos na pesquisa com seres humanos.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1888278.pdf	23/03/2022 00:43:52		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	_INFRAESTRUTURA.pdf	23/03/2022 00:17:19	ROMILSON ALVES DA SILVA	Aceito
Outros	CARTARESPOSTA.docx	22/03/2022 23:52:41	ROMILSON ALVES DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_TCLE.pdf	22/03/2022 20:00:04	ROMILSON ALVES DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DETALHADO.pdf	19/03/2022 19:24:13	ROMILSON ALVES DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	19/03/2022 19:15:17	ROMILSON ALVES DA SILVA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Endereço:** Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus e AM  
**Bairro:** CENTRO **CEP:** 69.025-010  
**UF:** AM **Município:** MANAUS  
**Telefone:** (92)3306-0060 **E-mail:** cepsh.pggi@ifam.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
¿ IFAM



Continuação do Parecer: 5.407.104

MANAUS, 13 de Maio de 2022

---

Assinado por:  
**LUIZ HENRIQUE CLARO JUNIOR**  
(Coordenador(a))

**Endereço:** Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus ¿ AM  
**Bairro:** CENTRO **CEP:** 69.025-010  
**UF:** AM **Município:** MANAUS  
**Telefone:** (92)3306-0060 **E-mail:** cepsh.ppgi@ifam.edu.br